



# Caminhos que levam a Geledés

NARRATIVAS DE AUTONOMIA ATRAVÉS DA ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS EM SÃO PAULO

SUELEN GIROTTE DO PRADO



GELEDÉS  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO  
E MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Seriam as mulheres negras brasileiras a vanguarda do feminismo global? Por que não?

Suelen Girotte do Prado lançou em seu olhar sobre elas em São Paulo, nas duas últimas décadas do século XX. Centrando atenção na organização feminista Geledés, esmiuçou ideias e práticas sociais. Enainou-nos que a história negra e, particularmente, das mulheres não se limita ao período escravocrata. Esse é um ajuste de contas relevante na historiografia brasileira.

Outra questão a ser destacada é o fazer político. Atuando nas fímbrias do sistema político moderno, a organização Geledés realçou os desejos e projetos femininos.

Suas fundadoras pertencem à geração definida como feminista, uma corrente de pensamento cuja ideia basilar era defender direitos iguais para as mulheres, bem como de crítica ao machismo e, considerando a perspectiva negra, também ao racismo.

A nova utopia negra do século XXI terá sua centralidade na capacidade imaginativa das mulheres? Por que não? Melhor finalizar por aqui antes que eu seja cancelado.

**PROFESSOR DOUTOR AMAILTON MAGNO AZEVEDO**

**SUELEN GIROTTE DO PRADO**

# **CAMINHOS QUE LEVAM A GELEDÉS:**

**narrativas de autonomia através  
da organização de mulheres negras  
em São Paulo**

2021



GELEDÉS  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO  
E MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Copyright © 2021 Centro de Documentação e Memória Institucional de Geledés  
Copyright © 2021 Suelen Girotte do Prado

**EDITORA:** Fernanda Simões Lopes

**ASSISTENTE EDITORIAL:** Thiago Carlos dos Santos

**REVISORA:** Leticia Têofilo

**PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:** Daniel Justi

**CAPA:** Antônio Carlos “KK” dos Santos Filho

Todos os direitos reservados.

Não é permitida a reprodução desta obra sem aprovação do  
Centro de Documentação e Memória Institucional de Geledés

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Prado, Suelen Girotte do  
Caminhos que levam a Geledés: narrativas de autonomia  
através da organização de mulheres negras em São  
Paulo/ Suelen Girotte do Prado. – São Paulo, 2021.

Bibliografia  
ISBN 978-65-00-34713-5

1. Instituto da Mulher Negra em São Paulo
2. Movimento de mulheres negras
3. Programas de ações desenvolvidas pelo Instituto Geledés – História I. Título.

21-89877

CDD-981

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Programas de ações desenvolvidas pelo Instituto Geledés: História 981

Maria Alice Ferreira – Bibliotecária - CRB-8/7964

**Dedico este livro a todas  
as mulheres negras que  
sobrevivem, transformam,  
subvertem e seguem em frente!**

## Agradecimentos

Agradeço primeiro às minhas mais velhas, à ancestralidade que me guiou em todos os percalços e êxitos da minha trajetória durante o mestrado e que resultou neste livro.

À minha força, determinação, persistência e às minhas sobrevivências. Direciono minha gratidão especial, e com todo afeto, à minha mãe, Elena de Fátima Girote do Prado, que me acompanhou em todo o processo, me apoiando e não medindo esforços, cuidando de tudo aquilo que eu não conseguia.

Ao Prof. Dr. Amailton Magno Azevedo, que acreditou em mim antes mesmo de me orientar na jornada acadêmica do mestrado. Sou grata às mulheres que me incentivaram no importante processo da qualificação, sobretudo pelo respeito, pela assertividade e pelos ensinamentos prestados: Profa. Dra. Carla Cristina Garcia e Profa. Dra. Mariléa de Almeida.

Ao meu avô, Professor João do Prado, ao meu pai, Newton Aparecido do Prado, e à minha avó, Hirges Tavares do Prado, que, mesmo não estando mais neste plano, foram e são importantes, por momentos da minha vida os quais, sem dúvida, foram essenciais para que eu chegasse até aqui e almejasse ir além.

À Nilza Iraci, coordenadora-executiva do Instituto Geledés, que não apenas me recebeu para as entrevistas e possibilitou o acesso ao material usado como fonte para o meu trabalho, como também acreditou e confiou, desde o nosso primeiro contato, no desenvolvimento da pesquisa que levou a este livro. Obrigada, inclusive, pelas conversas acerca do processo de desenvolvimento do trabalho e por me apresentarem a outras tantas mulheres negras incríveis e acolhedoras às quais juntamente agradeço. Deise Benedito, Maria Sylvia e Sueli Carneiro, sou grata pelo tempo reservado e pelas contribuições por meio das entrevistas concedidas para a pesquisa que originou este ensaio.

Agradeço de maneira muito especial às mulheres de Geledés, com as quais venho aprendendo muito no trabalho de idealização e construção do Centro de Documentação e Memória Institucional: Sueli Carneiro, Suelaine Carneiro e Érica Pereira. Agradeço, ainda, a Rita Bonadio, Beatriz Nogueira, Paula Anunciação, Tereza Rocha e Eloísa Maria do Nascimento Lima, mulheres com as quais tive o prazer de trabalhar no espaço elaborado para a constituição do acervo da Biblioteca do Centro de Documentação e Memória Institucional e que muito me apoiaram durante o processo de revisão e atualização do trabalho para o presente livro.

Agradeço carinhosamente a Fernanda Simões Lopes, apoiadora do que inicialmente era um projeto de mestrado e a profissional que fez tudo acontecer até a concretização deste livro.

Agradeço a todas as mulheres negras que vieram antes, abrindo caminhos, construindo epistemologias fundamentais para o pessoal e político, tanto na esfera acadêmica quanto nas relações sociais, que me ajudaram a iniciar essa trajetória.

Por fim, a todas as pessoas presentes em minha vida, familiares, amigas, amigos e amigues, que me incentivaram e participaram, de alguma forma, do processo de pesquisa cujo produto é meu primeiro livro publicado e que foi, durante dois anos, o meu projeto de vida.



15	Prefácio
	<b>A P R E S E N T A Ç Ã O</b>
19	Organização já!
	<b>C A P Í T U L O 1</b>
31	Geledés: do trabalho coletivo à estruturação de uma instituição regida por mulheres negras
	<b>C A P Í T U L O 2</b>
59	Em São Paulo consolida-se a Geledés: mulheres negras e instrumentos de autonomia
	<b>C A P Í T U L O 3</b>
111	“Os passos que vêm de longe”: os programas desenvolvidos pela Organização Geledés
	<b>C A P Í T U L O 4</b>
163	Mulheres negras: estratégias de organização e autonomia
199	Posfácio
203	Fontes de pesquisa
205	Bibliografia e sites consultados

Intuições  
São suas ancestrais  
Soprando em seus ouvidos  
Segredos de sobrevivência

Ryane Leão, em *Jamais peço desculpas por me derramar*\*

\* LEÃO, Ryane. *Jamais peço desculpas por me derramar: poemas de temporal e mansidão*. São Paulo: Planeta, 2019.

## Prefácio

Em agosto de 2018, tomamos conhecimento de que uma jovem historiadora estava desenvolvendo uma pesquisa para dissertação de mestrado baseada na memória institucional de Geledés – Instituto da Mulher Negra. Os pilares de sustentação da pesquisa estavam direcionados a estudar os passos percorridos pela nossa organização, como mulheres negras que fundaram um instituto tendo como fio condutor a diligência da autonomia para o encaminhamento de tratativas políticas necessárias às demandas de enfrentamento ao racismo, ao sexismo e a todas as formas de discriminação.

Além disso, Suelen Girote do Prado conduziu a narrativa englobando o período da fundação de Geledés, 30 de abril de 1988, assim como os programas e projetos desenvolvidos até a metade da década de 1990.

Esta publicação é o resultado dessa dissertação defendida pela autora na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em novembro de 2020, aprovada unanimemente pela banca examinadora e bastante elogiada não apenas pela qualidade do trabalho, mas, também, e sobretudo, por seu rigor acadêmico. O presente livro materializa o resultado do desenvolvimento de uma pesquisa alicerçada em um trabalho de memória, e que contribuirá para o conjunto de conhecimentos sistematizados, que constituem nossa memória institucional. Somado aos seus esforços acadêmicos, está evidente, no desenvolvimento de sua escrita, o intento de narrar com respeito e responsabilidade as tradições construídas por nós, por mais de uma década, e que tornou a organização uma referência na produção de conhecimentos e no enfrentamento do racismo e demais preconceitos, com autonomia e determinação.

Este livro oferece instrumentos para conhecer os fundamentos de nossa história institucional, exposta por meio de uma elaboração séria, comprometida e que, como dito pela própria autora, cumpre sua intenção de reverenciar a experiência e o conjunto de conhecimentos produzidos por uma geração de mulheres negras e intelectuais, além de oferecer a uma nova geração o registro dessa produção. Elaborada metodologicamente com base também na oralidade, a presente produção retoma inclusive tradições de nossa ancestralidade.

É, também, um trabalho que privilegiou uma escrita generosa para que o “outro” entenda o que nós, mulheres negras, estamos propondo, fazendo parte de um escopo que, por escolha, permeia a solidez do campo acadêmico, contemplando o resgate da memória de uma organização coletiva,

que construiu e constrói conhecimento de forma coletiva, o que é importante e urgente para um momento carente de produções que dessa forma se organizam.

Esta publicação é parte do Centro de Documentação e Memória Institucional de Geledés, que nasce da necessidade de organização, sistematização e disponibilização do acervo histórico acumulado por Geledés em seus 33 anos de existência, e para nós é um orgulho que a nossa história comece a ser contada por uma nova geração de mulheres negras.

Boa leitura!

**Sueli Carneiro**

Coordenadora-executiva de Geledés – Instituto da Mulher Negra e Centro de Documentação e Memória Institucional.

## Organização já!

“Ao reivindicar nossa diferença enquanto mulheres negras, enquanto amefricanas, sabemos bem o quanto trazemos em nós as marcas da exploração econômica e da subordinação racial e sexual. Por isso mesmo, trazemos conosco a marca da libertação de todos e de todas. Portanto, nosso lema deve ser: organização já!”

**Lélia de Almeida Gonzalez<sup>1</sup>**

Este livro é resultado da pesquisa desenvolvida em meu processo de mestrado, cujo tema está diretamente relacionado à minha trajetória acadêmica, permeada por algumas inquietações.

Durante a minha especialização, cursada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tive o primeiro contato com os textos da estadunidense bell hooks.<sup>2</sup> Um deles, *Intelectuais negras*, abriu precedentes para as minhas reflexões em torno da produção historiográfica e da importância de estudar a trajetória das mulheres negras no Brasil.

Foi a partir de então que colecionei leituras de intelectuais negras brasileiras, focando sobretudo em Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro.<sup>3</sup> Nesse percurso, também cheguei aos *Cadernos Geledés*, um material produzido, nos anos 1990, pelo Instituto da Mulher Negra em São Paulo, e que, após

o ingresso no Programa de Mestrado, se consolidou como fonte fundamental para a minha pesquisa.

Ao me deparar com os conteúdos dos *Cadernos*, entrei em contato com um caminho realizado por um grupo de mulheres negras que dispararam ações de enfrentamento ao *status quo*, através das quais foram produzidos, nos anos 1980 e 1990, saberes relacionados a muitas questões que atravessavam e atravessam, ainda hoje, mulheres e homens negros na sociedade brasileira.

Ressalto, desde já, ter ciência de que o fato de ser uma mulher negra e historiadora, pesquisando a trajetória do Instituto, alicerçado e protagonizado por mulheres negras, não me exime da responsabilidade de uma leitura crítica das fontes, tampouco de problematizações com relação ao próprio movimento de mulheres negras.

Este ensaio tem como objetivos rastrear e analisar a organização e a agenda do movimento de mulheres negras ligadas à fundação, bem como o trabalho desenvolvido pelo Instituto Geledés na conjuntura dos anos de 1980 e 1990, com a proposta de problematizar os caminhos que sugerem rastros de práticas sociais e políticas de mulheres negras em São Paulo.

Ainda, há uma busca por compreender quais ações, associadas ao trabalho do Instituto Geledés, contribuíram ou não para a construção de um pensamento e um conjunto de conhecimentos relacionados à condição da população negra e, sobretudo, das mulheres negras na estrutura social brasileira e de que maneira essas ações foram materializadas, nos anos referentes ao recorte temporal aqui escolhido. Também relacionado a essa mesma perspectiva, procura-se

identificar a atuação e a influência da Geledés na construção das práticas feministas negras das décadas de 1980 e 1990.

Como premissa inicial, poderíamos pensar: seria, então, a Geledés parte de uma conjuntura dos movimentos de mulheres que constituíram a composição de uma *tradição*<sup>4</sup> que vem se construindo ao longo do processo histórico em que as ações de mulheres negras têm seu desdobramento na elaboração de uma visão de mundo sobre sua condição específica, engendrando inclinações políticas para a agenda de minorias políticas e que contribuem diretamente para a produção de um conjunto de conhecimento coletivo?

Este livro se desenvolveu a partir de um trabalho de memória composto pela análise dos documentos e da escuta possibilitada pela metodologia da História Oral, a respeito das experiências e das ações conjuntas das mulheres negras que *levantaram suas próprias questões*, conforme pontuado no texto de Adrienne Rich, “Notas para uma política de localização”, de 2002.

Nesse sentido, não existiriam fronteiras para os trabalhos da memória, já que esta se dilata, como apontado por Amailton Magno Azevedo e Bruno Garcia dos Santos, “por meio da dialética entre esquecimento e lembrança, fazendo emergir histórias subterrâneas a partir das reflexões e aceções do presente”.<sup>5</sup>

A Geledés, fundada em 1988, como parte dessa narrativa feminista negra em construção, me motivou a questionar incisivamente quais estratégias e caminhos foram sendo construídos por esse Instituto, para conseguir promover um diálogo com estruturas políticas fundamentais no que concerne à garantia de direitos e mudanças para a população negra,



sobretudo para as mulheres negras, em São Paulo. Assim, este ensaio se propõe a analisar as motivações e conjunturas que levaram à gênese da Geledés, bem como as estratégias promovidas, como instituição autônoma, nos anos 1980 e 1990, através desse protagonismo da organização.

No campo da História, a produção acadêmica relacionada às mulheres negras, como sujeitos históricos, ainda é escassa. Mesmo com toda a trajetória de protagonismo e construção de conhecimentos e saberes dessas mulheres, quando recorremos ao campo historiográfico, é perceptível uma lacuna que se reflete nas subjetividades, na estrutura e na educação da sociedade.

Sendo assim, embora o trabalho tenha sido inicialmente instrumentalizado com o objetivo de contribuir diretamente para o enriquecimento de estudos no campo da História, valorizando e utilizando os saberes trazidos à tona como práticas importantes de mudanças e particularidades da sociedade, este livro agora encontra um público e objetivos mais ampliados. Nesse ínterim, é também importante o diálogo que foi estabelecido com o campo de estudo da Sociologia e da Filosofia, com apoio, na medida do possível, por escolha e posicionamento acadêmico, na produção teórica das intelectuais negras brasileiras e do feminismo decolonial – o último em torno do levantamento de críticas às questões que não apareciam nem mesmo nas perspectivas feministas ditas radicais.

Nesse sentido, posicionar ideias que abrangem a categoria *mulheres*, externas à compreensão do sujeito mulher como universal, fez que com esse trabalho das mulheres negras, asiáticas, chicanas, latino-americanas e caribenhas

localizasse, através de produções intelectuais e do ativismo, um escopo de conhecimento pautado nas problematizações em torno das questões feministas relacionadas às condições de raça, classe, opressão sexual e sexualidade.<sup>6</sup>

Chamo a atenção ao papel das mulheres negras também como produtoras de conhecimento histórico. Por esse prisma, é fundamental trazermos a observação de que os apêndices ligados à história da criação da Geledés, assim como o processo de rastrear a agenda que levou à consolidação do Instituto, contribuem para contrariar o conjunto de processos que excluem das narrativas do conhecimento científico a produção do conhecimento e da cultura afrodiaspórica. Processos esses que, vale dizer, compõem a estrutura racista,<sup>7</sup> tal como pontuou Sueli Carneiro:

[...] pela negação aos negros da condição de sujeitos do conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso escolar. A esses processos denominamos epistemicídio.<sup>8</sup>

A historiografia contemporânea respalda a importância do diálogo da História, no seu campo macro e micro, com sujeitos sociais que antes não eram elucidados nas narrativas. De acordo com Joan Scott, a história das mulheres apareceu como um campo definível principalmente nas duas últimas décadas, referindo-se às décadas finais do século XX:

A conexão entre a história das mulheres e a política é ao mesmo tempo óbvia e complexa. Em uma das narrativas convencionais das origens deste campo, a política feminista é o ponto de partida. Esses relatos situam a origem do campo na década de 60, quando as ativistas feministas reivindicavam uma história que estabelecesse heroínas, prova da atuação das mulheres, também explicações sobre a opressão e inspiração para a ação. Foi dito que as feministas acadêmicas responderam ao chamado de “sua” história e dirigiram sua erudição para a atividade política mais ampla, no início houve uma conexão direta entre política e intelectualidade. Mais tarde – em algum momento entre a metade e o final da década de 70 – continua o relato, a história das mulheres afastou-se da política. Ampliou seu campo de questionamento, documentando todos os aspectos da vida das mulheres no passado, e dessa forma adquiriu energia própria.<sup>9</sup>

Foi com o avançar dos anos de 1970 que se passou a contemplar a narrativa feminina e feminista, tendo as mulheres como pesquisadoras e escritoras de suas histórias. As formas de resistência das mulheres contra as opressões impostas pela organização política e cultural da sociedade acompanharam o desenrolar da própria história ocidental.

Ainda na conjuntura da década de 1970, potencializou-se uma historiografia sobre mulheres produzida por mulheres, que colocou em pauta os estudos de gênero, inaugurando, também, uma nova forma de interpretação de cultura e sociedade. Essas novas propostas e discussões relacionadas ao gênero, e ao papel social da mulher, modificaram os percursos da sociedade e das ciências humanas, especificamente dos estudos culturais. Nesse sentido, no campo teórico, os feminismos e suas intervenções atuaram como uma ruptura,

reorganizando a relação entre pessoal e político, revolucionando, no sentido prático e teórico, os estudos culturais.<sup>10</sup>

Pontuamos que, nas Ciências Humanas, a disciplina de História é a que mais tardiamente apropriou-se da categoria de *gênero* e da inclusão das mulheres como categoria analítica no campo de pesquisa histórica.<sup>11</sup>

Diante do resgate dessas mudanças na produção historiográfica, que começou a deslocar a posição do homem – branco – como sujeito histórico universal, é possível apontar também que, no caso das mulheres negras, indígenas, pobres e trabalhadoras, essa instrumentalização para realinhar o campo epistêmico esteve em consonância com as trajetórias dos movimentos sociais, entre eles os feminismos e o movimento negro.

No Brasil, o trabalho construído por Lélia Gonzalez abriu caminhos para a construção do movimento e das práticas das mulheres negras, conforme nos lembra Cidinha da Silva:

[...] Lélia Gonzalez, a que moldou o barro.

Lélia Gonzalez é a precursora, no Brasil, de todas as mulheres negras que se identificam com os princípios filosóficos e políticos de eliminação da opressão sofrida e das desigualdades daí decorrentes e da promoção da nossa autonomia. Já no final dos anos 1970, Lélia, articulando questões ligadas à opressão de gênero, raça e classe, alertava sobre a interseccionalidade (sem usar o termo) das violências sofridas por nós.<sup>12</sup>

Podemos destacar, então, que a produção de conhecimento em concomitância com o desenvolvimento de uma agenda na luta antirracista com ênfase nas questões que atravessam

as mulheres negras, realizada pelo Instituto Geledés, desde o final dos anos 1980, representa, ainda hoje, importantes contribuições para as perspectivas do feminismo decolonial, assim como para os enfrentamentos ao racismo presente na estrutura da sociedade brasileira.

E aqui vale ressaltar pelo que nos valem aqui quanto à adoção de uma perspectiva decolonial: tomo como primordial o posicionamento e a base deste livro no âmbito das epistemologias e referências decoloniais, as quais se apresentam como construção das narrativas engendradas nos saberes e na produção de conhecimento dissonantes dos tradicionalmente ocidentais, que representam privilégio epistêmico e monopólio do conhecimento.<sup>13</sup> Então, ao se tratar das referências que buscamos nos feminismos decoloniais, referimo-nos às produções e práticas feministas desenvolvidas a partir da concepção da solidificação de um projeto epistêmico, político e acadêmico que traz em primeiro plano a luta política das mulheres negras e dos demais grupos de mulheres que posicionaram um contradiscurso político das tradições ocidentais.

Nas narrativas aqui consideradas, é possível se apoiar nas perspectivas dos estudos culturais no que diz respeito à importância das rupturas significativas provocadas no interior de velhas correntes de pensamentos, proporcionando o reagrupamento de elementos novos e velhos em torno de novas temáticas.<sup>14</sup>

A Organização Geledés,<sup>15</sup> como organismo vivo em ação, vem construindo, desde sua fundação, importantes narrativas que configuram ações efetivas junto à sociedade. E é nesse sentido que se garantem o ineditismo do tema, dentro e fora

do campo da História, e o protagonismo das mulheres negras envolvidas na fundação do Instituto, assim como de todas e todos que têm contribuído para o seu desenvolvimento.

Como nos ensinou Audre Lorde, “*As ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa grande*”;<sup>16</sup> assim, entendemos que aquilo que se relaciona aos estudos culturais é parte do posicionamento inovador e crucial, politicamente, de extrapolar as narrativas de subjetividades originárias e iniciais e tomar como instrumento processos desenvolvidos pela própria articulação das diferenças culturais. Esses “entre-lugares” direcionam para estratégias de subjetividades que dispararam novos significados de identidades, situando, no campo de definições do conceito de sociedade, lugares inéditos de colaboração e contestação.<sup>17</sup>

Com o intuito de servir como um aparato para a construção da memória institucional da Organização Geledés, sem tentar esgotar as questões a ela relacionadas, esperamos que os leitores encontrem nas páginas a seguir um estímulo para recuperar a história desse importante órgão, que sustenta e rememora a história do nosso país.

## NOTAS

1. Lélia de Almeida Gonzalez graduou-se em História e Filosofia, exercendo a função de professora da rede pública. Posteriormente, concluiu o mestrado em Comunicação Social e doutorou-se em Antropologia Política/Social, em São Paulo (SP), tendo se dedicado às pesquisas sobre a temática de gênero e etnia. Professora universitária, lecionava Cultura Brasileira na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Seu último cargo na instituição foi de chefe do departamento de Sociologia e Política. (Ver em: <https://bityli.com/Fv28Fp>. Acesso em: 20 jan. 2020.)
2. Batizada como Gloria Jean Watkins, adotou o nome pelo qual é conhecida em homenagem à bisavó, Bell Blair Hooks. Faz questão de afirmar que bell hooks deve ser escrito em letra minúscula, representando seu desejo de dar destaque ao conteúdo de sua escrita, e não à sua pessoa. Formou-se em Literatura Inglesa pela Universidade Stanford, fez mestrado na Universidade de Wisconsin e doutorado na Universidade da Califórnia. Seus principais estudos estão dirigidos à discussão sobre raça, gênero e classe e às relações sociais opressivas, com ênfase em temas como arte, história, feminismo, educação e mídia de massas. É autora de mais de 30 livros de vários gêneros, como crítica cultural, teoria, memórias, poesia e infantil. (Ver em: [editoraelefante.com.br/quem-e-bell-hooks/](http://editoraelefante.com.br/quem-e-bell-hooks/). Acesso em: 20 jan. 2020.)
3. Filósofa, escritora e ativista feminista antirracista, Aparecida Sueli Carneiro Jacoel é uma das principais intelectuais do país e referência do feminismo negro nacional, com uma trajetória de décadas dedicada ao enfrentamento do racismo e do sexismo na sociedade brasileira. É fundadora e atual diretora da Geledés.

4. Recorre-se aqui ao conceito de “tradição inventada”, do historiador Eric Hobsbawm, que nos diz que: “Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente regulado por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”. Ver: HOBBSAWM, Eric; TERENCE, Ranger (org.). *Tradições inventadas – finalidades e objetivos*. São Paulo: Paz e Terra, 2008. p. 9.
5. Cf. AZEVEDO, Amaílton Magno; SANTOS, Bruno Garcia dos. Memórias de devoção e saberes ancestrais afrodiaspóricos. A irmandade de São Benedito da Casa Verde, São Paulo. *Revista do Programa de Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB, Candeias*, v. 3, n. 6, p. 198-225, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/4326/3623>. Acesso em: 7 jun. 2020.
6. Cf. GARCIA, Carla Cristina. Fronteiras do feminismo: teorias e práticas decoloniais. In: PEREIRA, Beatriz; MELO, Mônica de; ARAÚJO, Silvia; ARAÚJO, Siméia de Mello (coord.). *Raça e gênero: discriminações, interseccionalidades e resistência*. São Paulo: EDUC, 2020. p. 55.
7. Racismo entendido como um conjunto sistemático de exclusão e discriminação com base na raça. Conforme exposto por Kabengele Munanga, “essa ideologia é difundida no tecido social como um todo e influencia o comportamento de todos e de todas as camadas sociais, e até mesmo as próprias vítimas de discriminação” (1996, p. 215).
8. Cf. CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 93.



9. Cf. SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992. p. 64.
10. Cf. HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p. 196, 229.
11. Ver: PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007. p. 284.
12. Cf. SILVA, Maria Aparecida da (Cidinha). Feminismo negro – de onde viemos: aproximações de uma memória. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 53.
13. Conforme colocado por: GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016.
14. Cf. HALL, op. cit., p. 143.
15. No decorrer do texto, utilizamos os termos “Instituto” e “Organização”, pois encontramos nos documentos tais nomenclaturas com os mesmos significados. Trata-se de uma Organização Não Governamental (ONG), cujo nome institucional, documentado na ata de fundação, foi estabelecido como “Geledés – Instituto da Mulher Negra”.
16. Cf. LORDE, Audre. *Irmã outsider*. Trad. Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 135.
17. Cf. BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 20.

## **Geledés: do trabalho coletivo à estruturação de uma instituição regida por mulheres negras**

### **DO QUE É FEITA A GELEDÉS**

Fundado em 30 abril de 1988, no município de São Paulo, o Instituto da Mulher Negra, Geledés, é parte de uma conjuntura que engloba a trajetória do movimento de mulheres negras no Brasil.

O nome dado ao Instituto, *Geledés*, tem sua origem e sentido fundamentados na Gèlède: Sociedade Secreta Feminina. A representação feminina para os iorubás conecta-se ao espiritual, ideia na qual as mulheres são respeitadas e referenciadas como as “grandes mães”, o poder coletivo do feminino. De acordo com Ana Maria Fellipe, em “Feminismo negro: mulheres negras e poder – um enfoque contra hegemônico sobre gênero” (2011):

[...] “nossas mães” que são respeitadas por seus poderes espirituais e que estão representadas pelas *geledés* (ou *gelede*) – máscaras que

ilustram o poder das mulheres, até mesmo em sociedades africanas distintas. As *geledés* honram e servem espiritualmente às mulheres-anciãs, às antepassadas e às divindades.<sup>1</sup>

Na tradição iorubá, o teor do significado de Geledé está associado ao poder ancestral feminino como restaurador da força. A sociedade Geledé cultua as *iyá-àgba* ou *iyámi*,<sup>2</sup> que simbolizam o aspecto coletivo do poder da ancestralidade feminina. No livro *Alma africana no Brasil – Os iorubás*, Ronilda Iyakemi Ribeiro conta que:

Dirigida pelas *erele*, mulheres detentoras dos segredos e poderes de Iyami, cuja boa vontade deve ser cultivada por ser essencial à continuidade da vida e da sociedade, o culto tem por finalidade apaziguar seu furor; propiciar os poderes místicos femininos; favorecer a fertilidade e a fecundidade e reiterar normas sociais de conduta.<sup>3</sup>

Geledé configura ainda um ritual, um festival que acontece em homenagem às “grandes mães”, anualmente durante sete dias. Segundo Ronilda Iyakemi, no Brasil (Bahia), a festa de Geledé, realizada no candomblé do Engenho Velho, era comemorada no dia 8 de dezembro, em Boa Viagem, sob a condução da ialorixá Maria Júlia Figueiredo.

Rastrear essa ligação com as tradições das comunidades africanas simboliza resistência, assim como: “as ações de posicionamento cultural desenvolvidas pelas mulheres negras tiveram e têm como base a atualização seletiva de elementos da tradição afro-brasileira e de diferentes modelos que conferiam à mulher negra o poder de liderança e de agenciamentos”.<sup>4</sup>

O Instituto Geledés em São Paulo, como organização da sociedade civil, fundado a partir da necessidade de uma trajetória autônoma para tratar das questões relacionadas à representação e à vivência da mulher negra na sociedade, faz menção ao significado direto da Sociedade Geledé para a cultura iorubá, deixando evidente o resgate dessa ligação com a tradição das comunidades africanas.

Em um dos textos que integram o *Caderno 5*, publicado pela organização, intitulado *Mulher Negra*, de 1993 – “O Poder Feminino no Culto aos Orixás” – escrito por Sueli Carneiro em parceria com Cristiane Abdon Cury, há a seguinte menção à *Geledé*:

expressou a reflexão em torno da tentativa de compreender os modelos femininos presentes na mitologia iorubana, passíveis de se constituir em fonte de inspiração para as mulheres concretas que enfrentam no seu dia a dia problemas semelhantes aos de suas ancestrais mitológicas [...].<sup>5</sup>

Assim, compreendemos que há uma bagagem da cultura africana que está relacionada também à realização do ritual Geledé (até o final dos anos 1980), como o exemplo citado, que ocorria no terreiro de candomblé na Bahia, que se conecta à opção pelo nome do Instituto e explica a carga do seu significado.

Como Instituto da Mulher Negra, a Geledés configurou-se como uma organização que tem buscado de maneira independente traçar estratégias e ações para lidar com as questões de raça, gênero e classe social, a fim de subsidiar as particularidades que atravessavam as mulheres negras e

a população negra através da produção de conhecimento e de programas de apoio. Conforme definido em sua missão institucional:

É uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigentes na sociedade brasileira [...].<sup>6</sup>

As fontes utilizadas para a construção deste livro evidenciam que o trabalho desenvolvido pela Organização Geledés em São Paulo estava, e está ainda hoje, fundamentado em promover mecanismos que abrangessem e garantissem equiparação de direitos para mulheres negras no que diz respeito às questões da organização da sociedade. Somava-se aos trabalhos o empenho em realizar um diálogo direto com essas mulheres, a fim de compreender e subsidiar os danos e as dinâmicas de violências de múltiplas ordens tão presentes no cotidiano. Conforme trataremos ao longo do livro, os programas desenvolvidos pelo Instituto acabaram por abranger tais objetivos sempre tangenciando as questões relacionadas a raça e classe, portanto conduzido, sobretudo, pelas diretrizes dos Direitos Humanos.

Reiteramos que foi crucial a organização do movimento das mulheres negras oriundas de distintas experiências de movimentos sociais e militância, porém em comunhão com a perspectiva de que suas demandas como sujeitos sociais e políticos careciam de estratégias que seriam mais bem articuladas embasadas em uma instituição autônoma que

pudesse desenvolver sua agenda. Nesse sentido, a origem, o trabalho e a permanência do Instituto Geledés, fundado por mulheres negras, metaforicamente se conectam à concepção iorubá da força feminina, do símbolo do aspecto coletivo do trabalho feminino, que configura a representação Geledés.

Como fontes, subsidiam este ensaio as entrevistas realizadas com quatro mulheres ligadas diretamente ao Instituto, além da ata de fundação e do documento intitulado “Declaração de Itapeccerica da Serra das Mulheres Negras Brasileiras”, que contou com um forte protagonismo da Geledés, resultante da construção das estratégias pensadas a partir do Programa de Saúde (coordenado por Edna Roland) para incidência na Conferência do Cairo.<sup>7</sup>

Ao conjunto das fontes, soma ainda a transcrição do documentário produzido em comemoração aos 30 anos do Instituto, visto conter importantes depoimentos das protagonistas fundadoras da Geledés, assim como de integrantes da equipe de trabalho ligados aos desenvolvimentos dos programas do Instituto.

Tomamos como base, ainda, os cinco cadernos publicados na década de 1990, que, segundo o texto de abertura da publicação 4, “*consistem num conjunto de publicações resultado da ação política do Geledés - Instituto da Mulher Negra*”. Pontuamos que a coleção de *Cadernos Geledés* compila uma parte da produção de conhecimento do Instituto, voltado à informação e à comunicação em torno das questões urgentes que atravessavam a situação estrutural da população negra, e que estiveram em diálogo, inclusive, com a Legislação do final dos anos 1980, desafiando, em determinados pontos, diretamente as formas sistemáticas de opressão e marginali-

zação das mulheres e dos homens negros, questões que serão tratadas no decorrer de outros momentos do livro.

Os *Cadernos Geledés* foram fundamentais para o direcionamento da análise da agenda e do trabalho desenvolvido pelo Instituto, além de representarem, assim como os entendemos, uma grande contribuição para a constituição das narrativas e epistemologias do que conhecemos como feminismo negro brasileiro. Compilam um material com formato particular que apresenta desde artigos até estudos específicos direcionados ao entendimento da condição social das mulheres negras na sociedade. Em particular o *Caderno 4*, intitulado “Mulher Negra”, no qual foram publicados três textos escritos entre 1984 e 1988 pela filósofa Sueli Carneiro, também uma das fundadoras da organização.

Edna Roland, que foi coordenadora do Programa de Saúde do Instituto, e um dos nomes importantes do movimento negro brasileiro, também foi uma das fundadoras da Geledés, conforme consta na própria ata de fundação, uma documentação que também permeia este ensaio.

Outro nome ligado ao início da organização é o de Matilde Ribeiro, doutora em Serviço Social e que atuou no movimento negro.

Ainda, Maria Lúcia da Silva, psicóloga e psicoterapeuta, especialista em trabalhos com recortes de gênero e raça, foi presidente do Instituto de 1988 a 1994.

Nosso recorte temporal, das décadas de 1980 e 1990, está estabelecido pelas fontes aqui empregadas, iniciando pelo trajeto percorrido pelas fundadoras. Por isso, é tão necessário rastrear a conjuntura que antecedeu a fundação da organização em 1988.

Nos cadernos, também aparecem os nomes das mulheres envolvidas na organização, na ação e no trabalho da Geledés de alguma forma, como Deise Benedito, advogada, especialista em relações étnico-raciais e gênero e que, em 2016, segundo informações do *site* da Geledés publicadas no mesmo ano, era perita do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura do Ministério da Justiça.

Também mencionamos Solimar Carneiro, Sônia Nascimento, Vanderli Salatiel, Eufrosina (Lola) Tereza de Oliveira, Isabel Bonfim, Maria Dirce Gomes Pinho, Silvia de Souza, Maria Lúcia Silva e Márcia Regina Alves de Oliveira,<sup>8</sup> que estiveram envolvidas com o trabalho da organização.

Além dos artigos, nos cadernos constam os nomes de todas e todos que participaram do planejamento e da elaboração dos programas do Instituto, os quais tinham objetivos delineados, como está relatado na folha de apresentação do quinto e último caderno, publicado em 1995:

A série *Cadernos Geledés* consiste num conjunto de publicações resultado da ação política do Geledés - Instituto da Mulher Negra. Com estes cadernos pretende-se divulgar as informações, reflexões, estudos e propostas relativas às questões da saúde da mulher negra em particular. Estes temas são objetos fundamentais dos Programas que estruturam esta entidade: Programa de Direitos Humanos e Igualdade Racial e Programa de Saúde da Mulher Negra. Esperamos que estas publicações possam contribuir para o avanço do encaminhamento político da questão racial no Brasil.<sup>9</sup>

Registro aqui a contribuição fundamental de Nilza Iraci,<sup>10</sup> que possibilitou o acesso aos originais dos *Cadernos Geledés*,



recebendo-me no Instituto para que eu pudesse ter contato com o material, assim como tendo digitalizado no momento de que precisei. Além disso, através dos seus depoimentos “informais”, com posterior concessão e consolidação das entrevistas, contribuiu relatando sua trajetória iniciada no movimento feminista e a posterior chegada ao movimento de mulheres negras, somando também informações sobre o Instituto, as quais foram imprescindíveis para a composição das fontes que deram origem a este trabalho.

### **HISTÓRIA ORAL**

Com o acesso à voz de Nilza e através da sua aprovação para lidar com a ideia de participar como entrevistada, decidiu-se por operar com a metodologia da História Oral, com o objetivo de encadear um diálogo entre a fonte oral e as fontes escritas para sustentar as ideias aqui postuladas.

Isso porque a História Oral, em meados do século XX, foi postulada como metodologia para constituição de fontes para o estudo da História contemporânea, amparando o uso de entrevistas com indivíduos que testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente.<sup>11</sup>

Nesse contexto, é relevante destacar a importância do meu papel como historiadora em assumir a responsabilidade de entrevistadora, tendo em vista que vários dos dados aqui usados resultam da interação com a entrevistada e de suas posteriores transcrição e publicação.

Sobre o método da História Oral, Verena Alberti, no artigo “Fontes orais: Histórias dentro da História” (2008), pontua:

[...] A História oral é hoje um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade. Nesse sentido, ela está afinada com as novas tendências de pesquisa nas ciências humanas, que reconhecem as múltiplas influências a que estão submetidos os diferentes grupos no mundo globalizado.<sup>12</sup>

Na pesquisa que deu origem a este livro, a participação das quatro mulheres – Sueli Carneiro, Maria Sylvia Aparecida Oliveira, Nilza Iraci Silva, Deise Benedito –, que tiveram como encaixar em suas agendas um tempo para ajudar a gerar essa fonte oral, foi fundamental e parte de um processo importante no que diz respeito ao trabalho com a oralidade. De acordo com Maria Antonieta Antonacci, em *Memórias ancoradas em corpos negros*, publicado em 2014:

Como a história oral se assenta na voz e como suas fontes são agentes históricos e não documentos distantes, concepções de tempo, trabalhos de vocalidade e memória, territórios de subjetividades e *performances* corporais tornaram-se questões emergentes e problematizadoras da escrita da história. Ainda trouxe, para o campo da pesquisa histórica, o que consideramos especificidade da história oral: a emergência da oralidade.<sup>13</sup>

O acesso à oralidade, inevitavelmente associada às memórias das mulheres negras que atuaram na construção da Geledés, sendo que duas delas se mantêm no trabalho junto ao Instituto, proporcionou a compreensão e a sintetização de importantes informações presentes nos *Cadernos Geledés*.

E, margeando esse cenário, trazemos importantes fatos quanto à conjuntura política que impulsionam o movimento das mulheres que projetaram a Geledés.

## **GÊNERO E RAÇA**

Para o embasamento deste ensaio, entendemos que, para além do debate de gênero,<sup>14</sup> são necessários os apontamentos que levam em consideração os fatores *raça* e *classe* tanto na perspectiva de movimento social quanto na produção intelectual feminista, sendo essa, inclusive, uma das grandes temáticas que permeiam o trabalho desenvolvido pelas mulheres da Geledés.

Oyèrónkẹ Oyěwùmí, socióloga nigeriana e pesquisadora de temas associados ao feminismo no contexto africano/negro, observa que “[...] embora nossa busca pelo conhecimento não possa ignorar o papel das feministas ocidentais, devemos questionar a identidade social, os interesses e preocupações sociais dos provedores de tal conhecimento”.<sup>15</sup> Além disso, as fontes aqui empregadas, tanto escritas quanto orais, nos mostram que o debate foi fundamental para a base prática e teórica de contestação e reivindicação do movimento de mulheres negras nas décadas de 1980 e 1990, que representam o recorte temporal adotado para este trabalho.

É importante determinar que nossas análises não partem de um prisma de disputas ou hierarquias de opressões, mas sim do entendimento de que *mulheres* não estão em uma categoria universal, e sim em suas múltiplas representações e reivindicações, historicamente posicionadas no interior da estrutura social patriarcal. Estrutura essa que moldou modos de “ser mulher”, gerando uma raiz para esse modelo,

sendo este também um dos fundamentos de questionamentos e recusas por parte dos movimentos feministas. De acordo com o que escreveu a feminista estadunidense Adrienne Rich, em artigo de 2002:

Onde quer que se trave uma luta contra a dependência, a dependência específica da mulher, é através da nossa localização num corpo feminino que a questão deve ser abordada a partir de agora. A necessidade de continuar a discutir este assunto, recusando a deixar o debate continuar como até aqui, falando onde o silêncio tem sido aconselhado ou imposto, não só sobre a nossa dependência, mas também sobre a nossa presença ativa e sobre a nossa prática como mulheres.<sup>16</sup>

O movimento de mulheres negras, marcado por múltiplos formatos de mobilização semeados no Brasil, e que emergiu no final dos anos 1970, formando suas organizações consistentemente na segunda metade da década de 1980, apontou para um novo olhar sobre as experiências das mulheres, propondo que se ressaltassem as diferenças entre essas em contraponto a uma homogeneização que invisibilizava as condições específicas das mulheres quando se articulavam raça, etnia, classe, orientação sexual, entre outras categorias.<sup>17</sup>

É importante posicionarmos o que estamos tratando como feminismo e como movimento de mulheres negras de acordo com a conjuntura que se apresentou a partir dos anos 1970. Conforme Cidinha da Silva:

Havia a distinção geral entre movimento de mulheres negras e movimento feminista. A expressão “movimento feminista” tinha cara e tom mais europeizados e intelectualizados. No Encontro Feminista de

Garanhuns, em 1987, parece ter havido uma insurreição das mulheres negras contra o feminismo branco, que não conseguiu ouvi-las com a atenção necessária – e muito menos com disposição para desconstruir privilégios de raça e classe.

Posso dizer que existe uma narrativa de crítica de feministas negras em relação às feministas brancas pela ausência da autocrítica em relação ao racismo. O final dos anos 1980 e início dos anos 1990 foram marcados por uma perspectiva militante e teórica de enegrecimento e pluralização do feminismo.<sup>18</sup>

Em 1985, o Brasil sediou o 3º Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho (EFLAC), ocorrido em Bertioga entre 31 de julho e 4 de agosto,<sup>19</sup> evento que propunha uma escolha democrática das pautas e da metodologia do encontro. Nesse processo participativo, foram montadas inúmeras atividades simultâneas em diversos espaços de trabalho nas oficinas, além de manifestações culturais, discussões temáticas, *performances* e comemorações, incluindo, também, a realização de plenárias. E, no debate, contemplaram-se temas como violência, comunicação e arte, racismo, trabalho sexual, lesbianidade, relações de trabalho, aborto, autogestão e financiamento.

Para as mulheres negras, o evento foi um marco por contar com sua atuação colocando ativamente a especificidade de que suas pautas estavam para além das reivindicações feministas, sendo essa uma forma de romper com uma visão mais universalizada e global sobre as questões relacionadas à mulher diante da estrutura social. O que reforçamos aqui é que o movimento de mulheres negras não está posicionado como vertente do feminismo, tampouco suas questões

estiveram em disputa com tal movimento. A presença das mulheres negras em Bertioga localizou suas dissonâncias em relação ao feminismo liberal, e vice-versa.

Nos anos 1980 e 1990 no Brasil, emergiram então não somente os coletivos feministas negros, mas também mulheres negras escrevendo sobre as questões desses feminismos e da masculinidade negra. Contribuições importantes compuseram as narrativas que possibilitaram a leitura dos movimentos e das produções escritas a respeito das pautas das mulheres negras em estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul.

Tivemos, por exemplo, importantes trabalhos de Luiza Helena de Bairros, mulher negra nascida em Porto Alegre em 27 de março de 1953, falecida em 12 de julho de 2016. Luiza Bairros, como ficou conhecida, era formada em Administração Pública e de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia e doutora em Sociologia pela Universidade de Michigan. Além de publicar artigos sobre racismo, sexismo e enfrentamento ao racismo institucional, Bairros ocupou em 2008 a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial da Bahia no governo de Jaques Wagner e, em 2011, foi convidada pela então presidenta Dilma Rousseff para participar de seu ministério.

Lélia de Almeida Gonzalez, mulher negra, historiadora e antropóloga, uma das fundadoras do MNU (Movimento Negro Unificado, de 1978), escreveu, entre 1981 e 1984, artigos relacionados à condição social de mulher negra e da comunidade negra para o *Jornal Mulherio*,<sup>20</sup> com sede em São Paulo, mas com circulação por todo o país, tendo suas

publicações reconhecidas em outros países, como Chile e Bolívia. Lélia considerava que mulheres não brancas estavam excluídas das reivindicações feministas, como podemos observar no trecho a seguir, extraído do seu artigo intitulado “Por um feminismo afro-latino-americano” (2018):

Ao evidenciar a ênfase direcionada a dimensão racial (quando se trata da percepção e do entendimento da situação das mulheres no continente) tentarei mostrar que, no interior do movimento, as negras e as indígenas são as testemunhas vivas dessa exclusão. Por outro lado, baseada nas minhas experiências de mulher negra, tratarei de evidenciar as iniciativas de aproximação, de solidariedade e respeito pelas diferenças por parte de companheiras brancas efetivamente comprometidas com a causa feminina.<sup>21</sup>

Assim, nossa discussão estará ampliada a setores historicamente não contemplados pelo movimento feminista hegemônico, a fim de buscar a construção de identidades pluralizadas, sobretudo a partir do movimento de mulheres negras.

### **OS CADERNOS GELEDÉS**

Os *Cadernos Geledés*, no total de cinco, foram publicados pela organização na década de 1990. Embora seja esse o período das publicações, os impressos compilam artigos e dossiês que abordam as ações e os encaminhamentos políticos desde a década de 1980. Cada caderno tem um título específico, porém todos se interseccionam no debate em torno das condições do sujeito social Mulher Negra.

O *Caderno 1*, publicado pela primeira vez em 1991, tem como título “Mulher Negra e Saúde”, é composto por seis

artigos que ligam a temática ao Programa de Saúde desenvolvido pelo Instituto.

Já o *Caderno 2*, publicado no mesmo ano, com o título “Esterilização: Impunidade ou regulamentação?”, com um debate que aponta para a informação, a discussão e a cobrança de resolução sobre a temática da esterilização feminina e saúde reprodutiva, como uma questão de saúde pública, mostrando que as ações das mulheres da Geledés, como um dos setores representativos da sociedade civil, empreendiam e contrariavam o Projeto de Lei n. 1.167/1988, que propunha a legalização da esterilização a partir dos 21 anos de idade. Tomando conhecimento do projeto em 1990, conforme relatado nessa fonte, a partir dali, analisaram suas entrelinhas, bem como as principais mulheres que correriam fortes riscos tanto por sua saúde reprodutiva quanto pelo risco de morte. Parte do desfecho está descrito a seguir:

Para ampliar a informação de quem não tem tido a oportunidade de acompanhar o presente debate nacional, reproduzimos alguns documentos importantes que estão presentes nesta discussão, que recrusceu com o Projeto de Lei nº 1.167, de 1988, do deputado Nelson Seixas, o qual foi arquivado, até o Projeto de Lei nº 209/91.

Um dos artigos que compõem o documento 2 apresenta um importante estudo de Elza Salvatori Berquó<sup>22</sup> sobre esterilização feminina, com dados que demonstram os riscos.

O diálogo direto com questões políticas do país conecta as temáticas contidas nos *Cadernos 2* e *3*. Este último, publicado também em 1991, foi resultado do Programa de Direitos Humanos e Igualdade Racial da Geledés, através do



qual se lançou o Serviço de Assessoria Jurídica em Casos de Discriminação Racial, o SOS Racismo. Com o título “Não à pena de Morte”, o *Caderno 3* estabelece o debate em torno da luta antirracista e, através do serviço de assessoria, intenciona questionar os mecanismos de exclusão de cidadania da população negra.

Ainda, os três artigos incluídos no *Caderno 3* que concretizam questionamentos em relação aos mecanismos de exclusão de cidadania da população negra, apoiando-se, também, na experiência e na contribuição do advogado, negro, Doutor Bryan Stevenson, que, à época, coordenava e dirigia programas que engajavam as questões associadas a pena de morte e recrutamento de advogados negros, nos estados do Alabama e da Geórgia, nos Estados Unidos. Além disso, um dos textos do caderno é um documento que apresenta o “ato de lançamento do Serviço de Assessoria Jurídica em Casos de Discriminação Racial – SOS Racismo”,<sup>23</sup> que aconteceu no dia três de abril de 1991, na Câmara Municipal de São Paulo, em que “iniciou-se a coleta de assinatura daqueles que se posicionam contra a aprovação da Emenda Constitucional para a realização de um plebiscito sobre a pena de morte”.<sup>24</sup>

O *Caderno 4*, intitulado “Mulher Negra”, teve sua primeira publicação na primavera de 1993, com cinco artigos dedicados à temática da identidade feminina, questionando esse lugar do ser mulher negra no estrato social e posicionando um diálogo com a sociedade a respeito da violência racial e de gênero, questão centrada no último texto do caderno como “um dos maiores tabus da sociedade brasileira...”.<sup>25</sup>

Já o *Caderno 5* – “A Mulher Negra na Década, a busca da Autonomia” – foi publicado originalmente em 1995, sendo

formado por um texto de apresentação e quatro artigos, além de ter sido especificamente elaborado para compor um espaço de reflexão e documentação, como parte da preparação das mulheres brasileiras para a IV Conferência Mundial de Mulheres realizada em Beijing no mesmo ano.

### **COMO CHEGUEI ATÉ AQUI**

No percurso de dois anos dedicados à produção da dissertação que deu origem a este trabalho, algumas decisões precisaram ser tomadas em decorrência do tempo e das determinações práticas que invariavelmente um programa desse escopo exige. A ideia inicial incluía analisar as produções de Lélia de Almeida Gonzalez e Sueli Carneiro dentro do recorte temporal dos anos 1970 e 1980. Assim, focamos na história da Geledés, apoiando-nos sempre na teoria desenvolvida por Lélia Gonzalez para subsidiar nosso trabalho.

Desde o início, o caminho metodológico pensado incluía História Oral, pois já havia um sim conquistado com Sueli Carneiro, que contribuiria com entrevistas. Porém, com o lançamento do Selo Sueli Carneiro, no final de 2018, término do meu primeiro semestre do mestrado, ela não pôde contribuir e estabelecer contato. Insisti mais um período e, quando cheguei ao final do segundo semestre, decidi que continuaria a partir das fontes escritas que não eram poucas. Confesso minha dificuldade em aceitar a mudança, mas amadureci como pesquisadora, pois o desafio foi justamente buscar alternativas metodológicas e lidar diretamente com o material escrito (os cinco cadernos) e o livro *Escritos de uma vida*, lançado nos idos de 2018, o qual contém muitos artigos publicados por Sueli nos anos 1980 e 1990, que passou a fazer parte do aporte teórico.

Ainda assim, persisti no contato com o Instituto a fim de ter acesso aos originais dos *Cadernos Geledés*. E, nessa busca, cheguei a Nilza Iraci, já mencionada neste capítulo. Quando achei que nem mesmo o contato com a Organização seria possível, recebi uma resposta a um dos vários e-mails e mensagens enviados também à Nilza.

Em nosso primeiro contato presencial, que ocorreu especificamente em 30 de maio de 2019, Nilza autorizou a gravação do áudio, resultando em uma conversa regada a relatos e memórias que contribuíram fundamentalmente para a análise das fontes escritas, bem como do cenário histórico em que elas estiveram inseridas antes da fundação da Organização.

Nilza me recebeu no Instituto e me permitiu o acesso aos originais dos cadernos, o que foi de fundamental importância para que eu pudesse ter acesso às capas com as quais foram publicados. Isso porque o material que eu tinha inicialmente era uma edição comemorativa e, apesar de manter o conteúdo original, tinha uma capa-padrão, diferente das publicadas na década de 1990.

Foi também em uma de minhas visitas que pude conhecer um documento importante: a chamada “Carta ou Declaração de Itapeccerica”, publicada também pela Organização Geledés, mas que foi construída coletivamente por mulheres negras representantes de 16 estados brasileiros, pertencentes a 45 organizações do movimento de mulheres negras. O documento foi preparado para a participação na Terceira Conferência Mundial de População e Desenvolvimento no Cairo em 1994. A Geledés foi uma das organizações que representaram o estado de São Paulo. O documento entrou também como

fonte para a pesquisa, pois reflete ações práticas de participação do Instituto junto à conjuntura de requisição de direitos das mulheres negras, ajudando a compor outros momentos deste ensaio.

Precisei desenvolver caminhos específicos para lidar com o material impresso, pois são compilados muito particulares: não tiveram como finalidade a sua comercialização como produto de imprensa, não apresentam um projeto gráfico único, nem seções padronizadas e não dispõem somente de artigos, mas também de estudos abrangentes com dados estatísticos e diálogos com organizações e modelos internacionais. Assim, optei por agrupar os assuntos e debatê-los nos capítulos, conferenciando sempre com a conjuntura política, pois a fonte exigiu, e sempre com o alicerce em paralelo: a agenda do Instituto que focava nas questões voltadas às mulheres negras.

Por meio dos contatos com Nilza, consegui finalmente estabelecer datas para entrevistas com Sueli Carneiro, Deise Benedito e Maria Sylvia Aparecida, aumentando, assim, as contribuições para a oralidade e a composição das fontes utilizadas. Destaco que, das dez mulheres que fundaram a instituição, de acordo com a ata a qual tivemos acesso, três concederam diretamente entrevista – Nilza, que entrou posteriormente à fundação também contribui –, mas as outras sete com quem não conseguimos falar diretamente são respeitosa e citadas ao longo do livro, e, à medida que as fontes escritas apontaram seus papéis, e mesmo a partir dos relatos das quatro que puderam contribuir pela oralidade, foram também trazidas ao lugar de protagonismo.

A História Oral, como subsídio metodológico, permitiu o trabalho com a modalidade de entrevistas, cujo preparo exigiu personalização para cada entrevistada, uma vez que, entre os objetivos, estava também compreender um pouco das trajetórias individuais das mulheres que puderam participar da pesquisa. Tratando-se então de quatro mulheres, foi bastante importante o acesso a uma biografia inicial de cada uma delas para direcionar o preparo da conversa. Sobre o roteiro de entrevistas, Chantal de Tourtier-Bonazzi pontua:

Nenhuma entrevista deve ser realizada sem uma preparação minuciosa: consulta a arquivos, a livros sobre o assunto, à vida do depoente, leitura de suas obras, se houver alguma, bem como referências sobre as principais etapas de sua biografia.<sup>26</sup>

O que facilitou um pouco, inicialmente, foi o próprio *site* da Geledés, que tem dados biográficos de algumas das mulheres que passaram pelo Instituto – segundo o que Nilza nos informou, esses vêm sendo incluídos aos poucos para que existam informações sobre todas. Para além do *site*, utilizamos a biografia disponível e um importante dossiê publicado em 2006.<sup>27</sup> Porém, por se tratar de entrevistas cujo objetivo principal era conhecer as trajetórias que conceberam a Geledés, assim como, através da oralidade, captar os significados das ações do Instituto que compuseram a agenda do movimento dessas mulheres negras, nosso roteiro também contemplou perguntas comuns às entrevistadas.

Assim como as demais fontes históricas, a fonte oral é um método que embasa o trabalho dos historiadores e pesquisadores de outros campos científicos que se propõem a:

“[...] penetrar em arquivos, ouvir depoimentos, manusear documentos, escarafunchar vestígios de cultura material ou simbólica, decifrar impressos ou audiovisuais em busca das experiências dos nossos antepassados, aceitando os desafios da História”.<sup>28</sup>

Para nossa pesquisa, ouvir os depoimentos teve importância tanto para lidar com dados específicos em relação às particularidades das trajetórias das mulheres envolvidas no trabalho da Geledés quanto com o conteúdo das fontes escritas. Algumas dificuldades dentro do previsto também foram enfrentadas, no sentido do conteúdo das entrevistas, o que é perfeitamente compreensível e justificável tendo em vista algumas particularidades do trabalho com a História Oral. Verena Alberti elucida que:

Há pessoas que, por mais representativas que sejam para falar sobre determinado assunto, simplesmente não se interessam por, ou não podem explorar de modo extensivo sua experiência de vida e discorrer sobre o passado, como talvez sua posição estratégica o fizesse crer. Isso não quer dizer que a escolha tenha sido equivocada. Ao contrário: ela continua plenamente justificada pelos objetivos do estudo e pode se tornar particularmente relevante **quando tomamos a própria parcimônia do discurso como objeto de reflexão**, quando nos perguntamos por que o entrevistado, que tem todas as condições para prestar um depoimento aprofundado sobre o assunto, não se dispõe a (não sabe, não quer, não pode) falar sobre ele com igual intensidade.<sup>29</sup>

Ao trabalharmos com qualquer fonte histórica, lidamos com desafios, e, no caso da nossa pesquisa, algumas lacunas não foram preenchidas com algumas das entrevistas, embora te-

tenham sido completadas pelas fontes escritas e por informações prestadas por outra parte das mulheres entrevistadas.

Como previsto pela própria metodologia, as entrevistas foram integralmente transcritas, mantendo a legitimidade de todos os diálogos estabelecidos. Sobre a importância da transcrição para os historiadores, relata Tourtier-Bonazzi que:

[...] somente o confronto dos textos escritos permite analisar o conteúdo do discurso e a seleção das palavras, enquanto a escuta oral, pela sua brevidade, não permite penetrar o significado das palavras gravadas. Resumindo, eles gostariam de ter nos arquivos transcrições dos depoimentos gravados.<sup>30</sup>

Trabalhar com um tema abordando trajetória de mulheres que interceptaram lugares políticos, sendo pesquisado e desenvolvido a partir das experiências de mulheres negras como protagonistas, foi um aprendizado e tanto, e, ao mesmo tempo, um processo bastante solitário e muito desafiador.

Nem sempre consegui acesso fácil às vozes que queria com tanto respeito escutar, assim como poucas vezes fui ouvida por pessoas tão próximas, das quais esperava um diálogo horizontal, academicamente falando. E este relato não é para fazer sofrer ou compadecer a leitora/o leitor, e sim por concluir e almejar dividir que tantas exigências contribuíram para um amadurecimento acadêmico e pessoal, mesmo diante de dificuldades que, em alguns momentos, refletiram no próprio desenrolar da minha produção escrita.

E, mesmo com tantos passos que ainda precisamos dar para uma produção historiográfica plural, é fundamental destacar e reconhecer a importância dos caminhos já percorridos por

historiadoras e historiadores e seus reconhecidos trabalhos, assim como os trabalhos das intelectuais mulheres negras, das intelectuais mulheres, do conhecimento científico e de outras formas de conhecimento que densamente subsidiam nossas pesquisas.

Considero importante expor a consciência do grande desafio presente na pesquisa que relaciona questões pensadas por grupos de mulheres negras no século XX, como gênero, raça e classe nas concepções dos feminismos. Isso porque os debates estão presentes no tecido social e, mesmo que com particularidades específicas, muito do que se discute atualmente, pelos diversos movimentos de mulheres intelectuais e ativistas negras, está, de alguma forma, ligado às referências deixadas pelos movimentos dos anos 1970, 1980 e 1990. Porém, também é gratificante pensar nessas reflexões e nos passos dados pelas fundadoras da Geledés, e, sobretudo, contribuir com a temática no campo da História.



## NOTAS

1. Ver: FELIPE, Ana Maria. Feminismo negro: mulheres negras e poder – um enfoque contra hegemônico sobre gênero. *Acervo*, v. 22, n. 2, p. 15-28, 26 out. 2011.
2. Nomenclatura para ancestrais femininos para as sociedades iorubás (ver: RIBEIRO, Ronilda Iyakemi. *Alma africana no Brasil. Os iorubás*. São Paulo: Oduduwa, 1996. p. 81).
3. *Ibidem*.
4. Ver: WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. *Revista da ABPN*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 8-17, 2010, p. 15.
5. Ver: GELEDÉS, *Cadernos Geledés*, v. 5, 1993b, p. 7.
6. Ver: <https://www.geledes.org.br/geledes-missao-institucional/>. Acesso em: 20 out. 2019.
7. Terceira Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, em 1994. A conferência estimulou, segundo o documento “Declaração de Itapeçerica da Serra das Mulheres Negras Brasileiras”, a mobilização do movimento internacional de mulheres.
8. Consideramos importante registrar o nome de todas as mulheres envolvidas no trabalho da Geledés no período pesquisado, uma vez que se trata de um trabalho sobre protagonismo de mulheres. Os nomes foram extraídos das próprias fontes de pesquisa. Ao longo do livro, alguns nomes são retomados, por se ligarem diretamente às análises que desenvolvemos.
9. Ver: GELEDÉS. *Cadernos Geledés*, v. 5, op. cit., p. 2 (grifo meu).
10. Atual coordenadora-executiva do Instituto Geledés, concedeu entrevista para a pesquisa, assim como me recebeu na Organização, permitindo-me ter acesso aos originais do ma-

terial impresso utilizado como fonte, além de ter auxiliado durante o processo de desenvolvimento sempre disponível para conversas e encaminhamentos.

11. Cf. ALBERTI, Verena. Fontes orais: Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 155.
12. Idem, p. 162.
13. Cf. ANTONACCI, Maria Antonieta. *Memórias ancoradas em corpos negros*. São Paulo: EDUC, 2014. p. 47.
14. De acordo com Joan Scott (1990, p. 88), “[...] gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual o poder é articulado”. Nessa perspectiva, localizamos o uso do termo “gênero” neste trabalho com a finalidade de pontuar as relações de poder questionadas e problematizadas pelos feminismos e pelo movimento de mulheres negras.
15. Ver: COSTA, Joaze B.; TORRES, Nelson M.; GROSGOUEL, Ramón (org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 172.
16. RICH, Adrienne. Notas para uma política de localização. In: MACEDO, Ana Gabriela (org.). *Gênero, desejo e identidade*. Lisboa: Cotovia, 2002.
17. Cf. BAIROS, Luiza. Orfeu e Poder: um perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil. *Afro-Ásia*, Rio de Janeiro, n. 17, 1996. p. 462.
18. Cf. SILVA, op. cit., 2018, p. 256.
19. As datas de todos os encontros estão disponíveis no site do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CEFEMEA). Disponível em: [http://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/\\_anos/1985.php?iframe=3\\_o\\_eflac\\_bertioga\\_sp](http://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/_anos/1985.php?iframe=3_o_eflac_bertioga_sp). Acesso em: 29 out. 2019.

20. Jornal feminista com pautas sobre a condição da mulher na sociedade. Fundado em 1981 por pesquisadoras e jornalistas da Fundação Carlos Chagas, com sede em São Paulo, recebeu subsídios da fundação até 1984, quando uma divergência nos editoriais provocou a saída da Carlos Chagas, embora tivesse se mantido o apoio, já iniciado, da Ford. Em 1988, com uma nova mudança financeira, o jornal passou a se chamar *Nexo, Feminismo, Informação e Cultura*. Datam de junho e julho os dois únicos números publicados. Não conseguindo diversificar suas fontes de sustento e sem contar mais com o apoio da Fundação Ford, o jornal encerrou suas atividades.
21. Cf. GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *Revista Isis Internacional*, 1988. p. 308.
22. Elza Berquó foi pioneira ao introduzir a demografia no meio acadêmico brasileiro e usar dados sobre a população para entender transformações no comportamento e na saúde dos brasileiros. Na publicação do caderno, aparece a seguinte referência sobre a demógrafa: pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise Planejamento (CEBRAP) e do Núcleo de Estudos de População (NEPO/UNICAMP).
23. Informações extraídas da primeira publicação do *Caderno Geledés*, v. 3, 1991b, p. 15.
24. *Ibidem*.
25. Ver: GELEDÉS. *Cadernos Geledés*, v. 4, 1993, p. 33.
26. Ver: TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 236.

27. O dossiê *Mulheres Negras do Brasil*, organizado por Schuma Schumaier e Érico Vital Brasil, forneceu-nos dados para compor o roteiro das entrevistas.
28. Ver: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 8.
29. Para aprofundar, ver: ALBERTI, op. cit., p. 173 – grifo da autora.
30. Cf. TOURTIER-BONAZZI, op. cit., p. 239.



## **Em São Paulo consolida-se a Geledés: mulheres negras e instrumentos de autonomia**

“[...] e nós entendíamos que era necessário criar um instrumento autônomo, independente, resgatando a autonomia política do movimento social que esteve na nossa origem. Nós entendemos que precisávamos encontrar outro instrumento político desvinculado completamente da agenda governamental, e é com essa preocupação que nasce o Geledés.”<sup>1</sup>

**Aparecida Sueli Carneiro<sup>2</sup>**

### **GELEDÉS: DA TRADIÇÃO IORUBÁ PARA UM COMPROMISSO DE AUTONOMIA DAS MULHERES NEGRAS EM SÃO PAULO**

Conforme documentado em ata, “às dezesseis horas do dia trinta de abril de mil novecentos e oitenta e oito, à Rua Jorge Utsumi, 40 – Vila Sônia – São Paulo – Capital”, houve, através de Assembleia Geral convocada, a fundação, a aprovação dos Estatutos e a eleição da Diretoria de Geledés – Instituto da Mulher Negra.

A década de 1980, da redemocratização do Brasil, após a experiência da ditadura civil militar, foi marcada pela efervescência dos movimentos sociais que vinham se reconfigurando desde o final dos anos 1970. Aqui, cabe salientar que estamos localizando os feminismos e o movimento de mulheres negras (considerando nossa fronteira cronológica)

no conceito de movimentos sociais embutidos na conjuntura correspondente aos anos 1970, 1980 e 1990.

[...] Os movimentos sociais não somente conseguiram traduzir suas agendas em políticas públicas e expandir as fronteiras da política institucional, como também lutaram de maneira significativa para redefinir o próprio sentido de noções convencionais de cidadania, representação política e participação e, em consequência, da própria democracia.<sup>3</sup>

Nesse cenário, uma série de eventos e encontros marcou o posicionamento dos movimentos de mulheres negras, organizados pelos estados brasileiros, contrapondo a visão universalista do ser mulher, característica do movimento feminista hegemônico dos anos 1970.<sup>4</sup>

Segundo Luiza Bairros, no artigo “Mulher Negra e o Feminismo”, “a mulher negra no final dos anos 70, já identificava o Movimento Feminista como um aliado forte, mas essa coisa de democracia racial não permitiu essa aliança”.<sup>5</sup> Especificamente no cenário político de 1983, em São Paulo, ficou acentuada a divergência prática da representação dos interesses das feministas brancas, que não alcançavam as questões raciais e de classe social, atravessando diretamente a condição da mulher negra na sociedade.

A conjuntura englobava os interesses políticos das eleições de 1982 – quem concorria para o cargo de governador do estado de São Paulo era André Franco Montoro. Nesse enredo, acolheu-se a demanda de ter uma representação feminina no corpo político do estado, que se personificou através da consolidação do Conselho Estadual da Condição Feminina.

Segundo Tauana Silva e Cristina Wolff, em “O Protagonismo das mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (1983-1988)”: “[...] foram as mulheres associadas à candidatura de André Franco Montoro (PMDB) que sugeriram a formação de um organismo específico encarregado da proposição, supervisão e defesa de políticas públicas referentes à mulher”.<sup>6</sup>

Desde o final da década de 1970, grupos de mulheres negras se organizavam em diferentes estados do Brasil: Coletivo Aquatune, fundado em 1979 no Rio de Janeiro; Coletivo Nzinga, fundado em 1982, também no estado do Rio de Janeiro; Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista, fundado em 1986; Coletivo Mãe Andresa fundado no Maranhão, em 1986; Coletivo Mulheres Negras do Espírito Santo, fundado em Vitória, em 1987; Coletivo Maria Mulher Porto Alegre (RS), fundado em 1987; Coletivo Mulheres Negras, de Belo Horizonte (MG), fundado também em 1987; ONG Mulheres Negras na Bahia e ONG Criola (RJ), fundadas em 1992.<sup>7</sup>

Organizadas, traziam como demanda a experiência de serem mulheres negras brasileiras que, como sujeitos sociais, arcavam com a violência da raça, do gênero e de classe, categorias de opressões que, juntas, constituíam estereótipos que foram introjetados na estrutura da sociedade, fazendo com que decaíssem sobre essas mulheres a condição de subalternidade. Portanto, o ser mulher e negra significava lidar diretamente com as opressões que resultavam em exclusões maciçamente violentas. Isso atingia diretamente as relações de trabalho, os lugares de seus corpos que eram objetificados e subalternizados. Além disso, a população negra ocupava a parcela das classes sociais menos favorecidas.



Uma das bases que apoiam a escrita deste livro está coadunada à agenda das mulheres negras ligadas à Geledés, que tiveram suas origens de atuação política e de militância em distintos movimentos sociais, entre eles o movimento feminista e o movimento negro. Conforme relatado nas entrevistas, as imposições de suas particularidades como mulheres negras iniciam no interior dos próprios movimentos, desdobrando-se em “ações de feminização das questões raciais e a racialização do ideário feminista”.<sup>8</sup>

Nilza Iraci Silva, uma das entrevistadas para a pesquisa que deu origem a este trabalho, expôs sua experiência como mulher negra no interior do movimento feminista:

É, quando eu fui pro feminismo... era um feminismo clássico, branco, classe média, porque era um feminismo trazido pro Brasil, principalmente pelas mulheres que estavam vindo. Mulheres que estavam exiladas pela ditadura estavam voltando pro Brasil, e elas trazem essa, aspas, novidade e aí eu entrei no feminismo, lá no comecinho dele, sempre tinha essa questão que me incomodava muito que era a ausência da questão racial, a questão identitária. Então briguei durante muitos, muitos anos pela inclusão da questão racial. E as mulheres negras dentro do feminismo? Mas isso até hoje nós temos dificuldade de incorporar, então você imagina, sei lá, há trinta anos a dificuldade que era de incluir. Então, assim, eu sempre fiz a minha luta, eu passei pelo movimento negro, mas era uma coisa assim, ver o que estava acontecendo porque o meu foco era o feminismo. Assim, eu tinha dificuldades porque dentro do movimento negro havia muita resistência ao feminismo e aí diziam, lá vem a feminista chata, porque eu questionava muito a questão de gênero.

Aqui, toma-se como fundamental o entendimento de que o resgate de memórias, pela oralidade, no campo da História, possibilita determinar como a compreensão de grupos e pessoas que experimentaram o passado leva ao questionamento de interpretações generalizantes de determinados acontecimentos e conjunturas.<sup>9</sup> Assim, é possível considerar os relatos prestados para a composição deste ensaio, como os de Nilza, como parte dessa construção dos acontecimentos dos anos 1980 e 1990, direcionada para os sujeitos e movimentos que estão para além de uma perspectiva geral.

Em relação à atuação das mulheres e ao questionamento de sua própria condição no interior do movimento negro, Luiza Bairros pontua se tratar de “uma discriminação muito violenta por parte dos militantes homens, que não aprofundam a questão da mulher, apenas a constataam, desenvolvendo um processo de boicote da militância feminista dentro do movimento negro”.<sup>10</sup> Enquanto isso, aquele que inviabilizava, tanto na perspectiva prática quanto teórica, a proximidade e a articulação das mulheres negras junto ao movimento feminista era a negligência diante da discriminação racial e mesmo de classe, conforme mais uma vez especificou Bairros:

Não há dúvidas que as mulheres do Movimento Feminista trazem uma contribuição importantíssima do ponto de vista de uma visão do mundo, feminina, mas também são essas mesmas mulheres formadas para desconhecer as desigualdades raciais, formadas para pensar o Brasil como uma democracia racial, e aí, contraditoriamente, ainda que o Movimento Feminista consiga perceber em que nível a diferença de sexo é utilizada no sentido de produção das desigualdades,

ele não consegue sacar a recriação constante dos mecanismos de discriminação racial das quais as feministas têm sido instrumento.<sup>11</sup>

A partir de 1985, com a sumária participação das mulheres negras no III Encontro Feminista Latino-americano, realizado em Bertioga (SP), os coletivos engrenaram de maneira mais potente como novos agentes políticos. O encontro simboliza uma das referências para situarmos os acontecimentos relacionados às questões feministas e do movimento de mulheres negras, na perspectiva dos feminismos transnacionais.

Quando da criação do Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF), em 1983, ficaram ainda mais latentes as divergências em relação à posição das mulheres negras. No que concerne ao movimento feminista nessa fase, emergiu na linha das reivindicações o debate em torno da diferença de gênero e da própria identidade feminina. “O Conselho [...] por um lado representou uma vitória histórica para a luta feminista no estado, por outro, mostrou a total ausência de mulheres negras no corpo das conselheiras [...]”.<sup>12</sup> A radialista Marta Arruda não relutou e tratou de fazer a denúncia em seu programa, pois o cenário prático era de que, entre as 32 conselheiras eleitas, não havia nenhuma mulher negra.

No mesmo ano, a organização do Coletivo Estadual de Mulheres Negras (CEMN), em São Paulo, chegou como resposta ao Conselho Estadual da Condição Feminina, cujo significado mostra a mobilização das mulheres articuladas para introduzir representantes negras no CEMN. E parte do grupo envolvido no Coletivo de Mulheres Negras iria, em 1988, compor o corpo de fundadoras da Geledés. Nomes como os de Sueli Carneiro, Vera Sampaio, Dulce Pereira e

Tereza Santos estiveram à frente da concepção do coletivo, conforme relatou Sueli em entrevista concedida:

Era uma multiplicidade de mulheres que já estavam juntas atuando, antes do Geledés. Nós formamos o coletivo chamado Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, que foi o primeiro de São Paulo. Esse coletivo foi criado por várias mulheres. O coletivo foi formado em função da provocação de uma outra mulher, chamada Marta Arruda, que fez uma denúncia grave de que o Conselho da Condição feminina estava sendo criado sem a presença de mulheres negras. Isso foi o que detonou todo o processo de a gente ter que se organizar para enfrentar essa rejeição. Até então nós éramos pessoas dispersas. Eu estava na Universidade, eu participava do movimento negro muito como plenária, não tinha um ativismo, nem uma organização.

Lembramos que, em determinados momentos da entrevista oral, é possível perceber, no relato da narrativa de acontecimentos, a bagagem de informação e sentido, solidificando realidades e fatos específicos. Nesse caso, neste ensaio, os depoimentos, como resgate de memórias, oferecem importantes mecanismos para a compreensão da realidade.<sup>13</sup>

Segundo o que Sueli relatou, o primeiro gesto de organização do Coletivo de Mulheres Negras foi essa mobilização para garantir representação no Conselho estadual. A organização das mulheres para a formação do CEMN promoveu impacto, provocando a reconfiguração do Conselho Estadual da Condição Feminina e “resultando na inclusão, quase que um ano após sua criação, de duas mulheres negras [...], Thereza Santos e Vera Lúcia Freitas Saraiva”,<sup>14</sup> respectivamente, titular e suplente.

O significado de ter duas representantes no Conselho era político, além de uma forma de alinhar, naquele momento, os interesses das organizações de mulheres negras de forma que fossem pautados diretamente a partir da “aliança” com uma instituição pública. Segundo Silva e Wolff, “[...] esse órgão apresentou uma posição partidária e uma conquista das feministas que integravam o PMDB [Partido do Movimento Democrático Brasileiro]”.<sup>15</sup> Muitas mulheres negras das organizações eram de partidos de esquerda,<sup>16</sup> por esse motivo, a escolha da figura de Thereza Santos teve um importante peso, por conta de sua experiência política, tanto da perspectiva coletiva quanto no que diz respeito à representação e às necessidades de estratégias políticas, uma vez que se tratava de um conselho com 30 representantes mulheres feministas brancas, vinculado a um órgão público. Como observa Edna Roland:

Thereza havia conquistado um grande prestígio político devido à sua importante participação no Partido Comunista e no Teatro Experimental do Negro, além da sua ação nos movimentos independentistas africanos, nos anos 1970. Ademais, Marta Arruda era considerada uma militante de direita, e muitas mulheres negras que reivindicavam uma atuação direta no conselho provinham dos partidos de esquerda, engajados na luta contra o regime ditatorial.<sup>17</sup>

“O resultado dessa articulação foi isso, a gente colocou Thereza Santos e Vera Lúcia Saraiva representando as mulheres negras [...]”.<sup>18</sup> Com representantes no CECF, o grupo de mulheres negras do CEMN seguiu criando instâncias no interior do próprio Conselho, como a Comissão para Assuntos das

## Mulheres Negras e a inserção delas em cada comissão do órgão, como ratifica Sueli em entrevista:

[...] era uma comissão formada exclusivamente para pensar a agenda das mulheres negras dentro do Conselho e, depois, também espalhamos mulheres negras nas diferentes outras comissões que o conselho tinha, como a do mercado de trabalho, a comissão de educação, comissão de comunicação, havia várias instâncias que a gente também distribuía para influir também em diferentes temas e isso perdurou até 87, 88, quando em 88 no centenário da abolição eu fui convidada pra ir pro Conselho Nacional dos Direitos da Mulher coordenar o Programa da Mulher Negra. E no meu lugar, eu era então secretária-executiva no Conselho estadual em São Paulo, e ficou Edna Roland. E nós construímos durante o ano de 88 toda uma estratégia articulada entre o Conselho da Condição Feminina e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Uma ação articulada de questionamento do centenário da abolição que redundou, foi um ciclo de ações, debates durante todo o ano de 88 que culminaram com a realização do tribunal Winnie Mandela, que foi um grande evento em São Paulo. Durante esse período, esse grupo de mulheres, que viriam fundar o Geledés, eu, Edna, Deise Benedito, Valdeci, Vanderli, eram dez, a gente já estava muito preocupada com o fato [de o] coletivo estar extremamente vinculado à ação governamental.

A iniciativa de criação do Coletivo de Mulheres Negras e a presença de Sueli Carneiro no Conselho Estadual da Condição Feminina entre 1984 e 1987, como conselheira e, posteriormente, secretária-geral, são fatos que se conectam aos precedentes da fundação do Instituto Geledés. Mesmo com a importância institucional das mulheres negras no Conselho

e a aproximação do Coletivo com as esferas institucionais, ele acabou perdendo a característica de movimento, o que abalou sua estrutura inicial. “A penetração progressiva do Coletivo nas raias institucionais fez com que fosse absorvido, perdesse a autonomia característica de movimento e, involuntariamente, se anexasse à instância governamental”.<sup>19</sup>

Ainda na década de 1980, especificamente em 29 de agosto 1985, em consequência de reivindicação de representação junto ao poder público, por parte do movimento feminista, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), durante a presidência de José Sarney, através de projeto via Congresso Nacional. O órgão de referência nacional efetivou a participação feminina na estruturação de políticas públicas que abrangessem as demandas das mulheres, consolidado com os objetivos previstos na lei que o instituiu. Segundo Fabrícia Faleiros Pimenta:

[...] o principal objetivo do Conselho era o de promover a liberdade, a igualdade de direitos e a plena participação das mulheres em âmbito nacional. O CNDM deveria agir nas esferas federal, estadual e municipal, atuando como ferramenta auxiliar do poder Executivo no que tange às políticas públicas para as mulheres, além de sugerir projetos de lei, fiscalizar sua aplicação e promover interação com organismos nacionais e internacionais.<sup>20</sup>

E de acordo com Jacqueline Pitanguy,

não havia unanimidade no movimento quanto à criação desse órgão, uma vez que vivia ainda em meio a estruturas autoritárias poderosas, sendo real o risco de cooptação. No entanto, a parcela mais signifi-

cativa do movimento de mulheres entendeu, que, mesmo havendo riscos, era necessário lutar para a criação desse espaço institucional e de abrangência nacional.<sup>21</sup>

O CNDM foi presidido pela atriz Ruth Escobar, mulher branca, e as mulheres negras já organizadas indicaram, como suas representantes, para conselheiras:

[...] no Rio de Janeiro, entre outros nomes importantes, estavam os de Benedita da Silva, Adélia dos Santos e Lélia Gonzalez; na Bahia, Luiza Bairos, Jacira dos Santos Silva; em São Paulo, Jaci dos Santos, Thereza Santos, Maria da Penha Guimarães e Leni de Oliveira; em Pernambuco, Wanda Shase; no Maranhão, Maria Raimunda Araújo, a Mundinha; no Rio Grande do Sul, Vera Moraes; em Minas Gerais, Maria José de Souza (a Tita); e em Sergipe, Vanda Oliveira Costa.<sup>22</sup>

O Rio de Janeiro foi o estado vencedor na escolha das conselheiras negras. Representando São Paulo, Sueli Carneiro foi uma das dirigentes do Conselho, tendo criado o Programa Mulher Negra em seu interior. No final do ano de 1987, Sueli foi indicada no CNDM para coordenar as atividades relativas ao Centenário da Abolição; de acordo com Roseane da Silva Borges:

A sua função era acrescentar a temática das mulheres negras ao rol das atividades previstas no evento. A realização do “Tribunal Winnie Mandela” atendeu a esse objetivo: “No Conselho, fiz toda a agenda no que dizia respeito à dimensão de gênero no contexto do Centenário da Abolição, que culminou com um evento de grande importância,



o ‘Tribunal Winnie Mandela’, que realizamos em parceria com o Conselho Estadual da Condição Feminina”.<sup>23</sup>

O CNDM se direcionou a elaborar um programa de trabalho voltado à Assembleia Constituinte, que, através de eleições parlamentares, seria eleita em 1986.<sup>24</sup> Pontua-se aqui que a Assembleia Constituinte, como engajamento de movimentos sociais plurais, é devidamente importante para uma compreensão da conjuntura histórica que se deu em 1988, quando da promulgação da Constituição Federal, a qual, pelo menos, textualmente, abrangeu as especificidades das demandas dos movimentos. E para os movimentos negros e de mulheres negras, delimitou, politicamente, mobilidade para seu campo de atuação junto aos poderes do Estado. Conforme descreveu Sueli Carneiro:

O cenário político de 88, que na verdade é constituído pelo processo Constituinte de 87, que envolveu todos os movimentos sociais. Esse processo Constituinte, ele resulta na Constituição Cidadã de 1988. Essa Constituição de 88 atende a reivindicações importantíssimas dos movimentos negros e do movimento de mulheres. Essas disposições constitucionais que criminalizam o racismo, por exemplo, que vai nos permitir ousar pensar no projeto SOS Racismo dentro do Programa de Direitos Humanos do Geledés, que eu coordenei a maior parte do tempo.<sup>25</sup>

A década de 1980 foi então marcada por importantes conquistas no que diz respeito ao avanço das questões feministas no âmbito político. O Conselho Estadual da Condição Feminina em São Paulo, o Coletivo de Mulheres Negras de

São Paulo – que, em paralelo, desenvolveu o caminho para as especificidades das demandas das mulheres negras – e o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, em âmbito federal, foram órgãos que situaram politicamente as mudanças e promoveram a inserção das agendas feministas junto às políticas públicas.

Ainda assim, o caminho para as mulheres que fundaram a Geledés direcionava-se a desenvolver percursos para lidar, efetivamente, com uma estrutura social em que mulheres negras caminhassem para a autonomia de resolução dos seus problemas no tecido social, de maneira que estivessem mais próximas da base, lidando na prática e promovendo espaços que pudessem acolher, informar e subsidiar diretamente mulheres negras no cotidiano social. Isso porque as opressões às quais estavam submetidas, e já aqui mencionadas, passam pelas nuances das representações estereotipadas dessas mulheres na sociedade que, nos anos após o período escravista, foram se ressignificando, porém mantendo o lugar de objetificação e subalternidade de seus corpos e mentes. E, sobre a origem do compromisso com a perspectiva de um modo de ser e existir autônomo, funda-se a organização, tendo suas referências sólidas no resgate das tradições simbólicas das comunidades africanas. Sueli Carneiro pontua que:

*Geledés é o nome de organizações religiosas femininas que existem na cultura iorubá. Que ela viesse trazendo a marca da nossa identidade africana, do nosso patrimônio cultural.*

E foi muito uma tentativa também de demarcar que um feminismo construído por mulheres negras podia prescindir das matrizes brancas ocidentais. Porque no interior da nossa cultura há elementos simbó-

licos suficientes para sustentar a insubordinação feminina frente ao poder masculino. Então, essa é a origem da nossa história.<sup>26</sup>

Ao resgatarem a tradição iorubá, para nomear a organização que fundaram, as mulheres da Geledés resgataram na prática o conhecimento e a conexão com a África Negra. Lélia Gonzalez, no final de 1988, analisou os papéis desempenhados pelas mulheres em diferentes sociedades africanas, apontando o seguinte:

Como sabemos, nas sociedades africanas, em sua maioria, desde a antiguidade até a chegada dos islames e dos europeus judaico-cristãos, o lugar da mulher não era o da subordinação, o da discriminação. Do Egito antigo aos reinos *ashanti* ou dos *yorubá*, as mulheres desempenharam papéis sociais tão importantes quanto os homens. Em muitos casos até o poder político era partilhado com elas.<sup>27</sup>

Cabe pontuar que os povos negros da diáspora escravizados na América passaram por um processo de desumanização para servir às imposições da colônia e à sua estrutura, processo no qual esses corpos negros carregaram o significado de marcadores de inferioridade e subalternidade. Nesse sentido, é importante lembrar duas esferas do conceito de *diáspora*, como discorreu Luiza Bairros:

Um constitui a nós negros como grupo em que dimensão de raça extrapola qualquer outra condição. Ou seja, um negro é antes de tudo um negro, com todas as conotações de subordinação que isto implica, em qualquer parte do chamado Novo Mundo [...]. O outro tem a ver com o fato de que o racismo antinegro, estabelecido globalmente,

nos permite incorporar experiências que dizem respeito não apenas à nossa realidade mais imediata, mas também a de outros negros, mesmo que nunca as tenhamos vivenciado diretamente. Há elementos na nossa identidade negra que são, por assim dizer, globais. E isso ocorre mesmo considerando que ela é mediada por diferenças nacionais, de gênero e classe social.<sup>28</sup>

Os resquícios do processo colonizador para os negros e negras influenciaram diretamente os seus lugares na sociedade contemporânea. Quando Bairros nos traz a reflexão de que o elemento raça une os povos da diáspora, compreendemos que as experiências do movimento negro e do movimento de mulheres negras partem de uma das formas de opressão. Ao enfatizar o movimento de mulheres negras, faz-se emergir a questão diretamente ligada às formas de violência relacionadas às mulheres das diásporas. Como nos lembra bell hooks:

A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as mulheres desregradas deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve de produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo à perfeita encarnação do erotismo primitivo e desenfreado. Essas representações incutiram na consciência de todos a ideia de que as negras eram só corpo sem mente.<sup>29</sup>

Sabendo que as consequências dessa conjuntura foram reelaboradas, mas mantendo a base dos estereótipos das mulheres negras, vemos que, durante os anos 1960 e 1970, por

exemplo, com as características modernizantes do Brasil, a maneira como mulheres negras eram expostas nas mídias reforçava os estereótipos relacionados à sexualidade de seus corpos, como pontua Flávia Rios:

No Brasil da ditadura militar, sobravam imagens das mulheres negras. Longe de protagonizarem a esfera pública com suas críticas a sociedade dominante, elas eram erotizadas nas canções de samba, no carnaval e nas novelas, onde figuravam como empregadas domésticas. Os dois arquétipos da feminilidade negra que vigiam na representação nacional desde o período escravista recriavam-se na televisão colorida, símbolo da alta tecnologia dos anos 70, que naturalizava as formas velhas e arcaicas do patriarcalismo ao gosto brasileiro: a preta pra trabalhar e a mulata para fornicar. Era o país do samba, do futebol e das mulatas!<sup>30</sup>

Questionar esses lugares impostos era então um dos desafios das mulheres negras engajadas na luta, tanto no cunho intelectual quanto no de ação e enfrentamento. No campo epistemológico, foi o termo “interseccionalidade”<sup>31</sup> o crivo para teorizar e discutir raça e gênero, além de outras “categorias” de opressão, quando o assunto era feminismo.

A fundação da Geledés representou a congruência das experiências do Coletivo de Mulheres Negras e a necessidade de independência das instâncias governamentais, ou seja, refletiu a ideia de emancipação, a busca de uma atuação autônoma, mas que, ao mesmo tempo, pudesse garantir a aproximação com a sociedade e discutir as questões que atravessavam as mulheres negras, porém de maneira independente. Tal perspectiva foi relatada pelas quatro entrevistadas

deste livro. Duas delas, Sueli Carneiro e Deise Benedito, estiveram diretamente ligadas à fundação, conforme relatado por elas e registrado na própria ata, enquanto Maria Sylvia Aparecida Oliveira e Nilza Iraci iniciaram sua trajetória no Instituto posteriormente.

Na ata de 30 de abril de 1988, constam dez nomes das mulheres que estiveram presentes para aprovação dos Estatutos e eleição da Diretoria e que, conforme contou Sueli, foram responsáveis pela fundação do Instituto da Mulher Negra.<sup>32</sup>

Em 1988, Edna Maria do Santos Roland integrou a Organização Geledés como tesoureira, além de ter sido uma das fundadoras do Coletivo Estadual de Mulheres Negras de São Paulo. Com formação em Psicologia, coordenou, na Geledés, nos anos 1990, o Programa de Saúde. Conforme observou Sueli Carneiro:

[...] na conferência de população do Cairo, teve um grande protagonismo do Geledés em que o Programa de Saúde, que na época era coordenado pela Edna Roland construiu várias estratégias, vários processos de discussão, debate e construção de argumentos pra incidência na Conferência do Cairo,<sup>33</sup> que culminou com a carta que é histórica, que chama Carta de Itapeperica.<sup>34</sup>

Sônia Nascimento, também uma das dez mulheres responsáveis pela articulação da fundação do Instituto, fez parte da composição do Conselho Fiscal da Geledés, conforme documentado em ata. Como advogada, atuou no Programa SOS Racismo e ajudou a desenvolver o Programa Promotoras Legais Populares.<sup>35</sup> Todas as mulheres entrevistadas para a pesquisa citaram o nome de Sônia, fazendo referência ao seu

trabalho de acolhimento e difusão do conhecimento. Nas palavras da nossa entrevistada, atual presidenta do Instituto, a advogada Maria Sylvia Aparecida Oliveira: “*Tudo que eu sei, eu aprendi em Geledés com a Doutora Sônia, com a Nilza, com a Sueli*”.

Entre as eleitas para o Conselho Fiscal, no grupo fundador da Geledés, estava Deise Benedito. Através da entrevista, conseguiu-se uma abrangência mais detalhada sobre a sua chegada ao Instituto. Segundo o que Deise nos relatou:

[...] quando eu fui procurar emprego, eu tinha meus 22 anos, tinha passado num teste numa empresa e aí eu sabia que eu tinha passado no teste de datilografia, tinha corrido tudo bem e aí a empresa me chama pra ir lá. A mulher pega, “olha infelizmente não podemos admitir negros”. Aí eu subi em cima da mesa, fiquei louca da vida. Saí de lá, e me defrontei com um poste escrito “venha para o movimento negro”, e na minha cabeça, eu ia poder chegar nessa reunião e denunciar tudo o que tinha acontecido comigo. A reunião foi no MASP [Museu de Arte de São Paulo], era o ano de 1983, e foi quando eu conheci Dulce Pereira, Hamilton Cardoso<sup>36</sup> e um monte de gente. Um monte de negro discutindo a questão racial, aquilo foi interessante, peguei, pedi a palavra, contei o que tinha acontecido comigo. Aí a Dulce me chamou e convidou para a Reunião na FUNDAP [Fundação do Desenvolvimento Administrativo], com mulheres negras, e foi ali que tive contato com Sueli Carneiro, Edna Roland, Maria Lúcia da Silva, Vera Lúcia Saraiva, Tereza Santos. Quando em 88 o Geledés foi fundado, eu era a mais jovem, a juventude desse processo todo, para mim, era um lugar de aprendizado, de conhecimento, de acesso a algumas discussões que sendo uma menina de um bairro pobre da periferia operário, eu não

tinha tido acesso, então eu sabia da questão racial, mas eu queria aprofundar mais e ali me foi dada essa oportunidade.<sup>37</sup>

Deise reiterou que fez parte da construção da organização de mulheres negras com o movimento negro e a fundação do Bloco Afro Alafá.<sup>38</sup> Disse ainda que, entre as pessoas envolvidas nas origens do bloco, estiveram também Edna Roland, Dulce Pereira, Sueli Carneiro e Solimar Carneiro. A criação do bloco antecedeu a fundação do Coletivo Estadual, sendo a primeira organização que reuniu as protagonistas que fundaram, em 1988, a Geledés.

Vale ressaltar que, diante das entrevistas como recurso da história oral, está-se lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas.<sup>39</sup> E são essas memórias que nos possibilitam resgatar a narrativa de construção da Geledés, através dos relatos das entrevistadas.

É importante o que narrou Deise em entrevista em relação às organizações que emergiram na década de 1980 e o que foi encaminhado como estudo e pauta política, através do Coletivo Estadual de Mulheres Negras:

[...] esse Coletivo de Mulheres Negras do Estado de São Paulo, a primeira organização de mulheres negras nos anos 80, porque a gente não pode deixar de lembrar que teve o grupo Rosas Negras, a Frente Negra Brasileira que tinha o departamento feminino. Não dá pra gente dizer: aí nós surgimos, não é isso! Já tinham essas outras organizações, mas com o impacto, com a meta mais incisiva na questão racial e na questão das mulheres, foi o Coletivo que começou discutindo a



questão do trabalho, tanto que fui uma das pessoas que pesquisou a questão do mercado de trabalho, até porque o que me leva ao movimento negro foi a discriminação racial no mercado de trabalho, né?

Sueli Carneiro integrou o grupo das fundadoras, e, em assembleia, foi eleita vice-presidenta. Em nossa entrevista, Sueli relatou resumidamente sua experiência anterior à iniciativa do Coletivo estadual e à Geledés: “Eu era base, base social de algumas organizações. Frequentava as reuniões do CECAN [Centro de Cultura de Arte Negra], algumas atividades do MNU [Movimento Negro Unificado], mas eu não era intrinsecamente pertencente a nenhuma organização de movimento negro propriamente dita”.

A primeira mulher a ocupar o cargo de presidenta do Instituto da Mulher Negra foi Maria Lúcia da Silveira, membro do CECAN e que esteve ligada ao movimento do Coletivo de Mulheres Negras do Estado de São Paulo e ao ingresso dessas no CECF. Aparecida Solimar Carneiro assumiu como primeira-secretária da Organização. Foram eleitas para o conselho fiscal Elza Maria da Silva, Sônia do Nascimento e Deise Benedito. E ficaram como suplentes do conselho fiscal Ana Maria Silva, Eufrosina Teresa de Oliveira e Lúcia Bernardes Souza.

Os relatos de Nilza e Sueli, contidos em nossas entrevistas, apresentaram muita proximidade quando o assunto foi a finalidade da criação de um instituto. Sueli, como fundadora, e Nilza, ingressando posteriormente, atestaram que no cerne da idealização da Geledés estava o foco de uma instituição autônoma, que não dependesse de vínculos com partidos políticos para existir ou desenvolver os seus trabalhos. Segundo

o que Nilza Iraci relatou em entrevista, o histórico e a permanência de militância ou atividade no interior de algum partido político não eram impedimentos ou problemas para estar ligada ao trabalho na Geledés; “só não podia trazer pra dentro da Organização as regras de qualquer instituição de fora”, conforme ela relatou.

No que diz respeito ao financiamento e aos recursos iniciais do Instituto, as informações fornecidas por Nilza revelam que eram provenientes da Fundação Ford (Ford Foundation). “Nós conhecíamos pessoas, no caso acho que era a Rebeca, e foi feito um projeto com a proposta da Organização, a Ford apostou no Geledés.” Além disso, o Instituto nasceu como uma Organização da Sociedade Civil (OSC), “[...] foi feito o projeto, apresentado para a Fundação Ford, e dissemos que queríamos estruturar uma organização de mulheres negras com objetivo de atuar politicamente, intervir, trabalhar a questão interseccional, de gênero, raça, no feminismo e no movimento negro”.<sup>40</sup>

A esse respeito, Sueli Carneiro narrou o seguinte:

[...] Tivemos sorte, porque, logo desde os primeiros anos, foi possível contar com o apoio da Fundação que foi parceiro nos primeiros anos. No sentido que acreditar numa, não é, proposta que era inovadora na época, de um grupo de mulheres negras no âmbito da questão feminista no Brasil.<sup>41</sup>

Segundo Nilza, a Ford financiou a Geledés por 28 anos, e, com a consolidação do Instituto e a estruturação das frentes de trabalho, passou a planejar os projetos e pleitear também financiamentos individuais para eles.

Foi através da confluência das experiências múltiplas dessas mulheres, da experiência do Coletivo de Mulheres Negras do estado de São Paulo que permeou a barreira política, inserindo mulheres negras para representar seus interesses e incluir suas demandas no Conselho Estadual da Condição Feminina. Assim, é possível compreender que a fundação do Instituto da Mulher Negra em São Paulo teve como precedentes tais processos políticos e experiências das mulheres negras envolvidas no Coletivo e nos Conselhos, que tiveram como objetivo uma entidade autônoma, liderada por mulheres negras.

Tendo como base o protagonismo dessas mulheres envolvidas nas ações de reivindicação por representação e participação política das mulheres negras, junto às instâncias institucionais, encaminhou-se a ascensão do que conhecemos hoje como *feminismo negro*. Seus papéis sociais e políticos inauguram uma nova fase de representação na história da mulher negra em São Paulo, pois constituíram um movimento de mulheres, bem como se inseriram em instâncias governamentais visando a políticas que impactassem na vida de mulheres negras.

## **FEMINISMOS, TRANSNACIONALIDADE E MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS**

Quando analisamos o cenário da década de 1980 no Brasil, que nos leva a percorrer a trajetória das mulheres envolvidas na fundação da Geledés no final daquele período, fica evidente que existiam lacunas no movimento feminista, tratado como hegemônico, e por isso os conflitos ocorridos nas práticas nos encontros feministas organizados no desenrolar

daquele momento, assim como os obstáculos encarados para incluir mulheres negras no CECF.

Como não se pretende aqui, de nenhuma forma, sugerir a compreensão do feminismo como movimento homogêneo, adotamos o termo no plural, nem do ponto de vista epistêmico, tampouco de suas práticas. Afinal, como elucida Carla Cristina Garcia no livro *Breve história do feminismo* (2011): “[...] não existe apenas um tipo de feminismo, mas vários, pois são muitas as correntes de pensamento que o compõem, isto porque uma das características que diferencia o feminismo de outras correntes de pensamento político é que está constituído pelo fazer e pensar de milhares de mulheres pelo mundo todo”.<sup>42</sup>

Tomamos como primordial a perspectiva de que é fundamental para esta análise concentrar no presente tópico uma explanação do percurso dos feminismos, apoiando-nos também na concepção de *transnacionalidade* dos movimentos de mulheres.

Entendemos que, no Brasil, entre as influências diretas que concernem importantes conquistas políticas para as mulheres, destacou-se, considerando o recorte temporal aqui adotado, a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985). Importante ressaltar que não vislumbramos uma posição maniqueísta dos movimentos feministas da época, uma vez que, ao passo que houve uma produção de entendimento do ser mulher como categoria única, no mesmo plano, existiram ativismos importantes para um processo de construção dos feminismos no Brasil. Do ponto de vista teórico, de acordo, mais uma vez, com Carla Cristina

Garcia, no já citado artigo “Fronteiras do feminismo: teorias e práticas decoloniais”, de 2020:

Se, por um lado, a crítica feminista dessa época foi determinante na hora de desmascarar a razão patriarcal ao denunciar que as pretensões de neutralidade e objetividade se faziam à custa das mulheres e contra elas, mantendo como pilar do sistema patriarcal a exclusão das mulheres das esferas da razão transcendente, por outro, manteve alguns supostos essencialistas sobre a natureza dos seres humanos e as condições de vida social utilizando conceitos e teorias como se fossem ferramentas permanentes e invariáveis, o que as levou a compartilhar algumas noções essencialistas e a-históricas das metanarrativas.<sup>43</sup>

É preciso também retomar a atenção ao ponto de que são históricos a percepção e o posicionamento por parte de mulheres negras, pontuando a ausência da abrangência do discurso e de prática feministas para além das mulheres brancas, ou seja, para a necessidade de se perceber como o fator raça e classe interferiam nas condições de existência do “ser mulher”. Para tal compreensão, tomamos como referência o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, realizado em Valença, no Rio de Janeiro, do dia 2 a 4 de dezembro de 1988. O encontro representou um acontecimento importante para o movimento e o momento político, como relatou Maria Lúcia da Silva: “88 é um marco, a meu ver, quando as mulheres negras se articulam nacionalmente, fazem um encontro nacional e a partir daí há uma proliferação benéfica positiva de grupo e de organização de mulheres nacionalmente”.<sup>44</sup>

Porém, ao analisar as contradições simbólicas da organização de pauta do encontro, Lélia Gonzalez enfatizou o seguinte:

[...] demonstrou – em diversos aspectos e mais do que nunca – o quanto é fundamental nossa organização, sobretudo quando se trata de um projeto de transformação social. Afinal, o que vimos ali foi uma espécie de reprodução em mulato-preto (porque negro é uma outra história) do que se deu em Bertioga (1985): a afirmação de um feminismo erroneamente chamado de radical, quando, na verdade, sua marca é a do sectarismo. Fechado em si mesmo, pela identificação imaginária que o que fundamenta, seus critérios são os da reprodução especular (e haja espelho nesta estória), caracterizados pelo sexismo extremado. Como lhe falta o impulso necessário para atingir o simbólico, ele não consegue apreender o real. Daí a grande distância que o separa da realidade vivida por milhões de mulheres negras deste país e a sua grande proximidade do modelo ariano de explicação (cujo elemento de sustentação é justamente o racismo).<sup>45</sup>

Nos seus escritos sobre o encontro de Valença no cenário de 1988, Lélia chamou a atenção para a necessidade da atuação de organizações de mulheres negras, que não se inclinassem para um caminho que tivesse o sexismo como sua tônica e partida de luta. A esse respeito, pontua:

[...] a opressão racial e a exploração de classe ficam devidamente esquecidas nos porões de uma sociedade cujos sistemas de classificação social e econômico fazem da mulher negra o foco, por excelência, de sua perversão. Esquecer isso é negar toda uma história feita de resistência e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista, graças à

dinâmica de uma memória cultural ancestral (que nada tem a ver com o eurocentrismo desse tipo de feminismo). Esquecer isso significa não querer ver todo um processo de expropriação socioeconômica e de apropriação cultural que as classes dominantes brancas têm exercido contra mulheres e homens negros deste país.<sup>46</sup>

Referindo-se, então, às contradições de ordem ideológica que estiveram presentes no encontro nacional, Lélia Gonzalez nos traz também a perspectiva de que o caminho a ser tomado pelas mulheres negras no Brasil deveria estar para além da dicotomia do “*macho opressor versus a fêmea oprimida*”, justificando que é esse o ponto a partir do qual as mulheres negras estadunidenses encaminharam seu posicionamento, distanciando-se das lógicas do feminismo hegemônico.

Se tomarmos como exemplo os feminismos nos Estados Unidos, que, em algum grau, objetivavam a emancipação feminina, deparamo-nos com uma conjuntura inicial, do século XIX, especificamente em 1848, a chamada Convenção de Seneca Falls, que teve como pauta principal o papel das mulheres em relação ao matrimônio, além da ideia do sufrágio feminino, posta por Elizabeth Cady Stanton, que dividia opiniões, mas em que já se marcava um ponto de reivindicação de participação política para as mulheres. Como resultado da Convenção:

A importância inestimável da Declaração de Seneca Falls residia em seu papel como expressão da consciência sobre os direitos das mulheres em meados do século XIX. Tratava-se do resultado teórico de anos de contestações inseguras e muitas vezes silenciosas, voltadas a uma condição política, social, doméstica e religiosa que era contraditória,

frustrante e claramente opressiva para as mulheres da burguesia e das classes médias emergentes. Entretanto, enquanto consumação exata da consciência do dilema das mulheres brancas da classe média, a declaração ignorava totalmente a difícil situação das mulheres brancas da classe trabalhadora, bem como a condição das mulheres negras tanto do Sul quanto do Norte. Em outras palavras, a Declaração de Seneca Falls propunha uma análise da condição feminina sem considerar as circunstâncias das mulheres que não pertenciam à classe social das autoras do documento.<sup>47</sup>

O que destacamos aqui, a partir do que foi elucidado por Angela Davis, é a necessidade de compreendermos que os feminismos resultam da prática de mulheres em contrariar a posição imposta pelas estruturas sociais. A partir dessa reflexão, podemos apontar que as lacunas deixadas em determinadas conjunturas viram alvo de questionamento e, ao mesmo tempo, de outras formas de organização para a requisição de direitos para os grupos de mulheres em suas especificidades. E essa é a óptica que guiou a pesquisa que originou este trabalho para rastrear os movimentos realizados pelas nossas protagonistas.

Se, nos Estados Unidos, a Declaração de Seneca não conteve a especificidade da classe, o mesmo ocorreu com a questão raça. Ainda que o movimento antiescravagista naquele país tenha contado com as críticas diretas sobre a ausência de mulheres negras na Sociedade Antiescravagista de Nova York, em 1837, não foi o suficiente para estabelecer o diálogo por parte do movimento organizado em 1848, a Convenção de Seneca Falls. De acordo com Angela Davis, as irmãs Grimké, Angelina e Sarah haviam criticado a Sociedade



Antiescravagista Feminina em Nova York por não envolver mulheres negras em suas atividades.<sup>48</sup>

Ainda em 1848, a Declaração dos Sentimentos marcava o ponto de partida do movimento sufragista, que desafiava a estrutura na qual as mulheres não tinham participação nas decisões políticas nem representação feminina nos cargos. Na mesma conjuntura, especificamente em 1851, nos Estados Unidos – em Akron, Ohio –, uma mulher negra proferiu um discurso improvisado, mais tarde conhecido pelo título “E eu não sou uma mulher?”. Isabella Van Wageningen, que, em 1843 mudou seu nome para Sojourner Truth (*Peregrina da Verdade*) e tornou-se abolicionista afro-americana, na fala chamou a atenção diretamente para a sua condição de mulher – sendo ela uma mulher negra, seus questionamentos estavam direcionados em colocar a duplicidade da opressão racial e de gênero que acometia mulheres negras.

Historicamente, o movimento feminista hegemônico no Brasil se configurou a partir das organizações de mulheres em busca, inicialmente, do acesso ao voto e à participação política. Em 1910, a professora baiana Leolinda de Figueiredo foi líder e referência do movimento que culminou na fundação do Partido Republicano Feminino, que estimulou a luta das mulheres pelo direito ao voto. Em São Paulo, a greve de 1919 teve participação expressiva de mulheres que reivindicavam, além da jornada de trabalho de oito horas, a equiparação salarial com os homens. No mesmo ano, Maria Lacerda de Moura, professora, e Bertha Lutz, bióloga, fundaram no Rio de Janeiro a Liga pela Emancipação Feminina, que, em 1922, passou à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

(FBPF), importante marco na composição do cenário da luta pela igualdade política das mulheres.

O direito ao voto feminino no país foi documentado no Código Eleitoral instituído pelo Decreto n. 21.076 em 24 de fevereiro 1932 (Governo Provisório de Getúlio Vargas), que, em seu artigo 2º, determinou que seria eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo. No mesmo Código, no artigo 4º, excluía-se como eleitores os mendigos e analfabetos, e, considerando que o acesso à educação no período era restrito a uma classe economicamente mais favorecida, obviamente o código também excluía de maneira expressiva a população menos favorecida economicamente. Assim, homens e mulheres pobres, analfabetos, negros e indígenas não acessaram tal direito.

As reivindicações feministas refletiram o cenário dos conflitos mundiais do século XX, sendo os anos de 1960 e 1970 marcados pelas consequências do pós-Guerra, pelas manifestações do movimento hippie, pelas manifestações estudantis e pelos movimentos de liberdade sexual, e, na América Latina, pelo enfrentamento e pelos movimentos de resistências aos governos ditatoriais.

Aqui, estabelecemos pontos de referências mais específicos no que diz respeito ao movimento feminista na conjuntura da década de 1970, que, conforme argumentado por Cynthia Sarti: “[...] embora influenciado pelas experiências europeias e norte-americana, o início do feminismo brasileiro dos anos 1970 foi significativamente marcado pela contestação à ordem política instituída no país, desde o Golpe Militar de 1964”.<sup>49</sup>

O ponto essencial deste livro abrange a agenda das mulheres negras em consonância com seus trabalhos no Instituto

Geledés. O percurso até a fundação e o desenvolvimento dos trabalhos da Organização esteve conectado às experiências acumuladas no interior do movimento negro, do feminismo e do enfrentamento ao cenário imposto pela Ditadura Civil Militar no país. E essa questão é ponto de convergência fundamental aqui, referindo-se à consideração de que tanto o feminismo hegemônico quanto o movimento de mulheres negras expressam o conjunto de ações para desarticular as “armadilhas” do patriarcado que serviam à condição de inferiorização do “ser mulher” e, no segundo caso, às potentes consequências violentas do racismo.

De acordo com Carla Cristina Garcia:

[...] o feminismo pode ser definido como a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para esse fim. Partindo desse princípio, o feminismo se articula como filosofia política e, ao mesmo tempo, como movimento social.<sup>50</sup>

Analisar concisamente as perspectivas de posicionamento e luta política do movimento feminista hegemônico no Brasil nos leva, inevitavelmente, a questionar os lugares de outras mulheres que compunham a sociedade e apresentavam outras demandas para além das desigualdades postas pelas relações de gênero. Nesse sentido, é importante pontuar que o movimento de mulheres negras não é oriundo ou se baseou em contestações diante do feminismo clássico. O que nos cabe

aqui é alocar o papel da criação da Organização Geledés, e as trajetórias que antecederam sua fundação, como forma de tornar horizontal seus papéis, inserindo-a no espaço e no tempo histórico como movimento e trabalho que tiveram como desdobramentos produção de conhecimento, ações políticas e deliberações, no que diz respeito à representação de mulheres, assim como de homens negros, na estrutura social. Adrienne Rich nos posiciona que “nós não somos ‘a questão feminina’ levantada por outra pessoa qualquer; nós somos as mulheres que levantam essas questões”.<sup>51</sup>

Consideramos que as inquietações das mulheres negras a respeito dos seus enfrentamentos como componentes da sociedade não se relacionam somente ao que se consolidou como *movimento feminista negro* ou a partir dele. Isso porque o Brasil carrega em sua história o peso da escravização de homens e mulheres negras, que teve como consequências para seus e suas descendentes o racismo, a estereotipação de seus corpos e a exclusão social. Assim, a resistência e as formas de organização de homens e mulheres negras para sobreviver à escravização estão impressas na bagagem histórica dos povos da diáspora negra.

Com isso, o desejo é de evidenciar que o movimento de mulheres negras constitui também uma forma de organização, potencializada no Brasil dos anos 1980, mas a necessidade de enfrentar o racismo e a inferiorização dos corpos negros esteve ancorada nas imposições da estrutura colonial dos povos das diásporas negras. A professora Maria Antonieta Antonacci reforça que:

Usando e rejeitando corpos e saberes de outros povos e culturas, a epistemologia eurocêntrica assumiu perfis excludentes que atingiram colonizados e colonizadores em racialização dos Outros e de si mesmos. Enquanto os desenraizados se renovam e questionam a ordem dominante desde suas experiências e sensibilidades históricas, abrindo para diferença colonial e fazendo-se sentir em práticas e *pensamentos liminares*, os senhores da Terra entraram em crises no âmago de seus branqueados solos e corpos. Sentindo de onde vêm e por onde passam o racismo e colonialismo, os deserdados penam e apontam até onde vão e se desdobram seus efeitos. Em lutas contra violências de anulações físicas, culturais, artísticas e intelectuais do Terceiro Mundo têm legado ideais de democracia plena, emancipada, sem restrições de gênero, raça ou berço cultural que facilita acesso a bens como língua, escolarização e letramento dominantes.<sup>52</sup>

Os papéis ocupados por mulheres negras no âmbito do trabalho e das relações sociais como um todo foram bem distintos das mulheres brancas. A mulher negra escravizada realizava tanto o trabalho braçal, comum aos homens, quanto os trabalhos domésticos e de cuidado com os filhos e as filhas dos senhores e senhoras. Sobre a condição das mulheres negras escravizadas, Lélia Gonzalez observou:

Enquanto escrava de oito, ninguém melhor do que a mulher para estimular seus companheiros à fuga ou à revolta, uma vez que, trabalhando de sol a sol. Subalimentada e, muitas vezes, cometendo suicídio para que o filho que trazia no ventre não tivesse o mesmo destino dela. Vale notar que a vida média de um escravo produtivo não ultrapassava os dez anos. Após isto, os senhores deles se livravam, mediante a concessão da alforria; e esta significava um tipo especial de “liberdade”:

a de morrer de fome, em função da invalidez precocemente adquirida (este, o sentido da “lei” dos sexagenários).

Enquanto mucama, cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre “livre” das sinhas. E isto sem contar com as investidas sexuais do senhor branco que, muitas vezes, convidava parentes mais jovens para se iniciarem sexualmente com as mucamas mais atraentes.<sup>53</sup>

O caminho percorrido pelas mulheres negras, as da colônia até a contemporaneidade, arrastou permanências tanto nas estruturas econômicas – como pode ser observado ainda hoje no caso das trabalhadoras domésticas da cidade de São Paulo, que, em sua maioria, são mulheres negras (52,9%, de acordo com dados do SEADE de 2017),<sup>54</sup> quanto nos estereótipos relacionados ao corpo e à estética, refletindo em representações de hipersexualização dessas mulheres.

É necessário destacar que as ações do feminismo hegemônico não foram suficientes, levando em consideração a composição e a história da sociedade brasileira e no que diz respeito às demandas das mulheres não brancas. Porém, as contribuições do feminismo hegemônico não devem ser anuladas, sobretudo a importância efetiva no avanço das discussões em relação à emancipação feminina. Conforme pontuou Núbia Moreira:

O movimento de mulheres negras, ou a organização das mulheres negras brasileiras, que amadurece na década de 80, é fruto da intersecção entre os movimentos negro e feminista e é também o espaço de

tensão acerca das especificidades das mulheres negras provenientes da urgência das demandas étnico-racial e de gênero.<sup>55</sup>

Nos anos 1970, período fortemente marcado pela contestação da ordem política vigente, conjuntura da ditadura (1964-1985), parte do movimento feminista estava ligada às bases do pensamento marxista, o que abriu precedente para os diálogos a respeito de classe dentro das perspectivas no interior das pautas hegemônicas das mulheres. A presença das mulheres na luta armada em 1960 e 1970 representou também uma ruptura com valores sociais, já que pegaram em armas, algo visto como uma ação restrita aos homens. Colocaram à prova, de certa forma, valores tradicionalmente masculinos. Seu comportamento foi, naquele momento, uma forma de emancipação, pois sua igualdade com os homens é, mesmo que retoricamente, reconhecida.<sup>56</sup>

Houve, então, um ensejo de pensar as classes sociais de mulheres, mesmo com base fundamentada nas classes médias intelectuais, existindo no movimento uma articulação para o diálogo com as organizações de bairro das camadas pobres da sociedade, em sua maioria. Essas aproximações de interesses entre mulheres de diferentes realidades imprimiram ao movimento feminista brasileiro outras características, porém não o suficiente ainda para garantir as particularidades de outros grupos. Avançaram as conquistas no âmbito social e político, uma vez que algumas mudanças foram pautadas na Constituição de 1988, como a extinção da tutela masculina da sociedade conjugal. Além disso, a força do movimento foi catalisada pelas mudanças na década de 1980, que foi marcada por mobilizações no país pós-ditadura. Em 1980,

promoveu-se o retorno das exiladas, que estava garantido pela anistia em 1979, o que contribuiu para fortalecer a corrente. Segundo Sarti:

Nos anos 1980 o movimento de mulheres no Brasil era uma força política e social consolidada. Explicitou-se um discurso feminista em que estavam em jogo as relações de gênero. As ideias feministas difundiram-se no cenário social do país, produto não só da atuação de suas porta-vozes diretas, mas também do clima receptivo das demandas de uma sociedade que se modernizava como a brasileira. Os grupos feministas alastraram-se pelo país. Houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular.<sup>57</sup>

E, mesmo elucidando tais avanços nos postulados práticos e intelectuais do feminismo hegemônico, ressalta-se a lacuna que ficou para as mulheres negras dentro desse caráter emancipatório. Portanto, reitero que as práticas para subverter e sobreviver aos sistemas opressores impostos aos corpos femininos negros desde sua escravização são parte da trajetória da história de organização das mulheres negras. Recorremos a um dos mais conhecidos textos de Frantz Fanon, a obra *Os condenados da terra*, para iluminar esse momento da história como parte de uma perspectiva necessária, que provocou o encaminhamento de um processo de mudança:

Na verdade, a prova do sucesso reside num panorama social inteiramente modificado. A importância extraordinária dessa transformação é que ela é desejada, reclamada, exigida. A necessidade dessas transformações existe em estado bruto, impetuoso e obrigatório, na



consciência e na vida dos homens e das mulheres colonizados. [...] A descolonização, que se propõe a mudar a ordem do mundo, é, como se vê, um programa de desordem absoluta. Mas ela não pode ser resultado de uma operação mágica, de um abalo natural ou de um entendimento amigável. A descolonização, como sabemos, é um processo histórico: isto é, ela só pode ser compreendida, só tem a sua inteligibilidade, só se torna translúcida para si mesma na exata medida em que se discerne o movimento historicizante que lhe dá forma e conteúdo.<sup>58</sup>

Argumentamos aqui que as organizações dos coletivos de mulheres negras nos estados brasileiros, bem como as articulações e os encontros feministas, desde os anos 1970, representavam em suas articulações regionais posicionamentos políticos que tinham correspondências com outras mobilizações que aconteciam nos demais países latino-americanos. De acordo com a pesquisadora Catalina González Zambrano: “Tais ações geraram uma rede de articulações entre ativistas, organizações e instituições estatais e internacionais. Estas articulações, no seu conjunto, são a base para a formação de um *movimento transnacional*”.<sup>59</sup>

Compreendemos, então, que, no Brasil, as possibilidades de conexões e articulações inseridas na concepção de transnacionalidade dos movimentos de mulheres englobam os eventos relacionados à gênese do Conselho Nacional da Condição Feminina, dos coletivos de mulheres negras que se configuraram, incluindo o Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, o grupo Nizinga<sup>60</sup> no Rio de Janeiro, assim como as Organizações Não Governamentais<sup>61</sup> que emergi-

ram no período, como era o caso da Geledés em São Paulo e da Criola<sup>62</sup> no Rio de Janeiro, a última fundada em 1992.

Cabe-nos retomar a análise em referência aos Estados Unidos, em que, na década de 1960, já estava posicionada a mobilização de mulheres negras organizadas, alinhando suas demandas e localizando as desigualdades de raça e classe como problemas a serem tratados como questões específicas. Audre Lorde<sup>63</sup> postulou:

A energia bruta da determinação negra que foi liberada na década de 1960 impulsionou mudanças na consciência negra, assim como na nossa autoimagem e nas nossas expectativas. Essa energia ainda pode ser sentida nos movimentos pela mudança conduzidos pelas mulheres, por outras pessoas de cor, por gays, por deficientes – e, todos os grupos marginalizados pela sociedade. Esse é um legado dos anos 1960 para nós e para os outros.<sup>64</sup>

Na América Latina, como vimos, no caso brasileiro, tal localização tem sua potencialidade no final dos anos 1970. Ainda, segundo Catalina González Zambrano, os significados compartilhados do ativismo feminista negro na América Latina nos anos 1980 e 1990 conseguiram consolidar projetos de ação coletiva a partir de uma perspectiva transnacional, ou de um ativismo que transcendia fronteiras nacionais.<sup>65</sup>

Nessa conjuntura e perspectiva, fundamentaram-se as ações de autonomia das mulheres negras da Geledés. Em nossa entrevista, Sueli Carneiro afirmou:

Essa história de feminismo negro com a característica que isso adquiriu é uma coisa mais recente. Não tá na origem da nossa mobilização,

a gente se via na década de 80 e de 90 como movimento de mulheres negras. Tudo o que eu escrevi foi questionado, não, ah... o conceito que eu dei para essa mobilização de mulheres negras no interior do feminismo foi enegrecendo o feminismo. A minha perspectiva nesse artigo que acabou se tornando, sei lá, meio paradigma dessa inserção das mulheres negras no movimento de mulheres e no movimento feminista. Na verdade, nós mulheres negras entramos nessa história trazendo o debate do enegrecimento seja lá pro que for, fosse feminista, fosse movimento de mulheres, nós entramos com a perspectiva de que fosse um lado ou outro ou os dois, não lidavam com a maneira que nós entendíamos que era necessária a temática da mulher negra e nós, nos organizamos com esse objetivo, de enegrecer a agenda do movimento feminista. E também, nós terminamos com nossa ação, acabou sendo tão vigorosa que acabou também por introduzir o debate de gênero no interior do movimento [negro] com as demandas específicas das mulheres negras.

Em contrapartida, em 1988, Lélia Gonzalez tratou de usar o termo *feminismo negro* quando fez a crítica, já levantada neste ensaio, referindo-se às contradições ideológicas que constituíram o I Encontro Nacional de Mulheres Negras. O que Lélia denominou feminismo negro partia do que ela entendia como relações contestatórias que afunilavam o debate para uma vertente sexista. Ainda assim, a autora descreveu que:

De qualquer modo, a emergência desse tipo de feminismo sexista no interior do nosso movimento é importante, justamente porque evidencia aspectos que as exigências da luta apontam como inevitáveis. Vejamos alguns deles: a) os efeitos da internalização da ideologia do embranquecimento, que remetem a oportunismo e manipulações do

velho paternalismo eurocêntrico das oligarquias brasileiras; b) a consequente afirmação/reprodução/perpetuação do mito da democracia racial; c) a aceitação do chavão machista de que política é coisa de homem; d) a identificação com um tipo de feminismo ocidental, já devidamente denunciado por seu imperialismo cultural; e) o pseudo-conhecimento das lutas da mulher negra, dada a produção de categorias que, de tão aprisionantes, acabam por um desconhecimento real dessas lutas; f) falta de identidade própria, etc.<sup>66</sup>

Nesse sentido, a ativista ainda classificou que o tipo de feminismo negro que reproduz em sua base ideológica a forma de emancipação que se daria apenas com a radicalização da luta entre homens e mulheres já havia ocorrido nos Estados Unidos e, por isso, se isolado do movimento de mulheres negras do país.

O que argumentamos aqui está para além de uma posição de nomenclatura, pois o que Lélia nos trouxe, no final dos anos 1980, foi a proposta de um feminismo *afro-latino-americano*, em que as *amefricanas*, conceito que a autora cunhou, tinham em sua capacidade de organização uma sabedoria ancestral. Segundo o que ela afirmou:

E quando nos reportamos às *amefricanas* da chamada América Latina, e do Brasil em particular, nossa percepção descobre uma grande resistência ao feminismo. É como se ele fosse algo muito estranho para elas. Herdeiras de uma *outra cultura ancestral*, cuja dinâmica histórica revela a *diferença* pelo viés das desigualdades raciais, elas, de certa forma, sabem mais de *mulheridade* do que de feminismo, de *mulherismo* do que de feminismo. Sem contar que sabem mais de *solidariedade* do que de *competição*, de *coletivismo*, do que de *indivi-*

*dualismo*. Nesse contexto, há muito o que aprender (e refletir) com essas mulheres negras, que do abismo do seu anonimato, têm dado provas eloquentes de sabedoria.<sup>67</sup>

Tanto nos escritos de Lélia quanto na fala de Sueli, percebemos que há uma compreensão comum de que o movimento de mulheres negras no Brasil dos anos 1980 direcionava suas ações para contextos maiores, envolvendo não as questões de raça e classe, e sim a condição da população negra de uma forma geral e posicionando a condição específica das mulheres negras. A dissonância está nas visões específicas sobre o I Encontro Nacional de Mulheres Negras; para Lélia, o posicionamento sexista limitou e tendeu para o que ela chamou de feminismo negro.

Observamos, diante da postura das mulheres negras nos anos 1980 e 1990, que não se tratava somente de uma questão de nomenclatura do movimento, mas sim de posicionamento político frente ao que era identificado como as várias formas de feminismos. O que conhecemos hoje como feminismo negro liga-se à forma contemporânea de localizar o movimento de mulheres negras do presente, porém com a importância de ressaltar a trajetória iniciada e percorrida por essas mulheres desde os anos 1970, considerando a herança com forte repercussão, com Lélia Gonzalez, por exemplo.

No capítulo seguinte, trataremos dos programas desenvolvidos pelo Instituto Geledés, a partir de sua fundação, que, em alguns momentos, tiveram modelos e base de referência em ações de organizações de mulheres negras fora do Brasil. No *Caderno 1*, por exemplo, intitulado “Mulher Negra e Saúde”, uma publicação da *Geledés* de 1991, no artigo “O ovo e a ga-

linha”, assinado por Edna Roland, foi pontuada a referência à experiência com grupos de autoajuda do National Black Women’s Health Project – NBWHP (Projeto Nacional de Saúde das Mulheres Negras), de Atlanta nos Estados Unidos, para lidar de maneira coletiva com pontos comuns da realidade de mulheres e famílias negras no Brasil. Tal exemplo ilustra a base que permeava o Programa de Saúde da Geledés, voltado a pensar, em um âmbito específico, sobre a saúde da mulher negra no Brasil e as potenciais intervenções relacionadas junto ao poder público.

As especificidades dos programas são as pautas do próximo capítulo, porém a importância de citar o artigo está em evidenciar que as práticas das mulheres de Geledés tiveram em seu trajeto diálogos com referências dos movimentos de mulheres negras fora do Brasil, assim como com a base intelectual das mulheres que compunham o Instituto, sua experiência de militância e luta. E, como resultado disso, apresentou-se a *autenticidade* em consonância com as práticas, diante da realidade na qual estavam inseridas as mulheres do Instituto Geledés, desde a sua fundação.

## NOTAS

1. Trecho da entrevista concedida em 3 de dezembro de 2019 exclusivamente para a composição das fontes da pesquisa que deu origem a este trabalho.
2. Sueli Carneiro, como é conhecida nacional e internacionalmente, uma das fundadoras da Geledés, como já dito, é ativista e intelectual das pautas relacionadas às mulheres negras e ao movimento negro.
3. ALVAREZ, Sônia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. p. 16.
4. Referência ao feminismo clássico, desenhado a partir de bases eurocêntricas. Conforme observa Carla Cristina Garcia: “O feminismo dos anos 70 acreditava que se podia definir uma categoria chamada ‘mulher’ e que as elas compartilhavam certas experiências e perspectivas trans-históricas e transculturais e as práticas discursivas nos textos literários ou nas análises críticas procediam diretamente dessas experiências” – GARCIA, Carla Cristina. *Fronteiras do feminismo: teorias e práticas decoloniais*. In: PEREIRA; MELO; ARAÚJO; ARAÚJO, op. cit., p. 23.
5. BAIRROS, Luiza. Mulher negra e o feminismo. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria B. *O feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: UFBA/ Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008. p. 144.
6. Cf. SILVA, Tauana Olívia Gomes; WOLFF, Cristina Scheibe. O Protagonismo das mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (1983-1988). *Cadernos Pagu*, Unicamp, n. 55, 2019, p. 11.
7. Sobre os coletivos, ver: RIOS, Flávia. A cidadania imaginada pelas mulheres afro-brasileiras: da ditadura militar à democracia.

- In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia. *50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2019. p. 240.
8. Ver: SHUMAHAR, Schuma; BRASIL, Érico Vital (org.). *Mulheres negras no Brasil*. Rio de Janeiro: Senac, 2007. p. 329.
  9. ALBERTI, op. cit., p. 165.
  10. BAIRROS, op. cit., 2008, p. 140.
  11. Idem, p. 142.
  12. Cf. BORGES, Rosane Silva. *Sueli Carneiro*. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 66.
  13. ALBERTI, op. cit., p. 186.
  14. BORGES, op. cit., p. 67.
  15. SILVA; WOLFF, op. cit., p. 11.
  16. Tomou-se neste trabalho o termo “esquerda” partindo da concepção do que foram consideradas “esquerda” e “direita” nos anos pós-ditadura civil-militar no Brasil. De acordo com Rafael Madeira Machado e Gabriela Silva Tarouco (Esquerda e Direita no Brasil: uma análise conceitual. *Revista Pós-Ciências Sociais*, UFMA, 2011. p. 175), “após o final do regime autoritário, a definição do significado de esquerda-direita estava intimamente relacionada ao envolvimento, ou não, de partidos e grupos políticos com o antigo regime. Os partidos considerados de direita (PP e DEM) foram os principais apoiadores do regime, os partidos de centro (PMDB e PSDB) representam em linhas gerais a oposição (subdividida entre moderados e autênticos) permitida pelo regime e os principais partidos de esquerda (PDT e, claramente o PT) sendo mais representativos das forças políticas que não atuavam dentro do marco institucional montado pelo regime (sendo que parcela significativa destes grupos teve atuação na clandestinidade e se constitui em um dos principais alvos da repressão do regime militar)”.



17. SILVA; WOLFF, op. cit., p. 10.
18. Sueli Carneiro, em entrevista concedida especialmente para fins deste trabalho.
19. BORGES, op. cit., p. 69.
20. Cf. PIMENTA, Fabrícia Faleiros. *Políticas feministas e os feminismos na política: o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985-2005)*. 2010. 312 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010. p. 77.
21. PITANGUY, Jaqueline. A carta das mulheres brasileiras aos constituintes: memórias para o futuro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 85.
22. Ver: RATTIS Alex; RIOS, Flávia. *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro, 2010. p. 106.
23. BORGES, op. cit., p. 70.
24. PITANGUY, op. cit., p. 85.
25. Transcrito do documento, em vídeo, que constitui o acervo da comemoração dos 30 anos do Instituto Geledés.
26. Idem.
27. GONZALEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. In: GONZALEZ, Lélia. *Primavera para rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Filhos da África, 2018b. p. 43. O artigo foi publicado originalmente na *Revista Raça e Classe*, ano II, n. 5. Brasília: MNU, nov./dez. 1988.
28. BAIRROS, op. cit., 1996, p. 173.
29. Cf. hooks, bell. Intelectuais negras. *Revista Estudos Feministas*, Universidade Federal de Santa Catarina, 1995, p. 469.

- 30.** Ver: RIOS, Flávia. A cidadania imaginada pelas mulheres afro-brasileiras: da ditadura militar à democracia. *In*: BLAY; AVELAR, op. cit., p. 227-253.
- 31.** O conceito é aqui usado a partir das discussões estabelecidas pela socióloga estadunidense Patricia Hill Collins, segundo a qual “foi em 1982 que o Coletivo de mulheres negras, de Boston, denominado Combahee River, publicou o manifesto chamado A Black Feminist Statement, que argumentava que uma perspectiva que considerasse somente raça ou outra somente gênero avançaria em análises parciais e incompletas da justiça social que caracteriza a vida das mulheres negras afro-americanas, e que raça, gênero, classe social e sexualidade, todas elas, moldavam, a experiência da mulher negra. O manifesto propunha que os sistemas separados de opressão, como eram tratados, fossem interconectados” – COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Trad. Bianca Santana. *Parágrafo*, v. 5, n. 17, jan./jun. 2017, p. 7.
- 32.** Por se tratar de um ensaio baseado em uma dissertação, há, invariavelmente, problemáticas relacionadas ao escopo acadêmico. Por isso, até o limite de tempo que consideramos possível para o desenvolvimento da pesquisa, não foram medidos esforços para acessar a maior quantidade alcançável de mulheres para ouvir seus relatos sobre suas respectivas trajetórias e chegada ao grupo para a idealização da Geledés. Porém, as possibilidades nos proporcionaram o acesso às quatro já mencionadas. Diante disso, conseguimos, através de fontes secundárias e das entrevistadas, informações parciais que optamos por expor mesmo assim, tendo em vista a importância da coletividade envolvida e empreendida no trabalho da Geledés, assim como

a responsabilidade com a qual nos propusemos a trabalhar em uma pesquisa cujas protagonistas são mulheres negras, sendo esse um motivo em potencial para documentar seus nomes.

33. A Conferência ocorreu no ano de 1993, de acordo com o documento intitulado “Declaração de Itapecerica da Serra das Mulheres Negras Brasileiras”.
34. “Carta de Itapecerica” ou “Declaração de Itapecerica da Serra das Mulheres Negras Brasileiras”, conforme consta na cópia do documento fornecida pela Geledés para agregar as fontes de pesquisa que originaram este trabalho.
35. O programa foi articulado na Geledés por Sônia e Maria Sylvia, com a finalidade de oferecer formação sobre direitos. A iniciativa aconteceu em razão da análise dos casos de violência doméstica que eram acompanhados pelo departamento jurídico do Instituto.
36. “Hamilton Bernardes Cardoso foi jornalista e trabalhou como repórter especializado de polícia no *Diário Popular*, repórter do Povo na TVS, Canal 4, TV Cultura, Canal 2, jornal *Versus*. Nasceu em Catanduba, interior paulista, em 10 de julho de 1954. Representou o Brasil em vários encontros de organizações e partidos políticos da África, Caribe, Europa e EUA, na Inglaterra onde proferiu uma série de palestras. Foi fundador do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial em 1978 – hoje MNU, consultor de Comunicações da OAB e do Instituto da Mulher Negra, Geledés e cofundador da revista *Lua Nova/Cedec*. Em 1981, no Brasil, criou a revista *Ébano*, e organizou, junto ao dançarino Ismael Ivo, a passeata antirracista do silêncio no campus universitário da Universidade Federal da Bahia – UFBA, durante a SBPC de Salvador, onde foi proferir a palestra O NEGRO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÕES. Em 87 participou como coautor,

do livro *Movimentos Sociais na Transição Democrática*, editora Cortez, organizado por Emir Sader” (disponível em: <https://www.geledes.org.br/hamilton-cardoso/>).

37. Trecho da entrevista concedida em 14 de janeiro de 2020.
38. Segundo relatos de Edna Roland, o bloco Alafíá nasceu inspirado nas representações do Ilê Aiê, que esteve no III Congresso de Cultura Negra das Américas, realizado na Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP) em 1982, organizado por Abdias Nascimento e Elisa Larkin. O bloco Alafíá contou com a articulação do Movimento Negro e com pessoas ligadas à escola de Samba Vai-Vai. Nas palavras de Edna: “Esse bloco foi a primeira organização negra cuja fundação eu participei. E se convocou uma frente amplíssima. Todas as forças políticas de São Paulo foram convidadas. O bloco chamava Alafíá [...] uma palavra iorubá. É uma posição do jogo de búzios. É, digamos, a resposta perfeita, a posição dos quatro búzios abertos, uma resposta que diz: Tudo de bom que há no mundo” (ver: ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC-FGV*. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC-FGV, 2007).
39. Cf. PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Usos e abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 106).
40. Fala na íntegra contida na entrevista com Nilza Iraci Silva, realizada em 18 de novembro de 2019.
41. Transcrito do documento, em vídeo, que constitui o acervo da comemoração dos 30 anos do Instituto Geledés.

42. Cf. GARCIA, Carla Cristina. *Breve história do feminismo*. São Paulo: Claridade, 2011. p. 13.
43. GARCIA, Carla Cristina. Fronteiras do feminismo: teorias e práticas decoloniais. In: PEREIRA; MELO; ARAÚJO; ARAÚJO, op. cit.
44. Transcrito do documento, em vídeo, que constitui o acervo de comemoração dos 30 anos da Geledés.
45. Ver: GONZALEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. In: GONZALEZ, op. cit., 2018b. Artigo publicado originalmente na revista *Raça e Classe*, ano II, n. 5, Brasília: MNU, nov./dez. 1988.
46. Ibidem.
47. Ver: DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 64.
48. Idem, p. 68.
49. Cf. SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 70: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. p. 36.
50. GARCIA, 2011, p. 13.
51. RICH, op. cit., p. 21.
52. Cf. ANTONACCI, op. cit., p. 68 (grifo do original).
53. Ver: GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: LUZ, Madel (org.). *Lugar da mulher negra: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
54. SEADE é a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, que, em 2016, publicou no Sistema PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) um estudo sobre o trabalho doméstico na Região Metropolitana de São Paulo.
55. Cf. MOREIRA, Núbia Regina. *O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e*

- São Paulo. 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. p. 57.
- 56.** SARTI, op. cit., p.36.
- 57.** Idem, p. 42.
- 58.** Ver: FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Trad. Enilce Albegaria Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005. p. 52.
- 59.** Cf. ZAMBRANO, Catalina González. *Mulheres negras em movimento: ativismo transnacional na América Latina*. 2017. 244 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. p. 54.
- 60.** De acordo com Núbia Regina Moreira, no Rio de Janeiro, o grupo Nzinga apresentava em sua composição mulheres de classe média, embora tivesse entre seus quadros mulheres pobres. Segundo uma das suas militantes, esse grupo tinha o objetivo de articular a discussão de gênero e raça. E, conforme outra militante do Rio de Janeiro, foram as mulheres que já viviam nas comunidades das favelas, da Baixada Fluminense, que atuavam nas Pastorais Católicas, que tiveram contato com as feministas que atuavam também nessas áreas. Foi com esse contato que se ampliou para o interior de suas práticas políticas a questão dos direitos das mulheres, um *slogan* do feminismo.
- 61.** Não vimos como necessário trazer uma discussão específica sobre a conjuntura de formação das ONGs, referindo-nos ao período escolhido para a abordagem. Conforme o que se obteve com as entrevistas, trouxemos as informações sobre financiamentos recebidos pela Geledés e os dados sobre o desenvolvimento dos projetos. Ainda assim, por entendermos a relação entre a construção de uma autonomia política do Instituto Geledés e sua gênese vinculada ao formato de ONG, destacamos aqui os apontamentos sobre o seu significado, nos anos

1980, a partir das perspectivas de Núbia Regina Moreira: “No interior da literatura sobre movimentos sociais, as Organizações Não Governamentais (ONGs) surgem com um perfil de organização sem fins lucrativos nos anos 70-80 apresentando uma roupagem que se diferencia das organizações sem fins lucrativos dos anos anteriores. O apontamento emprestado de Núbia, gerado por uma entrevistada de uma ONG, para sua pesquisa, e que nos é relevante nesse ponto, indica que: “[...] as diferenças que vão aparecer após ou no mesmo momento em que a ‘unidade’ mulher negra se desfazia e começava a transparecer as diferenças do movimento de mulheres negras. Embora esse momento se remeta ao início de outros rumos para o feminismo negro, para essa ativista, as ONGs de feministas negras surgem no momento em que o discurso que vigorava era o da igualdade, ‘mas já éramos diferentes, buscávamos mecanismos diferentes’” (op. cit., p.89).

62. O Grupo Criola surgiu em 1992 no Rio de Janeiro no interior de um Programa de Mulheres do Centro de Apoio às populações Marginalizadas (CEAP). Uma de suas ações mais significativas foi a Campanha contra Esterilização em Massa, encampada justamente no Fórum Itinerante de Mulheres Negras do Rio de Janeiro. Essa instituição existe para trabalhar e instrumentalizar mulheres, meninas e adolescentes negras para enfrentar o racismo, o sexismo e a homofobia por todos os meios necessários (MOREIRA, op. cit., p. 65).
63. Já citada de passagem, Audre Lorde foi escritora, poeta, ativista e referência nas lutas feministas, LGBT, do movimento negro e pelos direitos civis. Nascida em Nova York, Estados Unidos, em 1934, filha de pais caribenhos estabelecidos no bairro do Harlem, Audrey Geraldine Lorde abriu mão do “y” de seu nome

original ainda criança, optando por um nome mais simétrico: Audre Lorde, conforme conta em sua “biomitografia” *Zami*. Seu primeiro livro de poesia, *The first cities*, foi publicado em 1968. A partir de então, daria início a uma produtiva trajetória de escrita e publicações de livros de ensaio e poesia. Ao longo de sua carreira, Audre Lorde recebeu diversos prêmios, entre os quais se destacam as bolsas concedidas pelo National Endowment for the Arts (de 1968 e 1981) e pelo Creative Artists Public Service Program (de 1972 e 1976) e o prêmio de excelência literária de Manhattan, de 1987 (texto extraído de: <https://bazardotempo.com.br/autores/audre-lorde/>).

64. Texto apresentado no Final de Semana Malcolm X, na Universidade Harvard, em fevereiro de 1982. Ver: LORDE, op. cit., p. 174.
65. Ver: ZAMBRANO, op. cit., p. 54.
66. GONZALEZ, op. cit., 2018b, p. 364.
67. *Ibidem*.





## “Os passos que vêm de longe”:<sup>1</sup> os programas desenvolvidos pela Organização Geledés

“Fundado em 1988, o GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra define em 1989 a questão da saúde como uma de suas prioridades. Juntamente com outros grupos do movimento feminista, intervimos em relação a várias questões. Após 4 anos de trabalho, podemos contabilizar algumas vitórias. Cada vez mais as questões de saúde passam a ser objeto de grupos de mulheres negras.”<sup>2</sup>

**Edna Roland, na “Declaração de Itapeverica da Serra  
das Mulheres Negras Brasileiras” (1993)**

### QUESTÕES INICIAIS

Consolidada a Geledés, era hora “*de tratar dos nossos problemas*”.<sup>3</sup> Os primeiros passos de trabalho do Instituto com sua fundação documentada aconteceram no quarto cedido por Edna Roland, em sua casa, na Vila Sônia. Conforme relato de Solimar Carneiro:

Inicialmente o Geledés, por falta de espaço, se pensou o Geledés, mas aí a gente precisava de espaço pra pensar as nossas ações. E aí, de uma forma improvisada, uma das companheiras que faziam parte desse grupo ofereceu um quarto que ela tinha na casa dela. Que foi Edna Roland, e nós funcionávamos na Vila Sônia, na rua Jorge Utsumi. A partir daí foi se pensando projetos e trabalhos, apresentar trabalhos. E depois de um ano é que nós fomos para nossa primeira sede, que foi na Liberdade, na praça Carlos Gomes.<sup>4</sup>

As ações pioneiras direcionaram-se para o desenvolvimento de três programas de base: o *Programa de Direitos Humanos*, o *Programa de Saúde* e o *Programa de Comunicação*.

O primeiro, inicialmente coordenado por Sueli Carneiro, contou com um grupo de apoio tendo Adriana Gragnani como pesquisadora, Deise Benedito, Irani Soares, Maria Isabel S. Bonfim, Solimar Carneiro e Sonia Maria P. Nascimento como assistentes técnicas, e Miriam de Fátima Alvarenga como secretária. O grupo de advogados era composto por Antônio Carlos Arruda, Sérgio Moreira Costa, Maria Aparecida Alvarenga, Leila M. Vieira de Paula e as consultoras Norma Kyriakos e Angélica M. Mello de Almeida. Ao Programa de Direitos Humanos, a partir de 1991, vinculou-se o serviço de Assessoria Jurídica em Casos de Discriminação racial – SOS Racismo, projeto que, segundo informações prestadas por Deise Benedito em entrevista concedida, foi coordenado pela advogada Dra. Sônia Nascimento.

Em relação ao Programa de Saúde, era inicialmente coordenado por Edna Roland, tinha Maria Dirce Gomes Pinho como pesquisadora, Lola Tereza Oliveira no cargo de assistente social e contava com o trabalho das psicólogas Maria Lúcia Silva e Sílvia de Souza. Na mesma composição, atuavam a educadora Vanderli Salatiel e, como secretária do Programa, Márcia Regina de Oliveira Alves.

Já o Programa de Comunicação “[...] *foi pensado como um programa pra dar suporte de mídia, visibilidade, produção de materiais pros outros dois programas*”.<sup>5</sup>

Através dos documentos analisados, assim como das entrevistas prestadas, ficou evidente que as atividades desenvolvidas pela Organização se moviam pelo diálogo com

outras organizações de mulheres negras, movimento negro e movimentos sociais, de forma geral.

Para a construção deste capítulo, assim como no anterior, vamos nos respaldar nas contribuições das memórias das entrevistadas, além dos relatos transcritos através do documentário que efetivou a comemoração dos 30 anos do Instituto Geledés.

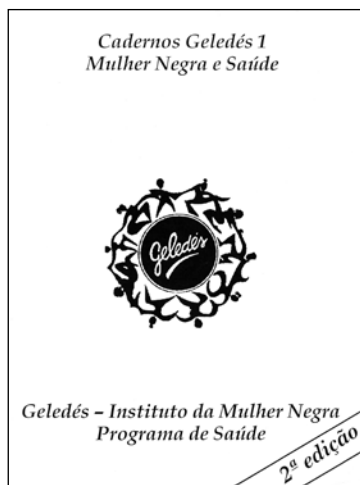
Nesse ínterim, vale lembrar Walter Benjamin: “*contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas*”<sup>6</sup> – a importância do narrar, através da memória, contribui para a revitalização de importantes processos da História.

Abordaremos, então, a partir do diálogo com as fontes, os estudos resultantes das ações dos Programas de Saúde e Programa de Direitos Humanos, além de seus desdobramentos políticos e sociais. Tanto o ponto de partida, os mecanismos desenvolvidos para organizar as ações dos Programas e as profissionais e os profissionais nelas envolvidos, quanto os reflexos desses trabalhos estão sinalizados nos *Cadernos Geledés*, uma de nossas fontes de análise, assim como relatos de memória das nossas entrevistadas.

Retomamos aqui que, ao trabalharmos com as entrevistas, consideramos, com base na literatura disponível e adotada sobre História Oral, que as palavras empregadas pelas entrevistadas são importantes para a interpretação da composição das narrativas construídas através das experiências da Geledés. Apoiamo-nos na compreensão de que é parte do processo do trabalho a análise da entrevista no global, de modo que se possa observar como as partes se relacionam com o todo.<sup>7</sup>

E, nesse caso, as memórias trazidas pelas entrevistadas em diálogo com as contidas no documento produzido em comemoração aos 30 anos do Instituto, assim como os artigos dos *Cadernos Geledés*, subsidiam o processo de análise da constituição da agenda aqui constituído.

As fotografias a seguir, inicialmente cedidas por Nilza Iraci<sup>8</sup> para a nossa pesquisa, correspondem às capas originais dos *Cadernos Geledés 1, 2 e 3*, que, por sua vez, se referem às temáticas dos programas da Geledés tratados aqui.



**FIGURA 1** Capa do *Cadernos Geledés 1*.

**FONTE:** Acervo Geledés (imagem tratada pelo KK, web designer do Portal Geledés, a partir da digitalização das capas originais).

O *Caderno 1*, de maio 1991, como primeiro da série dos cinco publicados, com capa assinada pelo cartunista Luiz Pê, é uma publicação que pretendia colaborar para a reflexão e a organização das mulheres negras em torno da sua própria saúde. Trata-se de uma primeira tentativa de sistematizar um programa de saúde voltado para as mulheres negras.<sup>9</sup>

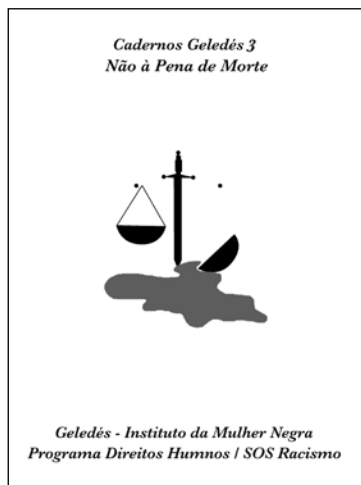


**FIGURA 2** Capa do *Cadernos Geledés 2*.

**FONTE:** Imagem da capa tratada, a partir do original, pelo *web designer* do Portal Geledés, o KK, especificamente para a composição do livro.

O *Caderno 2*, de junho de 1991, foi dedicado a tratar da temática sobre esterilização, com a finalidade de contribuir para a discussão sobre o assunto. Como documento e veículo de informação, o material apresentou um diálogo a respeito do Projeto de Lei Sobre Direitos Referentes à Saúde Reprodutiva. O desenho da capa, mais uma vez assinado por Luiz Pê, apresentou o resumo da ideia das discussões sobre a saúde reprodutiva em território nacional.<sup>10</sup>

O *Caderno 3*, também de 1991, foi produzido a partir do que foi articulado pelo Programa de Direitos Humanos e Igualdade Racial, em relação ao debate sobre a pena de morte. Os escritos contidos na página 5 da publicação original, assinados por Sueli Carneiro, mostram a apresentação do lançamento do Serviço de Assessoria Jurídica em casos de Discriminação Racial (SOS-Racismo). O desenho de capa, assinado por Jackson Rios, exhibe a ideia da fragilidade de



**FIGURA 3** Capa do *Cadernos Geledés 3*.

**FONTE:** Imagem da capa tratada, a partir do original, pelo *web designer* do Portal Geledés, o KK, especificamente para a composição do livro.

uma legislação que considerasse a pena de morte como possibilidade, em um país estruturalmente nocivo à população negra e pobre. Na apresentação, colocou-se que o objetivo do Caderno residia em sensibilizar a comunidade negra, em particular, e a sociedade, em geral, para outras questões presentes no debate sobre a pena de morte, para além do fato da inconstitucionalidade, considerando, também, o impacto que a medida teria especificamente na população negra.<sup>11</sup>

Nesse sentido, nosso argumento se baseia no fato de que os caminhos que levaram e foram construídos pela Geledés passaram pelas ações específicas elaboradas através de seus programas, apresentados a seguir.

**PROGRAMA DE SAÚDE DA ORGANIZAÇÃO  
GELEDÉS E A CONSTRUÇÃO DA CUMPLICIDADE:<sup>12</sup>  
PRODUTOR DE CONHECIMENTO E CUIDADO**

A agenda construída pelo movimento das mulheres da Geledés envolveu, nos anos que abrangem nosso recorte temporal, articulações de práticas efetivas junto às políticas públicas, levando para discussão e reivindicação as condições sistêmicas às quais estava submetida a população negra. Além disso, tais ações foram consolidando materiais escritos pela Organização, que, dentro dos seus respectivos campos de trabalho e formação, contribuíram para garantir a produção de um tipo de conhecimento envolvendo as questões de raça, gênero e classe na conjuntura dos anos 1980 e 1990. Nesse sentido, compreendemos, tomando como base as palavras do professor e crítico Homi Bhabha, que “[...] *a articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica*”.<sup>13</sup> Destacamos que, na conjuntura brasileira, a minoria, considerando grupos minorizados, refere-se à concepção política, e não demográfica, uma vez que a população negra de pele escura e clara, por exemplo, compõe, demograficamente, a maior parte da população do país.

O Programa de Saúde, de acordo com o que está presente nas fontes que adotamos, desenvolveu-se, sobretudo, de modo a pensar a saúde da mulher negra no Brasil. Para isso, vincularam-se estudos sobre os dados relacionados à ocupação das mulheres negras no campo do trabalho, às demandas de sobrevivência e a tudo que as atingia, inclusive sua saúde mental.



O Programa de Saúde tem assim o objetivo de ampliar o conhecimento sobre nossa saúde, aumentando nossa capacidade de autonomia em relação ao Sistema de Saúde, mas também o objetivo de conhecê-lo e modificá-lo de acordo com nossas necessidades. Portanto, atuamos no nível individual, social e político. Para nós, o trabalho no nível pessoal tem o objetivo de desenvolver nos indivíduos a possibilidade de se organizar coletivamente atuando politicamente. Ao mesmo tempo, é o trabalho político que, ao ampliar o nosso espaço social, cria as condições para a mudança dos indivíduos.<sup>14</sup>

Entendemos que, além do fato relacionado às condições de ausência de políticas públicas voltadas para tratar das particularidades da saúde, o caráter subjetivo das tradições ancestrais se faz presente na vinculação do Programa de Saúde como ação dessa organização de mulheres negras. Segundo a doutora em Ciências da Religião Rosinalda Côrrea da Silva Simoni, o movimento de mulheres negras sempre esteve ligado à religiosidade, pois a articulação pela liberdade de existir nasceu nas conversas de terreiro, e as conquistas, mesmo quando ligadas à intelectualidade, perpassavam ou nasciam dentro dos terreiros de matriz africana.<sup>15</sup> Nas palavras de Sueli Carneiro:

Desde a sua origem, as organizações tradicionais *Geledés*, da cultura iorubá, são organizações que são lideradas por mulheres, presididas por Orixás femininos, mas que, contêm no seu interior, tal como na tradição, o nosso Geledés, é uma organização de protagonismo, de liderança feminina negra, e que incorpora em seu interior homens brancos e negros, mulheres brancas e negras, que concordam com o seu programa de ação e são capazes de respeitar essa liderança.<sup>16</sup>

Com isso, podemos pontuar que a Organização Geledés, idealizada e legitimada por mulheres negras, com caráter de uma instituição autônoma, levou para o cenário do debate e dos desdobramentos das questões sociais um saber carregado das experiências também ligadas ao conhecimento ancestral dos povos das diásporas. Cabe-nos destacar que as mulheres herdeiras dos povos das diásporas carregaram consigo uma carga de saberes e estratégias culturais específicas. De acordo com Teresinha Bernardo e Sabrina de Almeida Guimarães no texto “Mulher negras: trajetória de força e trabalho”, de 2020:

No Brasil, como em outros pontos do planeta, vivem mulheres que não são descendentes de Héstia;<sup>17</sup> suas ascendências são Iansã,<sup>18</sup> Euwá,<sup>19</sup> Oxum,<sup>20</sup> Iemanjá.<sup>21</sup> São mulheres afrodescendentes. A memória do vivido dessas mulheres é nítida e clara. Lembram detalhes da sua vida, dos grupos a que pertenceram no passado e daqueles a que pertencem no presente. As lembranças herdadas também fazem parte de suas memórias e, sobretudo, dizem que gostam de lembrar.<sup>22</sup>

Ao desenvolver um Programa de Saúde, com ênfase a tratar da saúde das mulheres negras no aspecto amplo, o trabalho do Instituto representou a necessidade do olhar para essas mulheres e suas heranças culturais, como forma de resistência e localização política. Especificamente dos *Cadernos Geledés 1* extraímos a informação de que foi a primeira publicação editada no Brasil dedicada inteiramente às questões de saúde da mulher negra.<sup>23</sup>

E, ao tratar da saúde da mulher negra no Brasil, um dos estudos apresentados pelo programa elucidou que, a partir

da Constituição Federal de 1988, um dos princípios garantidos enfocava que “Saúde é um Direito de Todos e um Dever do Estado”. E, por essa perspectiva, no primeiro artigo do *Caderno 1*, Edna Roland aponta que: “Se em termos doutrinários esse preceito constitucional representa uma vitória social importante, ele não é suficiente para garantir a realização desse direito essencial”.<sup>24</sup>

Deise Benedito, em entrevista realizada, observou que:

Os projetos que foram desenvolvidos pelo Geledés na área da saúde foram fundamentais na questão da saúde das mulheres negras, na questão dos direitos reprodutivos, né, a questão da denúncia da violência obstétrica, o sofrimento contínuo das mulheres negras, a questão da Aids na população negra, e, eu acho, que principalmente as denúncias do direito ao aborto, direito a métodos contraceptivos.<sup>25</sup>

Os estudos elaborados pelo Programa de Saúde foram específicos ao posicionarem as distintas realidades socioeconômicas e relações de trabalho, assim como renda, através de dados comparativos que consideravam homens e mulheres, negros e brancos:

Enquanto 24,6% dos brancos recebem uma renda inferior a 1 salário mínimo, 44% dos negros encontram-se abaixo desse limite da pobreza absoluta; enquanto 25% dos brancos são analfabetos, 48% dos negros encontram-se nessa situação.

Com relação às diferenças entre mulheres, os dados publicados a partir do recenseamento de 1980 são alarmantes, sendo da ordem de 48% a taxa de analfabetismo entre as mulheres negras, enquanto que esta porcentagem cai para 24% entre as mulheres brancas.

O rendimento médio mensal auferido pelas mulheres brasileiras varia significativamente segundo a cor. Adotando o critério utilizado por vários pesquisadores brasileiros, de considerar 2 salários mínimos como barreira da pobreza, verificamos que cerca de 85% das mulheres negras encontram-se abaixo da linha de pobreza na medida que ganham até 2 salários mínimos mensais, contra 64% das mulheres brancas na mesma situação.<sup>26</sup>

O objetivo era desenvolver atividades na área da saúde, capazes de amparar em específico, mas não somente, mulheres negras. Conforme exposto nos *Cadernos 1 e 2*, fizeram parte da agenda do Programa o debate sobre a Aids, o aborto, a esterilização e demandas afetivas e emocionais, também integrantes importantes das questões de saúde que acometiam e acometem a população negra, e de formas diferentes quando se trata de mulheres negras.

Toma-se aqui como referência a análise de Jurema Werneck para ressaltar a maneira como as ações em torno das reivindicações sobre as especificidades e o direito à saúde para a população negra foram uma demanda dos movimentos sociais e representaram importantes estratégias que, na prática, remavam contra a continuidade de consequências advindas das estruturas e instituições racistas:

As reivindicações da população negra e de movimentos sociais – especialmente o Movimento de Mulheres Negras e do Movimento Negro – por mais e melhor acesso ao sistema de saúde participaram da esfera pública ao longo dos vários períodos da história das mobilizações negras, principalmente no período pós-abolição, e se intensificaram na segunda metade do século XX [...].<sup>27</sup>

Os estudos feitos pelo programa deram conta de evidenciar um cenário em que a estrutura racista brasileira, aliada a uma ideia falaciosa de democracia racial, camuflava problemas graves acerca da saúde e de doenças que, quantitativamente, atingiam em maior grau mulheres negras.

Assim, no escopo do projeto de saúde, o Instituto Geledés enfatizou diferentes atividades:

Grupos de autoajuda: inspirados na experiência do NBWHP<sup>28</sup> através dos quais pretendemos dar conta das necessidades individuais, oferecendo suporte umas às outras e condições de desenvolvimento emocional e espiritual que permitam às mulheres um processo de identificação enquanto mulheres negras marcadas por uma experiência comum, e o engajamento em atividades comunitárias.

Oficinas de Saúde: grupos de reflexão com o objetivo da produção de um conhecimento a respeito de nós mesmas, para auxiliar no trabalho com novos grupo.<sup>29</sup>

Segundo consta no artigo “O ovo e a galinha”, publicado no *Caderno 1*, deu-se em 1989 um contato com a experiência das mulheres negras estadunidenses de Atlanta, em relação às oficinas de autoajuda. Assim, a assistência fornecida pela Geledés em apoio às mulheres negras culminou em experiências construídas através do coletivo, tendo como ponto de partida as histórias pessoais. De acordo com o que foi escrito por Maria Lúcia da Silva sobre as vivências nos grupos de autoajuda:

Temos descoberto que nossas marcas, cicatrizes são semelhantes. O que tem mudado é o lugar onde estas histórias se deram ou se dão.

Descobrimos, por exemplo, que algumas de nós estivemos perto da prostituição, não porque fomos mandadas para fora de casa, e esse era o único meio de sobrevivência. Mas sim porque isto era uma forma de ataque ao nosso próprio corpo, à nossa própria imagem. Que ao mesmo tempo que nos sentíamos “gostasas”, nos achávamos feias, sem atrativos, e que este era um jeito de nos sentirmos gostadas. Descobrimos, também, o quanto a escola nos oprimia depreciando nossa imagem e inibindo nossas possibilidades, e que às vezes sobravam apenas três caminhos: ou nos destacávamos para sermos as primeiras alunas da classe, e desta forma diminuir a forma de opressão, ou éramos extremamente inibidas, cabisbaixas, como se fôssemos emburrecidas, e os ataques eram mais violentos, ou então largávamos a escola.<sup>30</sup>

A partir dessa análise, podem ser observados pontos importantes quando falamos sobre as particularidades que estão impressas nos corpos negros, com consequências específicas para as mulheres negras. Núbia Moreira, ao explicar os aspectos simbólicos que decaem sobre a mulher negra na sociedade brasileira, elabora que a ela estão relacionados os padrões de sexualização do corpo como forma de inspirar sexualidade, assim como pertence a esse conjunto de herança colonial a condição de desempenhar as práticas servis e manuais.<sup>31</sup> Se antes já posicionamos como um ponto de demarcação e diferenciação do que é ser mulher negra nos espaços das diásporas, elencar essas narrativas produzidas a partir das oficinas de autoajuda localiza as consequências da estrutura racista, por meio das vozes de expressão coletiva das mulheres negras que delas participavam. Para esse posicionamento, tomamos o empréstimo da voz de Lélia Gonzalez, quando diz que:

Uma das grandes denúncias que fazemos, em termos de sociedade brasileira, é a que nós negros só somos vistos como corpos, e a mulher negra é vista como corpo superexplorado, que é a trabalhadora do campo, a boia-fria, ou a boia-fria que já está na cidade, ou a doméstica, ou, então, é vista como mulata, quer dizer, é um corpo superexplorado, sexualmente falando. Nunca somos vistas como pessoas, e há a reprodução dessa situação mesmo no interior da comunidade negra. Sempre somos vistas como corpos geradores de prazer ou de trabalho braçal.<sup>32</sup>

Cabe retomar que, na condução dos subsídios que o Programa de Saúde disponibilizava, nessa referência dos anos 1990, estavam profissionais como a própria Maria Lúcia da Silva e Sílvia de Souza, ambas psicólogas.

Durante os anos 1990, o Programa de Saúde deu conta de alinhar a agenda com outros setores do movimento negro. Com isso, direcionaram também o olhar para tratar de cobrar das políticas públicas ações efetivas que levassem, por exemplo, para o Sistema de Saúde especificidades capazes de adequar a atuação para a população negra e, como ponto importante, as peculiaridades das mulheres negras. As ações em conjunto aos demais setores do movimento negro resultaram na assinatura da Portaria n. 696/1990 pelo então Secretário Municipal da Saúde de São Paulo.

Em 31 de maio de 1990, com a portaria já assinada, organizou-se o seminário “O Quadro Negro da Saúde: Implantação do Quesito Cor no Sistema Municipal de Saúde”. Segundo consta no artigo publicado no *Caderno 1*, a participação da Geledés no seminário teve a finalidade de sensibilizar os profissionais da saúde e discutir a forma como deveria ser feito o registro racial dos usuários do sistema municipal de saúde.

No mesmo artigo, intitulado “Rompendo a Conspiração do Silêncio”, incluem-se as seguintes informações sobre o que ficou deliberado no seminário: “Neste Seminário foi decidido que será seguida a classificação utilizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O IBGE utiliza quatro categorias de cor, e o sujeito se autotransclassifica. As categorias são as seguintes: preta, parda, branca e amarela”.<sup>33</sup>

Apesar disso, teceram uma crítica a respeito da classificação, argumentando sobre as limitações que a categoria “cor” impunha, além de representar uma dinâmica ideológica que a sociedade brasileira precisava escamotear – a das relações raciais no país, de maneira que, estruturalmente, as consequências para a comunidade negra atingiam a dinâmica da vida, da saúde e da construção de seus lugares. Nesse sentido, apoiamos-nos no que Lélia Gonzalez pontuou:

Tanto no caso do indígena quanto do negro percebemos que é o branco que controla sempre as decisões a nosso respeito. No caso do negro, especificamente, vamos perceber que deste vértice inferior, onde está o negro, até o vértice superior, onde está o branco, o famoso contínuo de cor, vai mexer profundamente com a identidade do próprio negro na sociedade brasileira.<sup>34</sup>

No mesmo artigo, fica expressa a preocupação do Instituto em informar e, também, denunciar, através das publicações dos *Cadernos*,<sup>35</sup> retomando o fato de que tanto apresentaram os desdobramentos das ações dos programas quanto representaram um veículo de comunicação com a sociedade. E essa ideia ganha força porque esteve embutido no *Caderno 1* o texto da justificativa da Portaria n. 696/1990,<sup>36</sup> cuja finalidade



principal foi propor a inclusão do item “cor” no Sistema de Informação da Secretaria Municipal da Saúde, apoiando-se nos argumentos estruturais e dados concretos de diferenças entre negros e brancos. Além disso, posicionou que o quesito cor elucidaria os dados alarmantes sobre a incidência de doenças específicas que acometem a população negra, tanto por carência ao acesso a recursos financeiros quanto pela escassez encontrada na especificidade dos órgãos responsáveis pela saúde pública. Conforme documentado no *Cadernos Geledés 1*:

Nesse sentido, a coleta e análise do quesito cor pelo Sistema de Informação da Secretaria Municipal da Saúde permitirá determinar, em princípio, o peso das condições socioeconômicas na situação da saúde de diferentes grupos raciais. Por outro lado, possibilitará a identificação do peso da variável racial na incidência de doenças segundo grupos étnicos, pois dados relativos a outros países multirraciais demonstram que a variável raça é associada à maior ou menor incidência de certas doenças, tais como: diabetes, hipertensão, mioma etc.<sup>37</sup>

Desse modo, o desfecho contido na Portaria n. 696/1990 apontou, segundo documentado na fonte, como resolução, através da assinatura do Secretário Municipal de Saúde, a inclusão do quesito cor no Sistema de informação da Secretaria Municipal de Saúde.<sup>38</sup>

Afirmamos aqui a importância das práticas do Instituto Geledés, nas quais se inserem as publicações dos Cadernos, também como mecanismo de formulação de conceitos a respeito das elucidações sobre a necessidade de posicionar as situações específicas da população negra como uma questão

da saúde pública. Isso porque foi em diálogo com o movimento negro que grande parte das formulações conceituais de diretrizes e estratégias e da atuação em saúde da população negra teve origem fora do sistema de saúde, a partir da atuação dos sujeitos negros organizados, de suas análises, conhecimentos e valores.<sup>39</sup>

Como parte da construção de diálogo, respaldado pelo Programa de Saúde, em 1991, estiveram no campo de análise e problematização a epidemia da AIDS e os desdobramentos do entendimento de quem eram os grupos infectados (chamados de grupos de risco naquele momento), refletindo na contaminação crescente das mulheres negras.

Direcionamos a análise sobre o tema no interior do Programa de Saúde com base no artigo assinado por Edna Roland e Lola T. Oliveira, intitulado “AIDS: História, Cara e Sexo”, que apontou que, nos anos 1980, houve registro do primeiro caso notificado no estado de São Paulo e, em 1983, o primeiro de uma mulher infectada.<sup>40</sup>

Segundo a Organização Mundial de Saúde, em 1990 havia pelo menos 6 milhões de pessoas infectadas pelo vírus HIV, das quais 2 milhões são mulheres. Dados apresentados pela Dra. Jane Mulemwa, de Uganda, no 6<sup>th</sup> International Women and Health Meeting (6<sup>o</sup> Encontro Internacional de Mulheres e Saúde) realizado em Manilha, Filipinas, em novembro de 1990, indicam que na região subsaariana da África e no Caribe, mais de 1,5 milhão de mulheres estavam infectadas. Assim, é necessário reconhecer que são as mulheres dos países em desenvolvimento, da população negra ou não branca, que são as mais afetadas.<sup>41</sup>

É preciso pontuar que, no início da epidemia, estava subentendido que existiam grupos de risco específicos, tidos como tais homossexuais masculinos, usuários de drogas injetáveis e os haitianos. O que foi explanado por Lola e Edna deu ênfase à concepção de que o desenvolvimento desses conceitos acentuou um tipo de preconceito em tornos dessas pessoas, incluindo no raciocínio o fato de que, sem ponderar as possibilidades de contaminação e com a disseminação dessas formas preconceituosas, as mulheres passaram a se considerar, equivocadamente, fora do foco de contaminação. Após dez anos de registro do início da pandemia entre nós, a evidência da vulnerabilidade das mulheres ao vírus HIV começava a se impor, inclusive a possibilidade de transmissão sexual entre mulheres.<sup>42</sup>

Partindo dessas discussões, a avaliação feita pelo programa em torno da situação das mulheres frente à propagação da doença confluiu no argumento de que era importante delimitar um diálogo que abrangesse as condições sociais dessas mulheres, bem como o fato de que isso manifestava um impacto no que dizia respeito à propagação da epidemia.

No contexto da avaliação, pontuou-se que as formas de subordinação das mulheres configuravam a possível exposição aos riscos. Referindo-se, então, às formas de opressão feminina que englobavam o caráter das relações sexuais como opressivas, relacionando a posição masculina de recusa do uso de preservativo, assim como a sexualidade poligâmica masculina e a violência sexual, que deixavam expostas mulheres e, também, crianças no que diz respeito ao contato sexual não consentido e à prostituição.<sup>43</sup>

Ressalta-se aqui que as formas de opressão e objetificação dos corpos femininos, ainda tão presentes na estrutura social, expuseram mulheres, em diversas condições sociais e raciais, a níveis de contaminação da doença, configurando-se potencialmente em mais uma forma de violência. De acordo com Roger Ceccon e Stela Meneghel, no artigo “HIV e violência contra mulheres: estudo em município com alta prevalência de Aids no Sul do Brasil”, de 2015:

A violência contra a mulher é um agravo de elevada prevalência e um importante problema de saúde pública. É definida como qualquer ato de agressão psicológica, física, sexual e patrimonial, incluindo ameaça, coerção, privação de liberdade, pornografia ou incesto, e determinada pelas desigualdades de poder entre os sexos.<sup>44</sup>

O problema da violência contra a mulher como parte da estrutura social e como urgência a ser combatida é encontrado nos documentos analisados sobre o Programa da Saúde também quando trataram, no artigo “28 de Setembro: Repensando o Ventre Livre”, sobre a legalização (como tratado pelo texto) do aborto.

Conforme publicado, foi no IV Congresso Internacional Interdisciplinar sobre as Mulheres, realizado no Hunter College de Nova York, e proposto pela delegação brasileira, que se instituiu o dia 28 de Setembro, data da assinatura da Lei do Ventre Livre, como o Dia Latino-Americano da Luta pela Legalização do Aborto.

A criminalização do aborto tem feito milhares de vítimas por falta de assistência médica adequada e, muitas vezes, devido à utilização de

objetos contaminados, medicamentos nocivos ou procedimentos precários. É evidente que as maiores vítimas da mortalidade por aborto são das mulheres das classes mais pobres que, não por coincidência, são de maioria negra. Mulheres carentes de educação sexual e de acesso a métodos contraceptivos, e que pagam com a vida o preço de uma gravidez indesejada advinda de um momento de exercício de sua sexualidade.<sup>45</sup>

Ao encaminhar o assunto relacionado ao aborto com o importante dado referente ao artigo do Código Penal Brasileiro da década de 1940, que reconhecia como legal o aborto no caso de risco para vida da mulher ou da gravidez como resultante de estupro, o artigo deixa evidente que, naquele momento, o único local do país em que havia possibilidade do procedimento, dentro dos parâmetros legais, era o serviço criado no Hospital Municipal do Jabaquara da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo.

No que diz respeito aos movimentos de mulheres negras e a seu posicionamento político diante das incoerências estruturais que a elas eram caras, no Primeiro Encontro Nacional (ocorrido no Rio de Janeiro, em Valença), em 1988, a legalização do aborto foi uma das “bandeiras” postuladas.

Em 1991, foi publicado o *Caderno 2*, pela Geledés, um pequeno dossiê de título “Esterilização: Impunidade ou Regulamentação?”. A discussão encaminhada pela agenda do instituto deu-se em virtude da pauta nacional estabelecida pelo Projeto de Lei n. 1.167/1988, de autoria do então deputado federal Nelson Seixas, e que teve seu arquivamento até o Projeto de Lei n. 209/1991. E foi no ano de 1988 que, em São Paulo, se iniciou um processo de discussão sobre o tema,

envolvendo o Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF), a Secretaria Municipal de Saúde e o Movimento de Mulheres Negras.<sup>46</sup>

Na pauta de discussão encaminhada pelo movimento feminista, através do CECF, e pelo movimento de mulheres negras, por meio da Comissão de Mulheres Negras presente no CECF, avaliou-se que a esterilização como prática não regulamentada e com carência de uma análise crítica a respeito acontecia à revelia da vontade real das mulheres, distanciando-se de um método contraceptivo e transformando-se em uma prática naturalizada. A Comissão de Mulheres Negras denunciou em 1986, através da publicação “Mulher Negra: Dossiê sobre Discriminação Racial”, os interesses de governos e agências internacionais em realizar o controle da natalidade da população negra através da indução do uso indiscriminado de anticoncepcionais, especialmente a laqueadura (forma de esterilização).<sup>47</sup>

Denunciávamos também as propostas de Benedito Pio da Silva, membro do GAP – Grupo de Assessoria e Participação, do Governo Maluf, de necessidade do controle da população negra para evitar a perda da hegemonia branca no poder. Já denunciávamos, enfim, o médico Elismar Coutinho, do Centro de Pesquisa e Assistência em Reprodução Humana, que realizava, em 1986, campanhas racistas de controle populacional.<sup>48</sup>

As campanhas do GAP<sup>49</sup> destinavam-se a coibir a população negra, considerando-a uma verdadeira ameaça às esferas do poder político para a sociedade:

Verifica-se que o objetivo do grupo governamental, liderado por Benedito Pio da Silva, era encontrar mecanismos para impedir que a natalidade da população parda e negra superasse a dos brancos. O principal receio dos membros do GAP dizia respeito a uma possível ascensão dos negros e pardos aos mais importantes cargos políticos do país. Os autores – tendo como referência o sistema eleitoral de Washington da era segregacionista – chegaram até mesmo a cogitar a possibilidade de extinguir as eleições no Brasil caso a população negra viesse a se tornar superior à branca. Essas afirmações deixam nítido o viés racista do controle da natalidade defendido pelos participantes do GAP e a percepção de que a população branca seria supostamente mais consciente quanto à necessidade do planejamento familiar (leia-se controle populacional) do que a de negros e pardos.<sup>50</sup>

Sendo assim, é possível inferir que a proposta de regulamentação da esterilização de 1986 evidentemente estava em consonância com as perspectivas de controle de natalidade baseadas em uma lógica racista de política institucional.

Em fevereiro de 1988, realizou-se o I Seminário sobre Esterilização Feminina e Masculina, promovido pela Secretaria de Estado da Saúde e pelo Conselho Estadual da Condição feminina.

Neste Seminário foram divulgados pela primeira vez os números de mulheres esterilizadas no país, obtidos a partir da pesquisa PNAD [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios] de 1986, realizada pelo IBGE. Enquanto integrantes da Comissão de Mulheres Negras daquele Conselho, tomamos então conhecimento de que a esterilização feminina era o método contraceptivo mais usado no Brasil (44%), seguido da pílula (44%); a vasectomia (esterilização masculina) era

baixíssima (0,9%), o DIU [dispositivo intrauterino] 1,5% e a camisinha 18%, coito interrompido 2,5%, e a tabela 6,2%.<sup>51</sup>

A pauta foi em torno da regulamentação ou não da esterilização e de como essa questão se inseria no contexto político de saúde pública. O argumento era de que as distorções presentes no uso de anticoncepcionais, assim como a inconsistência da legislação no que dizia respeito à esterilização, estavam relacionadas a interesses dissonantes da real necessidade da população e, também, da atenção integral à saúde da mulher.<sup>52</sup>

E foi em 1990 que, a partir do conhecimento do Projeto de Lei n. 1.1167/1988, o qual propunha a legalização da esterilização a partir dos 21 anos, os debates no interior dos movimentos negro, feminista e de mulheres negras levantaram as problemáticas em torno da possibilidade da legalização com a finalidade de barrar e arquivar o referido Projeto de Lei.

A importância do tema e gravidade da situação que este projeto procurará coibir é tal que a discussão vem se ampliando em diferentes fóruns organizados no país, e deverá possibilitar um maior aprofundamento com a constituição da CPI sobre Esterilização de Mulheres no Brasil, proposta pela Deputada Federal Benedita da Silva.<sup>53</sup>

Com o debate e as denúncias feitas, em 1991, com nova legislatura, o Projeto de Lei de 1988 foi arquivado e o então deputado federal Eduardo Jorge organizou uma mesa-redonda na qual se discutiu a proposta de Projeto de Lei sobre Direitos Referentes à Saúde Reprodutiva – o novo Projeto de



Lei n. 289/1991 foi elaborado pelas assessorias dos deputados signatários.<sup>54</sup>

Nas disposições dos trabalhos desempenhados pelo Programa de Saúde da Geledés, apresentamos a continuidade das ações, que avançaram com sua agenda, em 1993, através da “Declaração de Itapecerica da Serra das Mulheres Negras Brasileiras”. Isso porque a Declaração foi fruto de uma articulação de organizações de mulheres negras de 15 estados brasileiros,<sup>55</sup> com o objetivo de preparar as pautas inerentes às mulheres negras brasileiras para o debate internacional.

Direcionava-se, então, uma organização específica para a participação na Terceira Conferência Internacional de População e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, realizada na cidade do Cairo, Egito, em setembro de 1994.

Pontuamos como uma das materializações das atividades a organização do Seminário Nacional de Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras, que ocorreu em Itapecerica da Serra, município de São Paulo, do dia 20 a 22 de agosto, no ano de 1993. Como produto do seminário, destacou-se o documento, já introduzido, que levou o nome de *Declaração de Itapecerica da Serra das Mulheres Negras Brasileiras*.

Conforme concluiu Edna Roland na folha de apresentação da Declaração:

Pela primeira vez no Brasil, as mulheres negras pertencentes às mais diversas organizações do movimento de mulheres negras, movimento negro, movimento feminista, centros de pesquisa e rede de saúde reuniram-se para definir a sua visão em relação às questões de população e direitos reprodutivos. Dessas discussões, nasceu a Declaração de

Itapecerica da Serra, que representa a visão consensual do Movimento de Mulheres Negras brasileiras.<sup>56</sup>

O Seminário Nacional de Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras foi realizado pela Geledés, com suporte do Programa de Saúde, que, no mesmo ano, contava com a atuação de Edna Roland, Eufrozina (Lola) Tereza de Oliveira, Lilian Tineu de Melo, Maria Dirce Gomes Pinho e Márcia Regina Alves de Oliveira. À frente da secretaria-executiva do evento, estava Maria de Lourdes (Binha) Abreu de Campos. E, na parte de comunicação e edição-geral do documento final, também aqui utilizado como fonte, estava Nilza Iraci. O fomento para subsidiar o seminário veio de agências internacionais e nacionais: IWHC (International Women's Health Coalition), Fundação MacArthur, MEMISA (Medische hulp aan de derde Wereld) e BANESPA (Banco do Estado de São Paulo).

Com o objetivo embasado pelo aprofundamento das questões em torno da realidade das mulheres e com o intuito de contribuir com a preparação das brasileiras para a Conferência no Cairo, a pauta estava em consonância com o cenário das políticas internacionais voltadas para o controle dos nascimentos das populações não brancas e pobres. E, como desenvolvido na análise a respeito da legislação brasileira e dos projetos sobre esterilização, ao tratar dos enredos de controle populacional e interesses de políticas públicas, o eixo de debates direcionou-se para as questões de saúde reprodutiva e para as consequências dos mecanismos de controle como instrumentos racistas e de cunho violento para a situação específica das mulheres.

A partir do panorama apresentado na Declaração, visto ser de 1993, é possível perceber que as ações de 1990 e 1991, as quais identificamos como efetiva mobilização, através do que foi produzido e publicado nos *Cadernos Geledés 2*, tiveram continuidade, no sentido de denunciar e pressionar o Estado brasileiro, mesmo com a proposta do Projeto de Lei n. 289/1991. Como produto do encontro, a avaliação feita sobre a situação no Brasil foi a seguinte:

O papel do Estado tem se dado basicamente no sentido de tratar a reprodução como uma questão pública e os meios de manutenção da vida - habitação, saúde, educação, alimentação e trabalho - como uma questão privada. Compreender essa inversão de papéis é fundamental nessa conjuntura preparatória da Terceira Conferência Mundial de População e em tempos de difusão do conceito de populações superfluas. Liberdade reprodutiva é essencial para as etnias discriminadas. Portanto, precisamos lutar para que a reprodução possa ser decidida no mundo privado, cabendo ao Estado garantir os direitos reprodutivos e assegurar condições para manutenção da vida.<sup>57</sup>

Ao especificar, na Declaração, suas reivindicações em torno das ausências do Estado em relação a toda estrutura envolvida na garantia da saúde reprodutiva, foi pontuado como urgência para garantia de direitos o acesso à educação e a programas de saúde e habitação, além da implantação do PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher), mas com garantia de qualidade no que diz respeito aos recursos para o atendimento integral das mulheres, como a realização de procedimentos capazes de detectar, nos primeiros anos de vida, as patologias de maior incidência na população negra,

enfrentamento da precariedade de atendimento ao parto no Brasil, canalização dos recursos financeiros destinados às políticas de saúde (previstos na Constituição), formação humanizada e ética para os profissionais da saúde, bem como a democratização do acesso à informação, com a introdução do quesito cor nas declarações de nascimentos, prontuários e demais formulários pertencentes ao sistema de informação em saúde.<sup>58</sup>

A Declaração de Itapecerica apresentou-se como mais um instrumento e forma de agregar conhecimento e informação, destacando, ainda, o papel dos movimentos de mulheres negras nesse processo de cobrança, além da representação de interesses dos grupos que, naquele momento, estavam escancaradamente marginalizados pelo poder público, nos quesitos já citados.

O documento, elaborado coletivamente, posicionou o papel fundamental e os encaminhamentos disparados pelas militantes negras, pontuando que a elas, como movimento, estava postulado o papel de definir estratégias transformadoras de ação política – um trabalho permanente e sistemático de mobilização e organização das mulheres negras –, bem como a tarefa de formação da consciência crítica através dos processos de educação popular. No texto, reforçou-se ainda que:

A nossa prática política deve ser orientada pela utilização de métodos e linguagem acessíveis que possam sensibilizar a maioria da população feminina negra, e por atitudes e comportamentos democráticos no trato das diferenças de ordem política e ideológica. No desenvolvimento dessa prática, devemos associar as análises das realidades macro

e microsociais, onde a formulação das propostas políticas globais não seja estranha às necessidades da vida cotidiana das mulheres.<sup>59</sup>

Apontamos que o labor e o engajamento envolvidos no Programa de Saúde da Geledés, em conjunto com organizações feministas e do movimento negro, levaram à construção de uma agenda, através da militância, das análises e dos estudos em torno das necessidades sociais com as contradições existentes nas políticas públicas. Por meio dos dados aqui apresentados, com base nos *Cadernos Geledés*, visamos a expor a participação ativa do Instituto, pelas especificidades apresentadas nos documentos analisados, com as contribuições dessa organização de mulheres em diálogo com a sociedade civil, a respeito daquilo que passou a ser preocupação e urgência: a saúde da população mais atingida pelas precariedades sistêmicas.

Com estes cadernos pretende-se divulgar as informações, reflexões, estudos e propostas relativas particularmente às questões dos direitos de cidadania e população negra e da saúde da mulher negra. Estes temas são os objetivos fundamentais dos Programas que estruturam esta entidade: o Programa de Direitos Humanos e Igualdade Racial e o Programa de Saúde. Esperamos que estas publicações possam contribuir para o avanço do encaminhamento da questão racial no Brasil.<sup>60</sup>

Os *Cadernos*, como base, e a “Declaração de Itapeverica” foram documentos fundamentais, pois compilaram as práticas desenvolvidas no período e, para os anos de suas publicações, funcionaram como mecanismo de informação e diálogo,

sendo uma das premissas do Programa de Comunicação da instituição.

### **PROGRAMA DE DIREITOS HUMANOS E IGUALDADE RACIAL DA GELEDÉS: ANTIRRACISMO, COMUNICAÇÃO E ESPAÇO JOVEM**

Os programas integraram o Instituto Geledés nos anos que sucederam sua fundação, mas não atuaram em ações dissociadas entre si, o que é possível perceber inclusive pelo que foi posto como missão institucional, e mesmo pelas múltiplas esferas com que acabaram lidando, no que dizia respeito às questões relacionadas à saúde. Em outras palavras, não teria como estabelecer posicionamento, produzindo material sobre a saúde da população negra, pobre e das mulheres, sem estabelecer conexão com as visões de cidadania, com a Constituição, e junto ao poder público. Isso nos possibilita afirmar que, ao tratar de Saúde, no Programa homônimo, tratava-se, nas entrelinhas, também de Direitos Humanos, juntos compondo as práticas da Geledés no período aqui analisado.

Porém, o Programa especificado como de Direitos Humanos que integrou o Projeto SOS Racismo pôde unir esses saberes, assim como profissionais, e proporcionar outros desdobramentos para mulheres, homens e jovens que careceram especificamente de apoio jurídico, e, no caso dos jovens e das jovens, uma parte particularizada envolvendo os Projetos Rappers e Feminirappers.

Além disso, conforme apresentado nos *Cadernos Geledés 3*, a pauta da pena de morte representou mais um dos Instrumentos de Campanha, desencadeada pelo Programa, em 23 de abril de 1991, através do evento que inaugurou o

## Serviço da Assessoria Jurídica em Casos de Discriminação Racial – SOS Racismo.<sup>61</sup>

O debate realizado na inauguração do projeto foi o material que compôs o *Caderno 3*, o qual materializou, em forma de comunicação, os desdobramentos da discussão, do protesto e do posicionamento a respeito da pena de morte no Brasil. Na apresentação do material, foi pontuado:

Com este Caderno pretendemos sensibilizar a comunidade negra em particular e a sociedade em geral, para outras questões que estão presentes no debate sobre a implantação da Pena de Morte, para além de sua inconstitucionalidade, posto que viola o primeiro dos direitos fundamentais do ser humano, que o direito à vida. Cabe-nos, portanto, recortar a discussão sobre a implantação da Pena de Morte, o impacto que tal medida terá especificamente sobre a população negra.<sup>62</sup>

O advogado norte-americano Bryan Stevenson,<sup>63</sup> convidado para o debate, atuava na defesa dos presos condenados à morte nos Estados do Alabama e de Geórgia, Sul dos Estados Unidos. Como abertura do evento, conforme apresentado no *Caderno*, organizou-se um abaixo-assinado, com o seguinte argumento:

Aos vinte três dias do mês de abril de 1991, na Câmara Municipal de São Paulo, no Viaduto Jacareí, número 100, em ato de lançamento do Serviço de Assessoria Jurídica em Casos de Discriminação Racial – SOS Racismo, iniciou-se a coleta de assinatura daqueles que se posicionam contra a aprovação da Emenda Constitucional para a realização de um plebiscito sobre pena de morte. A ela, nos abaixo-assinados, dizemos NÃO!<sup>64</sup>

Além do Dr. Stevenson, participante como palestrante, foi possível extrair da própria fonte a presença de outros representantes da sociedade civil, como: os do Centro Acadêmico XI de agosto da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; Amelinha de Almeida Teles, representando a União de Mulheres de São Paulo e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos durante o regime militar; Paulo Henrique Ribeiro Floriano; o deputado Jamil Murad; o vereador Vital Nolasco; representantes da imprensa (repórter do jornal *O Estado de São Paulo*); Ailton Franco; o advogado João Lima; e Matilde e Gláucia, da Coordenação das Mulheres da Zona Leste.

Foram também apresentados no evento profissionais do corpo estrutural do SOS Racismo, uma equipe multidisciplinar composta pela Dra. Sônia Maria Pereira Nascimento, pela Dra. Isabel Bonfim, a socióloga Adriana Graganani, a Dra. Norma Kryikos, a Dra. Angélica de Maria Mello de Almeida e o Dr. Antônio Arruda, o então responsável pelo serviço.<sup>65</sup>

O debate se deu por meio de postulações e posicionamentos que se completaram em torno da emenda constitucional que previa um plebiscito para deliberar sobre a implantação da pena de morte no Brasil. A emenda foi proposta em 6 de outubro de 1988 pelo então deputado federal Amaral Netto, do PDS/RJ.<sup>66</sup>

Pela variedade de representantes de movimentos sociais e da sociedade civil, e pela condução da fala do advogado Bryan Stevenson, a qual foi colhida, um plebiscito para votação sobre a questão seria uma forma de escamotear as realidades das desigualdades sociais, das violências sofridas pelas mulheres e da maior vulnerabilidade da população negra diante de



uma possível aprovação. Isso porque, o que foi afirmado pela maioria, cabia ao Estado reconhecer esses diversos campos de violência como causa do aumento da criminalidade. Porém, alguns participantes direcionaram suas perguntas, e mesmo afirmações, de maneira a levar para o debate o favoritismo à pena de morte, ou mesmo uma possibilidade de pensar uma forma de “organização” quanto à sua aplicação, como podemos observar em um dos diálogos da mesa:

**Antônio (enviou sua manifestação para a mesa)** – Sou a favor da pena de morte. Por quê? Ora, porque sou um trabalhador e acompanho o cotidiano dos jornais, e o que mais se destaca é o noticiário do crime. Sendo assim, se o motivo dessa maioria (essa maioria aqui) até respeito, mas porque não se pratica a pena de morte para aquele que está mais do que provado que matou, seja rico, pobre, branco ou negro. O que é preferível?

**Dr. Stevenson** – Primeiro acho que é errado, nesta discussão de pena de morte, pensar que se trata de uma discussão entre punição ou não punição. Não é esta a questão. O problema não é se as pessoas que matam devem ser punidas ou não. O problema é como elas devem ser punidas. Eu simplesmente acho que matar as pessoas para dizer a elas que elas não devem matar não faz nenhum sentido. Eu falo como uma pessoa que foi vítima de crimes violentos. Os problemas de violência nos Estados Unidos não me deixariam ileso, nem a mim, nem a minha família. Eu tive um problema com uma irmã, que sofreu violência e foi estuprada. Eu tive que consolar minha avó depois que meu avô foi assassinado. Então não é por falta de compreensão, nem de compaixão de como uma pessoa se sente quando ela é vítima de violência que eu continuo a afirmar que matar é errado.<sup>67</sup>

Retomamos que o posicionamento da Geledés como instituição ficou evidente, sobretudo através da proposta e da prática do Programa SOS Racismo, cujos objetivos eram:

- Receber denúncias de discriminação racial sofridas por qualquer pessoa.
- Representar a vítima de discriminação racial junto ao Poder Judiciário e instâncias administrativas.
- Orientar a vítima para obtenção de provas e testemunhas que possam caracterizar a ocorrência do crime.
- Contribuir para a formulação da legislação específica, que proteja os direitos humanos e civis dos grupos discriminados sexual e racialmente.
- Introduzir no processo judicial a discussão político-jurídica da questão racial no Brasil porque a imagem social do negro identificada à marginalidade interfere negativamente no julgamento e na fixação da pena.
- Estimular a criação de serviços semelhantes em todo o país.<sup>68</sup>

O arquivamento da emenda que previa o plebiscito se deu somente em 1998.<sup>69</sup> O que podemos compreender é que a discussão gerada pela aliança entre diferentes setores dos movimentos sociais teve participação nos questionamentos e na argumentação em torno das múltiplas violências presentes na estrutura social brasileira, as quais, sim, deveriam ser tratadas como questões urgentes. Portanto, a posição contrária à pena de morte por parte desses movimentos fez frente ao enfrentamento diante da emenda proposta. O Instituto Geledés, através do Programa de Direitos Humanos e do Projeto SOS Racismo, integrou esse conjunto de luta.

A respeito das práticas do projeto, o advogado Dr. Antônio Carlos Arruda da Silva, que participou, desde o início, do SOS Racismo, relatou:

Nós vamos pegar casos de racismo, entrar com esses casos no Poder Judiciário. Nós vamos colocar dentro do Tribunal de Justiça, em São Paulo, questões efetivas de discriminação racial e exigir uma resposta condizente com aquilo que já tinha na legislação brasileira, que era o artigo 5º da Constituição Federal o inciso 42, e a *Lei Caó* que foi a primeira das leis, senão a primeira lei, a regulamentar um dos artigos da Constituição Federal, que determinava o que era racismo. Então, o nosso trabalho era: Vamos levar isso pra dentro do Poder Judiciário e acompanhar as respostas que o Poder Judiciário vai dar pra nossa população.<sup>70</sup>

Em especificidade ao que foi citado sobre a Constituição Federal (1988), o artigo 5º prevê que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Não incluímos todos os incisos que vêm na sequência do que está discriminado na Constituição Federal.<sup>71</sup>

Trazemos, ainda, o inciso citado: “XLII – a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”.<sup>72</sup>

A Lei Caó, assim conhecida por configurar uma homenagem ao seu autor, Carlos Alberto de Oliveira,<sup>73</sup> é a Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que definiu no artigo 1º (de 1988):

*“serão punidos os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor”*. Em redação dada pela Lei n. 9.459, de 15/05/1997, o artigo 1º foi alterado para: *“serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”*.<sup>74</sup>

Retomamos, então, que o trabalho desenvolvido pelo Programa de Direitos Humanos se dedicou, naquele momento, a se posicionar, legalmente, de maneira a garantir o cumprimento da legislação prevista, dando suporte aos negros da sociedade civil, direta e indiretamente.

Deise Benedito,<sup>75</sup> através da entrevista prestada, relatou o seguinte:

E a parte jurídica que é a criação do SOS Racismo pelo Geledés era sob coordenação da Sônia, então, quer dizer, várias ações foram positivas pra época, eu posso destacar a questão que sempre foi a que mais me tocou que foi sobre Direitos Humanos e foi a atuação referente à questão do acompanhamento do massacre do Carandiru, onde eu fazia parte, né? Eu já trabalhava no Tribunal de Justiça de São Paulo, era escrevente da vara de execuções penais e eu acompanhei todo o processo do Carandiru. Porque eu também fazia parte da Ordem dos Advogados do Brasil, lá na Praça da Sé, e tinha a subcomissão de política criminal e penitenciária, e eu representava o Geledés. Na Ordem dos Advogados do Brasil, na subcomissão de política criminal e penitenciária, a gente tratava das questões referentes às execuções de pena, superlotação de presídios, a questão racial, porque a maioria dos presos eram negros na época, aí que surge a discussão sobre as mulheres no sistema penitenciário, em 1991. Então, esse Programa de Direitos Humanos sempre teve esse viés da questão racial, cruzada

com a questão de segurança pública e com a questão dos impactos da discriminação e do racismo estrutural.<sup>76</sup>

A partir da concepção do Programa de Direitos Humanos, e do SOS Racismo, nasceu a necessidade de um projeto que abarcasse também as demandas acuradas dos jovens e das jovens negras, consumadas através do Projeto Rappers,<sup>77</sup> que se desenvolveu entre 1992 e 1998. Segundo Solimar Carneiro:

O Projeto Rappers surge com demanda de outros serviços que a gente tinha no Geledés, por exemplo, o SOS Racismo. E é dentro desse projeto que a gente toma contato com os *rappers*, alguns *rappers* da cidade de São Paulo, que vieram até o serviço para denunciar a violência que eles sofriam pelos seguranças do metrô.<sup>78</sup>

Segundo Deise Benedito, o projeto teve como disparador a fatalidade ocorrida com um jovem negro em um episódio ocorrido na Zona Leste da capital paulista.

Surge nos anos 90, após o espancamento de um jovem que cantava rap dentro de uma estação de metrô indo pra Zona Leste. Esse jovem foi abordado, espancado e acho que morto. Um dia os meninos do movimento *hip hop* que eram Mano Brown, Xis, Big Richard, Paniquinho, Marcelo da Zona Leste, e outros garotos, jovens na época, se organizaram e fizeram um ato na Praça da Sé e foi nesse ato que foi um convite pro Geledés, para que estivesse presente. E me convidaram pra ir na Praça da Sé. Como eu sempre tive afinidade com a questão da juventude, segurança pública, questão prisional e violência, era minha área, eu fui lá. Vi aquele monte de jovens negros revoltados, parecia aqueles atos que a gente vê nos Estados Unidos, eu fiz uma

fala e esses meninos começaram a querer mais informação e queria ir no Geledés, saber como era mais o combate à questão racial. O *hip hop*<sup>79</sup> tava chegando com toda aquela coisa, queriam informações e começaram a frequentar o Geledés. Foi quando surgiu o Projeto Rappers, coordenado pela Solimar Carneiro.<sup>80</sup>

### Sobre a importância coletiva do projeto para a juventude negra, expôs Aroldo Arruda:

A primeira medida que a gente achou fundamental era trabalhar na questão de formação. Essa formação se dava através do contato direto que nós não tínhamos com a militância, e essa troca de ideias, que havia um frescor, uma questão de ser juventude negra e participativa politicamente. Éramos nós do *rap*.<sup>81</sup> Então havia essa troca, na verdade, de experiência. E com a gente que não tinha essa vivência de entidades e de militância, mas que tinha a vivência da rua, do que “tava” acontecendo naquele momento. Antes de ter internet, o *rap* era a vida da juventude negra em tempo real. Algo que era muito difícil de se situar porque não tinha pesquisa a respeito, na época, e não tinha internet, não tinha YouTube, não tinha nada. E a pouca mídia que tinha, era contra.<sup>82</sup>

O que foi apresentado aqui como práticas do Instituto Geledés, e como composição de tradições e conhecimento, desde 1988, atravessando o desenrolar dos anos 1990, que representa a demarcação de tempo determinada, materializa-se abrangendo os programas desenvolvidos pela instituição que estiveram em consonância com sua agenda e com o diálogo com a base social, que também permeou os trabalhos da Organização.

Outra ramificação, que chegou pelas demandas das ações e do conhecimento público do SOS Racismo, foi o apoio específico às *rappers* mulheres. Considerando que o projeto tinha grupos femininos, estes enxergaram a necessidade da criação do Feminirappers, que se propôs, por conta das próprias demandas, a questionar o universo machista e masculino, dentro do movimento *hip hop*.<sup>83</sup>

Tomamos como referência, ainda sobre os projetos envolvendo *rappers* homens e mulheres, proporcionados pela Geledés, o que escreveu Cidinha da Silva, em *Projeto Rappers: uma iniciativa pioneira e vitoriosa de interlocução entre uma Organização de Mulheres Negras e a Juventude no Brasil*, de 1999:

Dessa forma, em defesa da supremacia masculina no *rap*, os garotos inventam uma superproteção para as *rappers*. Segundo eles, garotas não deveriam andar sozinhas à noite, nem mesmo carregar pesadas caixas de discos. Ao mesmo tempo, revistas masculinas, enfim, mulheres que os arautos da moral “julgam vulgares”. As *rappers* reagem, discutem com os autores das músicas machistas e também sensibilizam o público feminino para o absurdo de cantarem acriticamente essas composições.

Diante desse quadro, foi criado no Projeto Rappers o Feminirappers, visando estimular as jovens negras a reflexões sobre gênero e raça e a produção de atitudes críticas em relação ao racismo e ao machismo. Uma das integrantes do “Femini” participou da conferência da mulher em Beijing, 1995.

[...] O Projeto Rappers é uma estratégia criada pela ONG Geledés – Instituto da Mulher Negra – São Paulo, para denunciar as desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira e conscientizar a popu-

lação negra, em especial os/as jovens negros/as, sobre as diferentes formas de exclusão social.<sup>84</sup>

Com os desdobramentos dos projetos Rappers e Feminirappers, surgiu a *Revista Pode Crê*, que se configurou como um veículo informativo, de comunicação, proporcionando aos jovens e às jovens negras a experiência de expressão e combate às violências do racismo, a partir de suas vivências e das trocas que ocorriam nos grupos de formação.

Essas conexões estabelecidas com o movimento *hip hop* nos anos 1990 se configuravam como importantes ações dos movimentos sociais e das Organizações não Governamentais (ONG). A *Revista Pode Crê* foi a primeira publicação específica editada no Brasil. Sobre tal conjuntura, Laeticia Jensen Eble observa que:

Com a ascensão do movimento hip-hop, começaram a surgir as parcerias com ONGs, como a parceria com o Geledés (Instituto da Mulher Negra) a partir de 1991, que, entre outras atividades, promovia a publicação da revista *Pode Crê*, primeira revista brasileira especializada em *hip-hop*. Com esse apoio, os jovens puderam aprofundar, de forma mais organizada, seus conhecimentos acerca da história do movimento negro.<sup>85</sup>

Os programas representam, então, as ações concretas do Instituto Geledés frente às demandas sociais que perpassavam o cenário político da época. Vale ressaltar que não houve aqui uma análise específica sobre o Programa de Comunicação, pois este teve suas ações implícitas e desenvolvidas com os



demais. Além disso, os próprios cadernos representam a materialidade do Programa de Comunicação do Instituto.

Pontuamos ainda que as articulações envolvendo o Programa de Comunicação da Geledés estarão presentes no próximo capítulo, justamente por se tratar do momento em que analisamos os *Cadernos 4 e 5*, a fim de rastrear o papel do Instituto frente às questões feministas e femininas, com ênfase na análise feita por elas sobre a década de 1990, e a preparação para a participação na Conferência de Beijing.

## NOTAS

1. Parte do título faz referência à afirmação de Jurema Werneck quando trata da ancestralidade das mulheres negras em seu artigo intitulado: “Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo”. Op. cit., 2010, p. 8-17.
2. Conforme disposto na apresentação do documento, “Declaração de Itapeçerica da Serra das Mulheres Negras Brasileiras”, escrita por Edna Roland, coordenadora do Programa de Saúde, em 1993.
3. Epígrafe de abertura do *Caderno 1*: “Nós já tratamos dos problemas de todo mundo. Chegou a hora de tratar dos nossos” (Billye Avery). Ver: GELEDÉS. Mulher negra e saúde. *Cadernos Geledés*, v. 1, 1991a, p. 5.
4. Nas palavras de Solimar Carneiro, transcritas do documento, em vídeo, que constituiu o acervo de comemoração dos 30 anos da Geledés.
5. GELEDÉS, op. cit., v. 1, 1991a, p. 5.
6. Ver: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 221.
7. Cf. ALBERTI, op. cit., p. 185.
8. Coordenadora-executiva do Instituto da Mulher Negra de São Paulo, Nilza Iraci cedeu o material impresso e as fotografias das capas originais dos cadernos, tiradas por ela.
9. Ver: GELEDÉS, op. cit., v. 1, 1991a.
10. Ver: GELEDÉS. Esterilidade: impunidade ou regulamentação? *Cadernos Geledés*, v. 2, 1991b.
11. Ver: GELEDÉS. Não à pena de morte. *Cadernos Geledés*, v. 3, 1991c.
12. A expressão “construção da cumplicidade” faz alusão ao artigo contido no *Cadernos Geledés 1*, escrito por Maria Lúcia da

Silva, cujo título é “A construção da cumplicidade: grupos de autoajuda e oficinas de saúde”.

13. Cf. BHABHA, op. cit., p. 21.
14. Elaboração feita pela então coordenadora do Programa de Saúde, Edna Roland, publicada no *Cadernos Geledés 1*, no artigo intitulado “O ovo e a galinha”.
15. Ver: SIMONI, Rosinalda Corrêa da Silva. Ancestralidade feminina: da essência do sagrado aos movimentos feministas, mulheres negras e representatividade. *Fragments de Cultura*, v. 29, n. 2, 2019.
16. Transcrito do documento, em vídeo, que constituiu o acervo de comemoração dos 30 anos da Geledés.
17. Referência ao mito de Hermes – Héstia, que, segundo a própria autora citada: na Grécia clássica, o referido mito desvela o cotidiano dos deuses, assim sinalizando o lugar que deve ser ocupado pelo feminino e pelo masculino no mundo ocidental, mais precisamente, cabendo ao homem o espaço público e, à mulher, o privado [ver: BERNARDO, Teresinha; GUIMARÃES, Sabrina de Almeida. Mulher negras: trajetória de força e trabalho. In: PIMENTEL, Silvia; ARAÚJO, Siméia de Mello; PEREIRA, Beatriz; DE MELO, Mônica (coord.). *Raça e gênero: discriminações, interseccionalidades e resistências*. São Paulo: EDUC, 2020].
18. De temperamento forte, intrépida, voluntariosa e sensual, Iansã é uma deusa guerreira. Ela luta ao lado de Xangô, seu marido, e domina os espíritos mortos (os Eguns). Deusa do fogo e das tempestades, assim como Xangô, tem domínio sobre os trovões, controlando os raios. Ver: CARNEIRO, Sueli. O poder feminino no culto aos Orixás. In: \_\_\_\_\_. *Escritos de uma vida*. Belo Horizonte: Letramento, 2018b. p. 7.

19. Há distintos nomes e variações de qualificação quanto aos Orixás. Isso se relaciona tanto às diferentes tradições dos povos do continente africano quanto aos cultos afro-brasileiros. O que trazemos aqui é uma interpretação das representações das Orixás femininas com base em algumas análises, postas a seguir. Ewá é um orixá feminino relacionado ao “solo sagrado onde repousam os mortos, caçadora valente e habilidosa, virgem por quem Xangô se apaixonou. Orixá feminino do rio e lagoa Iewa na Nigéria, guerreira [...]”. Ver: SANTIAGO, Ana Rita; RIBEIRO, Denise de Almeida; BARROS, Ronaldo Crispim Sena; SILVA, Rosângela Souza (org.). *Tranças e redes: tessituras sobre África e Brasil*. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2014. p. 78.
20. Oxum é um orixá que habita as águas-doces, condição indispensável para a fertilidade da terra e a produção de seus frutos, donde decorre sua profunda ligação com a gestação. É a Oxum que se pede filhos, é sob sua proteção que eles se desenvolvem nos úteros das mulheres. Ver: CARNEIRO, op. cit., 2018b, p. 68.
21. Se a sociedade patriarcal reduz a sexualidade feminina apenas à procriação, as deusas africanas são mães e amantes. Iemanjá, mãe dos orixás, enfeitiça os homens e os atrai ao seu grande ventre (o mar). Ela os devora porque é tempero apaixonado e instável, ciumento e possessivo; ela é o mar, calmo e plácido, violento e destruidor. Ela rejeita os filhos, ela os ama com furor. Iemanjá, assim como Oxum, é um orixá ligado às águas. No Brasil, é associada fundamentalmente às águas do mar. Em alguns mitos, é do rompimento dos seus seios que nascem todos os orixás, daí sua estreita ligação com a fecundidade. Em outro, ela é violentada por seu filho Orunganá, incesto do qual nascem os orixás. Ver: CARNEIRO, idem, p. 72.

22. Cf. BERNARDO; GUIMARÃES, op. cit., p. 214.
23. Ver: GELEDÉS. Apresentação. Op. cit., v. 1, 1991a, p. 7.
24. ROLAND, Edna. A saúde da mulher negra no Brasil. *In*: GELEDÉS, op. cit., v. 1, 1991a.
25. Relato de Deise Benedito, em entrevista realizada para este trabalho, em 14 de janeiro de 2020.
26. Ver: ROLAND, op. cit., 1991a.
27. Ver: WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 536, 2016.
28. Sigla do National Black Women's Health Project – Projeto Nacional de Saúde das Mulheres Negras (traduzido na própria fonte). *In*: GELEDÉS, op. cit., v. 1, 1991a, p. 33.
29. *Ibidem*.
30. Cf. GELEDÉS, *Cadernos Geledés*, v. 1, 1991a, p. 33.
31. Cf. MOREIRA, op. cit., p. 14.
32. Cf. GONZALEZ, op. cit., 1981, p. 50.
33. Cf. GELEDÉS, op. cit., v. 1, 1991a, p. 25.
34. GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, p. 204, 1984.
35. Em entrevista concedida, Nilza relatou que os objetivos dos cadernos, como publicações independentes, eram de divulgação do trabalho. Apontou ainda que as produções de capa e desenvolvimento se davam na base da criatividade do grupo e de forma “muito artesanal”, nas palavras dela. Também afirmou que os *Cadernos* não eram vendidos.
36. Texto tal qual apresentado na fonte: GELEDÉS, op. cit., v. 1, 1991a: Justificativa do item “Cor” no Sistema de Informação da Secretaria Municipal da Saúde – SMS-SP. Nesse momento, tal sistema se encontra em processo de redefinição dos seus indicadores socioeconômicos e de saúde, visando ao reconhe-

cimento das condições de saúde da população. Tal redefinição tem por objetivo a identificação das necessidades mais prementes da população em relação à saúde, o que possibilitará o desenvolvimento e a adequação das ações de planejamento e gerenciamento dos serviços de saúde às suas demandas. Nesse contexto, torna-se necessária a coleta de análise do quesito “cor” pelo Sistema de Informação da Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista que a variável cor ou raça é explicativa das desigualdades sociais existentes entre diversos segmentos raciais que compõem a população brasileira. Essas desigualdades podem ser verificadas através de diversos indicadores sociais, como podemos observar nos dados do Censo de 1980 relativos à educação, em que 25% da população branca e 15,3% da população amarela se encontram em situação de semi ou completo analfabetismo, número que, para a população negra, sobe para 48%. No que diz respeito à posição no mercado de trabalho, 70,6% da população negra se concentra em ocupações manuais, enquanto a população branca e amarela representam, nestas ocupações, respectivamente, 52,1% e 32,4%. O caráter explicativo da variável cor/raça torna-se evidente considerando que, mesmo quando eliminamos as diferenças educacionais, permanecem as diferenças salariais entre as populações negra e branca no Brasil. Uma pesquisa realizada pelo SP-Convênio SEADE/DIEEDE/UNICAMP em 1987 demonstrou um diferencial de rendimento médio real por hora trabalhada pela população negra da Grande São Paulo da ordem de 22% a 28% a menos para todos os níveis de instrução, a partir do 1º grau incompleto. Tendo em vista que a saúde é resultante da qualidade de vida, na qual têm papel preponderante a nutrição, as condições de trabalho, habitação, saneamento básico etc., os

dados apresentados apontam para uma situação diferenciada dos grupos étnicos no Brasil, no tocante às condições de vida e, conseqüentemente, de saúde.

37. Cf. GELEDÉS, op. cit., v. 1, 1991a.
38. Conforme consta no artigo “Rompendo a conspiração do silêncio”, pertencente aos *Cadernos Geledés 1*: Portaria n. 696/1990, o Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais e considerando a justeza da reivindicação contida no documento acima (referência a justificativa), considerando que a variável raça é explicativa das desigualdades sociais existentes entre os diversos segmentos raciais que compõem a população brasileira, RESOLVE: 1) Introduzir o quesito COR no Sistema de Informação da Secretaria Municipal de Saúde. Para o cumprimento desta Portaria, o Centro de Epidemiologia, Pesquisa e Informação definirá os critérios técnicos para o registro adequado da raça dos usuários do Sistema Municipal de Saúde, atendendo a critérios estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e outros órgãos de pesquisa e informação no País.
39. Cf. WERNECK, op. cit., 2016, p. 539. Segundo afirmação da autora: “No entanto, é possível verificar que essa presença, apesar de ter contribuído para a concepção de um sistema universal de saúde com integralidade, equidade e participação social, não foi suficiente para inserir, no novo Sistema, mecanismos explícitos de superação das barreiras enfrentadas pela população negra no acesso à saúde, particularmente aquelas interpostas pelo racismo”.
40. Cf. GELEDÉS, op. cit., v. 1, 1991a.
41. Idem, p. 29.
42. Idem, p. 28.
43. Idem, p. 30.

44. Ver: CECCON, Roger Flores; MENEGHEL, Stela Nazareth. HIV e violência contra mulheres: estudo em município com alta prevalência de Aids no Sul do Brasil. *Revista Pana Salud Publica*, v. 37, n. 4/5, 2015, p. 287.
45. Cf. GELEDÉS, op. cit., v. 1, 1991a, p. 32.
46. Cf. GELEDÉS, op. cit., v. 2, 1991b, p. 7.
47. Ver artigo: “Esterilização: impunidade ou regulamentação?”. Disponível nos *Cadernos Geledés 2*, de junho de 1991.
48. Cf. GELEDÉS, op. cit., v. 2, 1991b, p. 9.
49. O Grupo de Assessoria e Participação do Governo do Estado (GAP) foi criado em 1981, durante o governo de Paulo Salim Maluf no estado de São Paulo.
50. DAMASCO, Mariana Santos; CHOR, Marcos; MONTEIRO, Simone. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 536, jan./abr. 2012.
51. Cf. GELEDÉS, op. cit., v. 1, 1991a, p. 10.
52. Ver artigo: “Esterilização: impunidade ou regulamentação?”. Disponível nos *Cadernos Geledés 2*, de junho de 1991, p. 10.
53. *Ibidem*.
54. *Idem*, p. 7.
55. A saber, as representantes, pertencentes a 45 organizações dos movimentos de mulheres negras, negro e feminista, representaram os seguintes estados: Pará, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul.
56. Ver: “Declaração de Itapeçerica da Serra das Mulheres Negras Brasileiras”, publicação do Instituto Geledés, de agosto de 1993.
57. *Idem*, p. 3.



- 58.** Idem, p. 5.
- 59.** Idem, p. 6.
- 60.** Cf. GELEDÉS, op. cit., v. 3, 1991c, p. 32.
- 61.** Conforme consta nos *Cadernos Geledés 3* (p. 9), o projeto nasce de uma necessidade social determinada pelas diversas formas de discriminação impostas ao negro, em todas as esferas da vida social, bem como de uma exigência democrática e do reconhecimento de que nenhuma sociedade pode ser efetivamente justa mantendo cerca de 50% de sua população submetida a mecanismos de exclusão social. Isso porque o racismo e a discriminação atuam no sentido de perpetuar a condição inferior social do negro. Com o SOS Racismo, temos a intenção de questionar os mecanismos de exclusão da cidadania da população negra acionando, principalmente, os instrumentos legais que regulamentam os direitos individuais e punem práticas do racismo.
- 62.** Cf. GELEDÉS, op. cit., v. 3, 1991c, p. 7.
- 63.** Bryan Stevenson, negro, advogado, 31 anos e PhD em Harvard. Era diretor-executivo do Centro de Recursos de Representação em Pena Capital do Alabama, Montgomery, Alabama. Diretor do programa sem fins lucrativos para recrutar, treinar e orientar advogados encarregados de casos de pena capital nos tribunais estaduais e federais do Alabama. Advogado da Equipe do Comitê de Defesa dos Presos do Sul em Atlanta, Geórgia. É representante de presos sentenciados à morte e réus condenados à pena capital nos processos. Ver: GELEDÉS, op. cit., v. 3, 1991c, p. 35.
- 64.** Cf. GELEDÉS, op. cit., v. 3, 1991c, p. 15.
- 65.** Idem, p. 9.

66. Ver: PEC 1/1988 – Proposta de Emenda à Constituição. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=169205>. Acesso em: 30 jul. 2020.
67. Cf. GELEDÉS, op. cit., v. 3, 1991c, p. 22.
68. Idem, p. 9.
69. Ver: PEC 1/1988 – Proposta de Emenda à Constituição. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=169205>. Acesso em: 30 jul. 2020.
70. Transcrito do documento, em vídeo, que constituiu o acervo de comemoração dos 30 anos da Geledés.
71. Cf. Artigo 5º, da Constituição Federal, de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).
72. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 17 jul. 2020.
73. Carlos Alberto Caó Oliveira foi jornalista, ex-deputado federal e militante do movimento negro. Em vida, foi reconhecido por seu trabalho na imprensa como repórter e editor de política e economia, e por suas contribuições à Constituinte de 1987 e 1988, incluindo, por exemplo, inciso que tornou inafiançável e imprescritível o crime de racismo. Posteriormente, o parlamentar foi autor de lei específica sobre o tema, que ganhou o nome de Lei Caó. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/02/05/Quem-foi-Ca%C3%B3-autor-de-lei-que-definiu-o-crime-de-racismo-no-Brasil>.
74. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm).
75. Advogada, uma de nossas entrevistadas, Deise Benedito esteve na Geledés desde sua fundação até, precisamente, 1999, conforme a própria nos relatou, tendo atuado no Programa de Direitos Humanos como assistente técnica em 1991.

76. Relato de Deise Benedito, em entrevista realizada para este trabalho, em 14 de janeiro de 2020.
77. Cf. SILVA, Maria Aparecida da (Cidinha). *Projeto Rappers: uma iniciativa pioneira e vitoriosa de interlocução entre uma organização de mulheres negras e a juventude no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 1999. p. 94-96. Segundo a autora, “o Projeto Rappers é uma estratégia criada pela ONG Geledés – Instituto da Mulher Negra – São Paulo, para denunciar as desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira e conscientizar a população negra, em especial os/as jovens negros/as, sobre as diferentes formas de exclusão social”.
78. Relatado por Solimar Carneiro e transcrito do documento que constituiu o acervo de comemoração dos 30 anos de Geledés.
79. De acordo com Elaine Andrade (p. 89), o “*Hip Hop* sendo um movimento social, permite aos jovens desenvolver uma educação política e, conseqüentemente, o exercício do direito à cidadania” (ver: ANDRADE, Eliane N. *Hip Hop: movimento negro juvenil*. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Rap e educação, rap é educação*. São Paulo: Summus, 1999).
80. Relato de Deise Benedito, em entrevista realizada para este trabalho, em 14 de janeiro de 2020.
81. Segundo Mariane Lemos Lourenço, o *rap*, sigla derivada de “*rhythm and poetry*”, traduz-se por ritmo e poesia e representa a parte musical do movimento *hip hop* (ver: LOURENÇO, Mariane L. *Arte, cultura e política: o Movimento Hip Hop e a constituição dos narradores urbanos*. *Psicología para América Latina*, n. 19, 2010).
82. Relatado por Aroldo Arruda e transcrito do documento que constituiu o acervo de comemoração dos 30 anos de Geledés.
83. Cf. DA SILVA, op. cit., 1999, p. 96.

- 84.** Ibidem.
- 85.** Cf. EBLE, Laeticia Jensen. "A resposta de mudar o mundo com a ponta de uma caneta": considerações sobre o rap nacional. *Revista Brasileira de Estudos da Canção Natal*, n. 4, jul./dez. 2013.



## Mulheres negras: estratégias de organização e autonomia

“Uma das questões que aprendi com o feminismo foi suspeitar de tudo, dado que os paradigmas que assume em muitos âmbitos acadêmicos estão sustentados em visões e lógicas masculinas, classistas, racistas e sexistas.”<sup>1</sup>

Ochy Curiel<sup>2</sup>

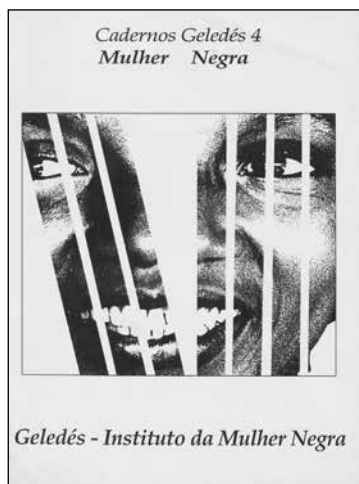
*Crítica pós-colonial das práticas  
políticas do feminismo antirracista (2007)*

### APRESENTAÇÃO

A partir deste momento, o foco estará voltado à análise da agenda da Geledés ligada especificamente às questões femininas. Para isso, além das entrevistas, utilizamos os *Cadernos Geledés 4 e 5*, que, respectivamente, trazem como título “Mulher Negra” e “A Mulher Negra na Década: a Busca da Autonomia”. O *Caderno 4* apresenta artigos escritos por Sueli Carneiro entre 1984 e 1988, além de um texto inédito, conforme posto, em 1993, na data da publicação do material.

Na conjuntura em que os textos foram escritos, inseriam-se as temáticas que contemplavam a compreensão dos modelos femininos presentes na mitologia iorubana, estabelecendo, ainda, um diálogo com o movimento feminista à medida que questionava a ideia de uma identidade feminina única, e abordando a importância da organização das mulheres

negras, sendo este um reflexo do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras. O último artigo, inédito, discutiu as formas de organização desenvolvidas pelo movimento negro e pelo movimento feminista, de forma a se posicionar diante da sociedade, em relação às questões da violência racial e de gênero.<sup>3</sup> A capa original do *Caderno 4*, apresentada a seguir, também inicialmente cedida por Nilza Iraci, ajuda-nos, juntamente aos artigos nele contidos, posicionar reflexões acerca da temática sobre a identidade da mulher negra.



**FIGURA 4** Capa do *Cadernos Geledés 4*.

**FONTE:** Acervo Geledés (imagem tratada pelo KK, *web designer* do Portal Geledés, a partir da digitalização das capas originais).

No *Caderno 5*, publicado em julho de 1995, já na abertura encontramos a informação de que os cinco cadernos foram resultados da ação política do Instituto, assim como representaram a pretensão da “[...] *divulgação de informações, reflexões, estudos e propostas relativas as questões da saúde da*

*mulher negra e dos direitos de cidadania da população negra em geral, e da mulher negra em particular*”.<sup>4</sup>

Segundo informação que constava no próprio caderno, este fez parte do “Projeto Mulher Negra e Pequim 95 – da Informação à Ação”, financiado pela Ford Foundation. A capa do quinto caderno sugere completar a ideia dos objetivos a partir dos quais este material foi produzido.



**FIGURA 5** Capa do *Cadernos Geledés 5*.

**FONTE:** Acervo Geledés (imagem tratada pelo KK, *web designer* do Portal Geledés, a partir da digitalização das capas originais).

Em entrevista concedida a nós, sobre a produção dessa capa, Nilza lembrou: “Era tudo meio artesanal. Eu sou muito cheia de doideiras, então o que é o *Caderno 5*? Beijing [...] Beijing é chinesa. Qual era minha ideia? Botar a trancinha que era da identidade racial e o chapeuzinho representando a chinesa”.<sup>5</sup>

Consideramos importante pontuar que, em 1997, a Geledés passou a se inserir no ambiente virtual através da construção da sua primeira página. Antônio Carlos “KK” dos Santos,



*web designer* do que é atualmente o Portal Geledés, foi, nos anos 1990, um dos responsáveis por essa inserção. Segundo ele:

É o primeiro portal, com todos os defeitos, porque a gente usou imagens pesadas, enormes e tudo. Mas ele foi pro ar em 1997. Dia 20 de novembro de 1997. Ele foi em comemoração, né, ao dia 20 de novembro, o dia de Zumbi. E saiu uma matéria na *Folha de S.Paulo* dizendo que as Organizações de Direitos Humanos entravam no mundo virtual. E nós éramos a primeira organização não governamental do Brasil que tinha um *site* na internet. Era muito difícil de acessar, a internet era ruim, mas foi um aprendizado para a gente começar a trabalhar.<sup>6</sup>

Neste capítulo, destinado a abordar o trabalho da Geledés com referências nas questões femininas, trazemos também a pauta do Projeto Promotoras Legais Populares, iniciado pelo Instituto em 1999, objetivando uma formação para mulheres, a fim de “oferecer conhecimentos na área do Direito e da Cidadania à mulheres jovens e adultas, de forma a contribuir com os processos de transformação”.<sup>7</sup>

## **MULHERES NEGRAS: IDENTIDADE E CIDADANIA**

Como sujeitos construtores de suas identidades ancoradas nas consequências da diáspora negra, as mulheres negras também reelaboraram suas formas de vivência e sobrevivências não só no que diz respeito às suas individualidades, mas também às conexões e aos cuidados que desprendem junto às comunidades nas quais estão inseridas. Nesse sentido, tomamos como base o teórico e sociólogo Stuart Hall quando trata da questão da identidade elencando a compreensão da

diáspora negra, podendo afirmar que “*a identidade é irrevogavelmente uma questão histórica*”.<sup>8</sup>

Desde sua origem, o Instituto Geledés, além de ter sido fundado por um coletivo de mulheres negras, teve como fundamento de sustentação do seu trabalho, como organização da sociedade civil, as ações de enfrentamento às violências que atravessavam a condição da mulher negra na sociedade.

Para lidar com essas questões, além do apoio dos programas, o corpo estrutural de trabalho da Geledés esteve alinhado às pautas de políticas públicas, sempre se posicionando contra quaisquer medidas que atingissem ou negligenciassem as condições, sobretudo, das mulheres negras.

Através dos *Cadernos*, base das fontes aqui utilizadas, pudemos entrar em contato com uma parte significativa, no sentido qualitativo e de contribuição para construção da memória do movimento de mulheres negras, da produção escrita, um conjunto de conhecimento elaborado pelas mulheres da Geledés.

Posicionamos, então, algumas das ações da entidade objetivando identificar como se deu, em específico, essa demanda de atendimento, produção de conhecimento e práticas, voltadas exclusivamente para cuidar da complexidade do “sujeito” mulheres negras, cuja figura de existência política estava atravessada pelas consequências do racismo, do sexismo e da condição econômico-social.

Com o *Caderno 4*, o Instituto Geledés apresentou uma narrativa, por meio dos escritos de Sueli Carneiro, que trouxe uma densa análise sobre mulheres negras em consonância com o cenário político-social. A efetivação da publicação do

*Caderno*, em novembro de 1993, compilando os textos, baseou-se na perspectiva de que:

Em 1988, ano da criação de Geledés e da realização do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras, Sueli analisa a necessidade de organização e as possíveis tendências políticas existentes no Movimento de Mulheres Negras no texto *Organização Nacional das Mulheres Negras: Desafios e Perspectivas*. A decisão de republicar tais textos foi tomada a partir da avaliação de que permanecem vivos e atuais na medida em que não foram superados, e podem ainda continuar alimentando novas gerações do crescente Movimento de Mulheres Negras no Brasil. Finalmente, em resposta da Sociedade Civil à Violência Racial e de Gênero (texto inédito), Sueli analisa as formas de organização desenvolvidas pelo Movimento Negro e pelo Movimento Feminista, apontando para a necessidade de criatividade organizativa do nosso Movimento.<sup>9</sup>

Ao abordar a questão da identidade feminina, no artigo inicial, de título homônimo, a autora, Sueli Carneiro, introduziu a pauta como uma questão em construção. Direcionando a análise para um momento de ressignificação da posição das mulheres, contrariando os estereótipos que as definem como as que estavam ligadas ao lar, destinadas à maternagem e ao espaço doméstico.<sup>10</sup>

Levantando questionamentos em torno da nova consciência feminina, que situava uma posição de igualdade em relação aos homens, no que diz respeito às funções e aos salários no mercado de trabalho, a formação educacional que proporcionava uma reprodução sexista, assim como possibilidade de escolha sobre a maternidade, a autora também

indagou se tais noções de luta seriam capazes de garantir a plena cidadania de todas as mulheres brasileiras.<sup>11</sup>

Quando analisamos o desenrolar das lutas feministas no Brasil, faz-se necessário retomar o entendimento de que mulheres não representam um sujeito universal, ideia que nos é posta constantemente pelos movimentos feministas contemporâneos caracterizados, inclusive, por um movimento de comunicação que se realiza também através das mídias atuais.

Portanto, argumentamos que essa localização, no Brasil, tem suas contribuições conectadas ao movimento de mulheres negras dos anos 1980, sendo justamente esse o debate estabelecido pela Geledés, quando publicaram o material criando a possibilidade de estabelecer essa comunicação com a sociedade. Nesse sentido, Cidinha da Silva chama a atenção para o ponto de “*[...] reconhecimento histórico dos lugares do fazer político das mulheres negras organizadas anteriormente ao território da política na web, pois existe uma percepção equivocada de que a roda foi inventada agora*”.<sup>12</sup>

A autora reforça ainda que:

As ações e construções políticas sólidas e transformadoras vêm sendo realizadas há décadas, por meio de debates, ações formadoras, intervenções nas áreas da educação, saúde, cultura, religiosidades, gestão pública, direito, controle social de políticas públicas, imprensa negra, além de ações afirmativas e vivência de manifestações culturais que mantêm acesa a chama das culturas negras e as dinamizam.<sup>13</sup>

Sendo assim, entendemos que o Instituto da Mulher Negra em São Paulo é parte desse caminho que posicionou, em

específico, a multiplicidade das realidades das mulheres, desenvolvendo, através de ações, formas de comunicação e projetos, lugares de existências políticas para as mulheres negras.

Aquelas que não poderiam ser frágeis, que encaravam a realidade da falta de opção no mercado de trabalho, que estavam suscetíveis à solidão, mas que tinham nas marcas de seus corpos a objetificação. Mulheres essas que lideravam famílias e, ao mesmo tempo, como herança colonial, aloca-vam-se, em sua maioria, nos trabalhos domésticos, cedendo muitas vezes seu tempo e sua vida para o cuidado dos outros que não eram os seus. E como Sueli Carneiro apresentou no artigo da década de 1980, publicado no *Caderno 4*, em 1993:

Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas como vendedoras, quituteiras, prostitutas etc.; mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar!

Fazemos parte do contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem a serviço de frágeis sinhazinhas e de seus senhores de engenho tarados. Hoje empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou mulatas tipo exportação.<sup>14</sup>

Partindo da compreensão de que as mulheres negras vêm de uma experiência histórica e social diferentes, inferimos que a identidade apontada como em construção demandava caminhos e uma organização particulares, pelo menos naquele momento das décadas de 1980 e 1990, uma vez que as formas adquiridas pelos feminismos, também em construção,

estavam sendo colocadas diante da realidade das multiplicidades do ser mulher no Brasil.

Conforme pontuado no *Caderno 4*, o ano de 1988 foi de particular importância para as mulheres negras brasileiras, pois contemplou importantes formas de mobilização, segundo Sueli Carneiro, consolidadas através de encontros nacionais e estaduais, que tiveram suas mobilizações elencadas à importância do Centenário da Abolição da Escravatura, o que movimentou a militância negra brasileira, no sentido de pressionar e denunciar a precariedade estrutural a qual estava submetida a população negra brasileira. Contudo, Sueli elucidou que:

O Centenário da Abolição constitui-se principalmente no momento político propício para as mulheres negras expressarem com maior visibilidade um processo que vem sendo gestado há alguns anos, que é sua crescente mobilização e organização na defesa de seus interesses específicos, o que é resultado da ação política de diversos grupos autônomos e institucionais [...].<sup>15</sup>

Como parte desse processo de constituição dos movimentos, a Geledés, através de denúncias, posicionamentos e programas institucionais, encaminhou mecanismos para subsidiar e acolher mulheres negras em suas necessidades cotidianas.

Nos anos 1990, a entidade passou a proporcionar, pelo projeto Promotoras Legais Populares (PLPs), formação para mulheres negras e não negras voltada à elaboração do entendimento de cidadania e mecanismos de proteção em relação às formas de violência as quais estavam submetidas.

O projeto originou-se através da prática da transnacionalidade dos feminismos, em 1992, quando o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a defesa dos direitos das Mulheres (CLADEM)<sup>16</sup> trouxe para o Brasil o curso, apresentando a experiência desenvolvida no Chile, na Argentina e no Peru. De acordo com Júlia Glaciela de Oliveira (2013), a União de Mulheres de São Paulo e a ONG feminista Themis, do Rio Grande do Sul, foram pioneiras na implantação do curso no Brasil, em 1994, a partir da experiência com o CLADEM. Foi em 1999 que a Geledés implantou o Projeto PLPs integrado ao Programa de Direitos Humanos.

O Projeto Promotoras Legais Populares tem como objetivo um curso de formação para mulheres com a finalidade de proporcionar informações básicas sobre cidadania, parâmetros legais e Direito tendo como perspectiva as relações de gênero, sociais e étnico-raciais. A partir do curso de formação, as PLPs:

[...] conhecidas em diferentes países da América Latina também como “agentes multiplicadoras de cidadania”, são lideranças comunitárias que escutam, orientam, dão conselhos e auxiliam outras mulheres a ter acesso à justiça e aos serviços que devem ser procurados quando sofrem algum tipo de violação de seus direitos. Além do papel orientador, as PLPs compartilham informações e promovem o uso instrumental do Direito no dia a dia de mulheres negras e não negras para efetivação dos seus direitos.<sup>17</sup>

No interior da Geledés, segundo o que relatou Maria Sylvia Aparecida Oliveira, que atuou, nos anos 1990, como estagiária, junto ao corpo jurídico do Instituto: “Inicialmente, lá na

década de 1990, por volta de 1994-1995, o Geledés já dava suporte e assistência judiciária para as mulheres que sofriam violência, né, principalmente violência doméstica”.<sup>18</sup>

O projeto das PLPs passou a funcionar pela realidade já existente, tendo como referência as demandas das mulheres que já eram atendidas pelos programas do Instituto. A advogada Sônia Nascimento e a psicóloga Thereza Ferraz, que atuavam no Programa de Direitos Humanos, revelaram que a violência doméstica era a demanda principal das mulheres que participavam do projeto, sendo esse um dos motivos que as levaram a tratar como foco principal a autoestima. Conforme narrou Thereza Ferraz:

[...] eu acompanhava o grupo de Promotoras Legais com a Dra. Sônia, e percebi, porque eu trabalho a questão da autoestima há muito tempo com as mulheres. Eu percebi que nos grupos de PLPs não existia um trabalho de autoestima. Então eu ficava pensando assim, como é que elas vão superar, vão trabalhar com a comunidade, inclusive? Tem que ser trabalhado, e levei essa questão para a Sônia, que achou muito interessante, e aí que começamos a introduzir um trabalho de resgate da autoestima nas mulheres que sofriam violência.<sup>19</sup>

E, então, segundo Sônia Nascimento, alguns resultados apareciam, envolvendo o posicionamento das mulheres diante do reconhecimento da violência que sofriam, identificados por meio das formações dos encontros e dos trabalhos relacionados à autoestima. Sônia descreveu que:

Então elas já vinham mais ou menos prontas, sabendo o que elas queriam ou não queriam. Algumas vezes vinham conversar conosco:



“Não, eu sei tudo, já aprendi no grupo, mas vou dar mais uma oportunidade”. E outras vezes: “Eu não quero mais, não quero mais nada, eu quero apenas a separação, ficar com meus filhos, quero ter uma vida normal, sem violência”.<sup>20</sup>

Depreendemos que as formas de violência às quais as mulheres estão submetidas são parte das pautas de enfrentamento dos feminismos. A violência doméstica é, ainda hoje, uma das formas de materialização da desigualdade de gênero e do sistema patriarcal. Pontuamos, ainda, que os dados referentes à condição das mulheres negras e não negras, advindas de diferentes classes sociais, elucidam as situações particulares desses grupos em relação às possibilidades de enfrentamento e mesmo de reconhecimento da violência que sofrem.

De acordo com uma análise feita e publicada originalmente em 1985, por Sueli Carneiro, no Brasil, quase metade das mulheres negras era analfabeta, situação que refletia diretamente nos dados relacionados ao acesso à formação nos níveis superiores. Assim, a autora apresentou que, nesse último caso, tanto no país quanto em São Paulo, especificamente “*as mulheres negras apresentam percentuais inferiores a 1%, enquanto 5,2% das mulheres brancas paulistas encontram-se nesse nível de escolaridade*”.<sup>21</sup>

Considerando que o nível de escolaridade implica diretamente nas relações do mercado de trabalho e, conseqüentemente, nos aspectos financeiros, as mulheres negras estavam submetidas às maiores condições de precariedade. Argumentamos, então, que o grupo de mulheres mais expostas à violência de gênero, que inclui a violência doméstica, era o de mulheres negras, estando estas ligadas às demandas

que chegavam aos programas da Geledés, como o Projeto das PLPs, nos anos 1990.

Em termos legais, é importante trazer o que Sueli Carneiro pontuou, no artigo que encerra o *Cadernos Geledés 4*, de 1993:

A Constituição de 1988 representou o ápice de um processo de lutas e conquistas que mudaram radicalmente a situação legal e social da mulher brasileira nos últimos vinte anos porque o movimento de mulheres conseguiu incorporar no novo texto constitucional 80% de suas reivindicações. No entanto, se de um lado a conquista de direitos constitucionais apresentam um avanço importante na luta das mulheres, a tradição brasileira de incompatibilidade entre lei e a prática social aponta para a necessidade de que aumentem os esforços de mobilização e organização das mulheres pela defesa dos direitos arduamente conquistados.<sup>22</sup>

Com isso posto, o que trazemos é a reflexão de que os programas oferecidos pelo Instituto da Mulher Negra de São Paulo, abrangendo o projeto das PLPs, tiveram um papel importante na multiplicação das informações sobre direito, desigualdades e cidadania, assim como contribuíram, na prática, para a continuidade dos processos de reivindicações e formas de organização dos movimentos de mulheres.

Maria Sylvia trouxe a seguinte memória:

[...] esse Projeto Promotoras Legais Populares, no Geledés, começou como formação lá na Zona Leste, na Cidade Tiradentes, salvo engano, com a Kika. Era uma mulher, que era, ela é, ela é viva, mãe de santo, que tinha um trabalho com mulheres lá da Zona Leste. Então era nisso que eu atuava também. A gente fazia atendimento às vítimas

de racismo, às vítimas de violência doméstica e também fazia todo acompanhamento dos processos no fórum.<sup>23</sup>

Como parte das intenções dos cursos de formação para Promotoras Legais Populares, constavam o acesso ao conhecimento e o reconhecimento das questões que atravessavam e impossibilitavam mulheres de exercer seu direito pleno de cidadania.

Para compreendermos as formas estruturais em que tais direitos são usurpados, é necessário reconhecermos que a garantia da igualdade entre homens e mulheres – negras e brancas – já estava respaldada pela Constituição Federal, de 1988, visto que, de acordo com o artigo 5º do documento-base para a legislação e o exercício de cidadania no país, estão garantidos os direitos à igualdade para os cidadãos, assim como, no inciso I, afirma-se que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos dessa Constituição.<sup>24</sup>

Porém, como pudemos explicar ao longo deste ensaio, a criação da Geledés, os feminismos dos anos 1990 e os programas elaborados pelo Instituto configuraram justamente agendas para posicionar e reivindicar a garantia de tais direitos para os grupos sociais excluídos da prática cidadã, aos quais as mulheres – sobretudo as mulheres negras – aparecem como mais expostas, principalmente pelas diversas formas de violência e exclusão social. E, ao mesmo passo, são elas quem, de certa forma, fazem parte fundamental da estrutura da sociedade, assim como muitas vezes configuram a base das suas comunidades.

Chamamos a atenção para as questões contraditórias a respeito do papel social da mulher negra, que potencializa as

formas de violência e transforma-se em um obstáculo para o exercício de seus direitos. A contradição pode ser compreendida quando aprofundamos a análise da identidade, da subjetividade e do lugar social das mulheres negras, ou seja, herda-se das estruturas socioeconômicas o desempenho dos papéis fundamentais quanto à mão de obra para o trabalho doméstico, não configura em referências quando o assunto é beleza, delicadeza e fragilidade, dentro dos estereótipos femininos. E, ainda assim, contraditoriamente, é um corpo “valorizado” quando hipersexualizado e localizado no papel da “mulata”. Lélia Gonzalez, em 1979, escreveu que:

De modo geral, a mulher negra é vista pelo restante da sociedade a partir de dois tipos de qualificação “*profissional*”: doméstica e mulata. A profissão de “*mulata*” é uma das mais recentes criações do sistema hegemônico no sentido de um tipo especial de “*mercado de trabalho*”. Atualmente, o significante mulata não nos remete apenas ao significado tradicionalmente aceito (filha de mestiça de preto/a com branco/a), mas a um outro, mais moderno: “*produto exportação*”.<sup>25</sup>

Pontuamos que é expressão da contradição perceber que a mulher negra praticamente inexistente, mesmo existindo, em determinados estratos sociais, e, ao mesmo tempo, carrega consigo as engrenagens fundamentais para o funcionamento da sociedade.

Atravessando para a década pós-promulgação da Constituição de 1988, o que argumentamos é que as lutas e articulações das mulheres negras estiveram direcionadas a combater esses lugares de exclusão e contradição a que estiveram expostas. O Instituto Geledés, em São Paulo, como

parte desses movimentos, e com o desenvolvimento de trabalhos multidisciplinares, em diálogo com outros movimentos sociais, tratou de desenvolver e posicionar um lugar próprio nesse enfrentamento, estando em diálogo com a base social, comprometido com um projeto que proporcionou informação, acolhimento jurídico, acolhimento de saúde mental e uma contribuição histórica para a elaboração de um conjunto de conhecimentos sobre as reivindicações da população negra, em específico das mulheres negras.

As experiências individuais das mulheres que entrevistamos, por exemplo, apareceram como uma base para a elaboração de seus lugares nos movimentos sociais em que atuaram e que as encaminharam para a materialização do Instituto. Nesse ponto, alinhamo-nos com o que argumentou Audre Lorde: *“Uma das mais básicas habilidades de sobrevivência de pessoas negras é a de mudar, de metabolizar a experiência, boa ou má, em algo que seja útil, duradouro e eficaz”*.<sup>26</sup>

Como a busca por autonomia para mulheres negras brasileiras, os caminhos construídos pelas mulheres da Geledés se fizeram através da elaboração de um movimento que se posicionou contra o racismo, o sexismo e os lugares de subalternidade aos quais mulheres negras estavam expostas.

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas, no que diz respeito à elaboração de movimento de mulheres e de mulheres negras, pelo processo de edificação e ressignificação das identidades, assim como pela cobrança, junto às políticas públicas, em relação aos direitos de cidadania. Nesse sentido, analisaremos como se deu a preparação das mulheres brasileiras para participar da IV Conferência Mundial de Mulheres em Beijing, que aconteceu de 4 a 5 setembro de

1995. Através do último da série dos *Cadernos* publicados pela Geledés, rastreamos as narrativas das mulheres brasileiras que realizaram a Avaliação da Década da Mulher, no período de 1985/1995, assim como outras mulheres pelo mundo o fizeram, como parte do processo de organização para a participação na IV Conferência. Conforme escrito por Rosiska Darcy de Oliveira, então Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher:

As Delegações brasileiras para os Comitês Preparatórios da Conferência incluíram representantes do movimento de mulheres. A Delegação oficial para Pequim, composta por 25 membros e presidida pela Dra. Ruth Cardoso, subchefiada pela Embaixadora Tereza Quintella e por mim mesma enquanto presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, foi integrada por dez outras conselheiras, todas elas com trajetória histórica na defesa da causa das Mulheres Brasileiras, coalizão de organizações e grupos não governamentais que, ao longo de um ano, mobilizaram mulheres por todo o país para debater os temas constantes da agenda da Conferência e preparar o documento do campo não governamental.<sup>27</sup>

### **AMEFRICANAS: GELEDÉS E A PREPARAÇÃO PARA A IV CONFERÊNCIA MUNDIAL DE MULHERES (BEIJING, 1995)**

Lélia Gonzalez, em 1988, em uma construção a respeito das questões dos povos da América negra, posicionou o conceito de Amefricanidades para a compreensão das construções sociais. Em suas palavras:

As implicações políticas e culturais da categoria de Amefricanidade (*Amefricanity*) são, de fato, democráticas, exatamente porque o próprio

termo permite ultrapassar os limites de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: a América e como um todo (Sul, Central, Norte e Insular).<sup>28</sup>

Tomando esse ponto de vista de Lélia, inferimos que foram as amefricanas brasileiras, organizadas nos anos 1980 e 1990, incluindo a Geledés como organização da sociedade civil, parte do processo de elaboração das demandas que chegariam a Beijing, em 1995.

Conforme proposto inicialmente, trataremos aqui, do exposto no *Caderno 5*, publicado em junho de 1995, que traz uma avaliação específica de dez anos (1985-1995) da atuação dos movimentos de mulheres, e de mulheres negras, pela perspectiva do grupo de mulheres envolvidas nessa análise, incluindo as autoras do documento: Fátima Oliveira, médica e que, na época, era diretora da União Popular de Mulheres (UPMESP) e pesquisadora do CEBRAP (Centro Brasileiro de Estudos e Planejamento); Matilde Ribeiro, assistente social e então integrante da equipe técnica do SOF (Sempreviva Organização Feminista); Nilza Iraci Silva, jornalista e, no período em questão, coordenadora do Programa de Comunicação da Geledés, com texto de abertura escrito por Sueli Carneiro, que na época era coordenadora do Programa de Direitos Humanos da Geledés.

No texto de apresentação do *Caderno 5*, Sueli Carneiro expõe a importância dos processos de mobilização de mulheres negras, que passou pela briga por espaços políticos e de representação, afirmando que essas representaram na década-

da (1985 a 1995) o grupo que mais cresceu numérica e politicamente, no estrato do movimento de mulheres no Brasil.<sup>29</sup>

Com essa referência, assim como os diálogos estabelecidos ao longo do livro, chamamos atenção para o fato de que os anos 1980 e 1990 foram de exímia importância para o encaixe das visibilidades das demandas políticas da população negra, com participação fundamental das mulheres negras como portadoras e denunciadoras das suas próprias diligências e de suas comunidades.

A filósofa ainda recorda que:

Há pouco mais de uma década, aconteceu em São Paulo um importante evento na história do movimento de mulheres: O Tribunal Berta Lutz, que julgou as discriminações sofridas por mulheres no mercado de trabalho. Nesse tribunal, Abdias do Nascimento, diante da ausência de voz das mulheres negras lá presentes, emprestou-nos o seu prestígio pessoal. Invocou suas ancestrais negras e fazendo-se cavalo de todas elas e de todas nós ali presentes, falou por nós, contou nossa história, representou as nossas dores, a nossa opressão. Foi a primeira vez que eu ouvi um homem negro dizer: *nós mulheres negras*.<sup>30</sup>

O ano de 1975 já havia sido instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), como o Ano Internacional da Mulher e foi uma ação resultante da primeira Conferência Mundial de Mulheres, que ocorreu na Cidade do México. Desse evento, ainda resultou a criação do Fundo de Desenvolvimento para a Mulher (UNIFEM) e do Instituto de Treinamento e Pesquisa para a Promoção da Mulher (INSTRAW).

Em 1980, ocorreu a II Conferência Mundial da Mulher, realizada em Copenhague, na Dinamarca. E a terceira foi



realizada em Nairobi, no Quênia, em 1985. O Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo teve participação na III Conferência, quando “tomou a iniciativa de produzir um diagnóstico sobre a situação das mulheres no país, incluindo o estudo Mulher Negra, de autoria de Sueli Carneiro e Thereza Santos”.<sup>31</sup>

Posicionamos o argumento, com base nos artigos e nas publicações revisados para este trabalho, em que, à medida que mulheres negras organizadas postulavam suas críticas diante da concepção do movimento negro e dos feminismos, quando o assunto eram suas reivindicações, levantando sua agenda direcionando as práticas para avançar em suas especificidades, construíram, historicamente, um lugar político, participando dos encontros nacionais e internacionais, em que levaram o seu olhar sobre as condições discrepantes demarcadas pela conjugação do racismo, do sexismo e da desigualdade social para as mulheres da diáspora. Como apontado por Ochy Curiel: “Desde o surgimento do feminismo, as mulheres afrodescendentes e indígenas, entre muitas outras, têm contribuído significativamente para a ampliação dessa perspectiva teórica e política”.<sup>32</sup>

Consideramos importante posicionar essa ação paralela, junto aos movimentos, pois foram fatos narrados, em teoria e experiência, por intelectuais negras brasileiras, como Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, Jurema Werneck, Matilde Ribeiro e Sueli Carneiro, justamente desde 1970, passando por 1980 e 1990.

Segundo o documento da Geledés de 1995, essa base de enfrentamento se dava pela insuficiência de entendimento contido no argumento da irmandade dentro dos movimentos

negro e feminista. Segundo o que consta no artigo “Nossa Longa Trajetória”:

Esta história de divisão da luta antirracista e da luta feminista é uma incompreensão de setores do Movimento Negro que acreditam que a “solidariedade racial” (irmandade dos negros) é suficiente para resolver tudo, e de correntes do Feminismo que acham que a “solidariedade de gênero” (irmandade das mulheres) basta.<sup>33</sup>

O que se pôde constatar é que, diante desses impasses, o posicionamento dos movimentos de mulheres negras, que, inclusive, estiveram tanto no movimento negro quanto no movimento feminista, estava nos esforços para congregar as pautas, alinhando as questões das lutas antirracista, feminista e das mulheres negras. Era um momento em que havia um campo plural de entendimento sobre em quais lugares de organização estariam as mulheres negras. Isso porque, em uma esfera da concepção, indicava-se que as mulheres negras deveriam se organizar no interior do movimento negro, pois visualizava-se que elas não eram feministas.

Uma segunda esfera compreendia que o movimento de mulheres negras se produzia pela intersecção dos movimentos negro e feminista, pluralidade de correntes em que se vinculou a perspectiva de autonomia para o movimento de mulheres negras. E, dessa autonomia, processou-se o conceito de organização das mulheres negras.

Compreendeu-se, ainda, que o processo organizativo não poderia ser pensado de forma pronta e acabada, mas como parte de um lugar em comum imposto pelo enfrentamento

diário do que é ser mulher e ser negra nos mais diversos espaços. Nas palavras de Matilde Ribeiro:

No período de 1988-1991 (anos de realização do I e II ENMN) houve uma mudança de atitude das mulheres negras em relação à organização e à crescente mobilização em todo o país. Estruturaram-se grupos de mulheres negras seja a partir de núcleos no interior do movimento negro ou feminista seja de maneira autônoma (grupo formado apenas por mulheres negras com programas de trabalho próprios).<sup>34</sup>

Das observações trazidas pelo documento elaborado pela Geledés, extraímos que, independentemente das referências opostas sobre o entendimento do que seria o movimento de mulheres negras, naquela década avaliada, eram crescentes, numericamente, as mobilizações empenhadas nas bandeiras de luta, que abrangiam as áreas do trabalho, da educação, da saúde, da violência sexual, os direitos relacionados ao corpo e as implantações de ações no serviço público de saúde. Tais lutas se davam justamente pela atuação das diferentes maneiras de movimentação dos grupos de mulheres negras atuantes na década.<sup>35</sup>

Segundo o que foi aqui analisado, tendo como referência o documento organizado para a preparação para Benjing, constatou-se que: “Essas bandeiras de luta são debatidas e definidas por ocasião dos eventos, segundo a importância respectiva que assume cada reivindicação em determinadas conjunturas, ficando como recomendação para a atuação de diversos grupos e entidades”.<sup>36</sup>

Como parte do processo da avaliação da mulher na década, estiveram os produtos dos encontros internacionais e nacionais de mulheres. Mais uma vez segundo Matilde Ribeiro:

Sem dúvida, a partir da atuação do movimento social, importantes passos foram dados, resultando na ampliação da participação política da população negra. Em especial, as mulheres negras demonstraram grande impulso organizativo se tomarmos como referência, também, o ano de 1988, quando no Brasil foi realizado o I Encontro Nacional de Mulheres Negras – I ENMN, no qual verificamos a demarcação de um novo ritmo às formulações políticas e à inserção desse e dos demais setores discriminados na agenda social e política, em âmbito nacional e internacional.<sup>37</sup>

O II Encontro Nacional de Mulheres Negras ocorreu em novembro de 1991, em Salvador, contando com a participação de 430 mulheres de 17 estados. De acordo com Matilde Ribeiro: “Uma das sugestões do II ENMN foi a de realização de Seminários Nacionais de Mulheres Negras precedido de seminários regionais ou estaduais para aprofundar a discussão dos rumos da organização de mulheres negras e dos encontros nacionais”.<sup>38</sup>

Tanto que, em 1993, em Atibaia, ocorreu o I Seminário Nacional de Mulheres Negras, com participação de 48 mulheres de nove estados brasileiros. O II Seminário Nacional aconteceu em setembro de 1994 e *“teve como tema: Respostas Organizativas das Mulheres Negras no fim do século, e objetivou debater sobre os rumos do movimento e avaliar a última década da mulher, sob a ótica da mulher negra”*.<sup>39</sup>

Ainda, foram construídos diálogos no âmbito latino-americano e caribenho, contando com seis encontros, entre 1981 e 1993, a partir do Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (EFLAC). Destacamos o III EFLAC, realizado em Bertioga (SP), no ano de 1985, avaliado no *Cadernos Geledés* 5, como um dos encontros que fundamentaram a construção do processo organizativo para Beijing. Segundo Catalina González Zambrano, nesse evento, as questões relacionadas ao racismo foram colocadas abertamente, cujo lema foi “*nos-sos feminismos, nossos corpos, o racismo*”.<sup>40</sup>

O IV encontro ocorreu em 1987, em Taxco, no México, e, mais uma vez de acordo com Catalina González Zambrano:

Novos desafios postos pela expansão do movimento entre mulheres pobres, trabalhadoras, lésbicas e não brancas, foram a principal controvérsia do evento. Além dos temas que haviam sido tratados nos encontros anteriores, se desenvolveram mais dois nos quais as mulheres negras se manifestaram notavelmente. O primeiro tratava da relação entre feminismo e classes populares e a “feminização” da pobreza. O segundo dava ênfase ao lesbianismo feminista. Nos dois temas era nítida a posição na qual especificamente mulheres negras da América Latina se encontravam.<sup>41</sup>

No V Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, em 1990, encaminhou-se uma articulação que deu origem ao I Encontro Latino-Americano e do Caribe de Mulheres Negra, ocorrido em 1992, na República Dominicana. Este reuniu 300 mulheres de 32 países e teve como principal pauta a discussão e a criação da Rede de Mulheres Afro-caribenhas e Afro-latino-americanas, cuja sede foi estabelecida

na República Dominicana. Novamente conforme Catalina González Zambrano, entre os objetivos da rede, estavam:

trabalhar de maneira conjunta para elevar a condição da mulher negra; denunciar as formas de discriminação; gerar e apoiar ações em busca da identidade da mulher negra numa perspectiva de gênero; promover o intercâmbio de informações e de experiências entre integrante da Rede e outras organizações; promover a participação política da mulher afro-caribenha e afro-latino-americana.<sup>42</sup>

Em 1993, ocorreu o VI EFLAC, em Costa do Sol (El Salvador), o qual teve um disparador crucial: a deportação de algumas mulheres que participariam do evento. Na análise de Zambrano (2017), esse evento – o símbolo da violência estatal contra as mulheres – elevou de forma ainda mais intensa a necessidade de discutir a participação das mulheres nos espaços de decisão política:

O fato revelou e constatou que o movimento feminista lutava contra toda forma de repressão; que o movimento não era homogêneo e que estava baseado na diversidade de ativistas e ativismos, e que o reconhecimento de que a realidade social afeta de forma diferente as mulheres da região, dependendo do seu lugar de origem – cor, raça, etnia e classe.<sup>43</sup>

O que se construiu no período antecedente à Conferência de Beijing foi estruturado, textualmente, no documento produzido pela Geledés que elucidou a experiência acumulada ao longo da década. Na entrevista a nós concedida, Sueli Carneiro observou:

A diretriz política que a gente se colocou foi participar de todo o ciclo das conferências sociais da Nações Unidas, no qual estava Pequim. Então o que há, eu acho, de novidade, talvez no Geledés, foi como o Geledés aprendeu com o feminismo propriamente dito a importância da incidência no plano internacional e sobretudo no âmbito das Nações Unidas onde governos acordavam estratégias endereçadas a grupos... grupos mais vulneráveis, sobretudo com mulheres, negros etc. Então várias foram as conferências de que o Geledés participou com esse interesse.<sup>44</sup>

Muito presente na problematização, estiveram os enfrentamentos das mulheres negras, como organizações coletivas, diante dos desafios e das experiências junto ao movimento feminista e ao movimento negro. Relembramos aqui que as nossas entrevistadas posicionaram que viveram experiências nesses movimentos, as quais fundamentais para elaborar a ideia de edificar uma organização autônoma para suas demandas, que se materializou no Instituto Geledés.

Em relação à constituição dos processos organizativos nacionais e à importância do que se extraiu dos eventos, percebeu-se que a autonomia do movimento e das ações passava pelas articulações envolvendo mulheres de diferentes classes e setores sociais, incluindo as originárias também dos movimentos sindicais e partidários. “*Deve estar articulado prioritariamente com o movimento negro e feminista na medida em que estes incorporem e apoiem a luta de mulheres negras mantendo sua especificidade*”.<sup>45</sup>

Como exposto no *Cadernos 5*, em relação à atuação das mulheres negras no cenário político, houve em 1985 o impulso do debate sobre a realidade delas a partir da presença

de Sueli Carneiro e Tereza Santos no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. Em 1988, Sueli Carneiro esteve à frente da Coordenação Nacional do Programa da Mulher Negra, no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. No mesmo ano, foi eleita a primeira mulher negra para deputada constituinte, Benedita da Silva. Já em 1994, Benedita foi eleita senadora, com Marina Silva. Conforme sinalizado no *Caderno 5*:

A eleição dessas parlamentares expressa, sem dúvida, uma brecha na barreira em um espaço eminentemente masculino e branco. Apresenta-se como um fato histórico relevante para todos os setores discriminados e de fundamental importância para o avanço das lutas das mulheres negras.<sup>46</sup>

O que está pontuado, no documento, em relação à participação das mulheres negras junto aos partidos políticos é que a inclusão acontecia em maior escala nos anos 1990, sobretudo em partidos de esquerda, porém ainda com uma precariedade de aceitação dos posicionamentos em relação aos discursos de gênero e raça.

E, na maioria deles, ainda um discurso inicial, polêmico e que nem mesmo a direção compreendeu muito bem e, embora sejam solidários com as mulheres e a luta antirracista, a convivência cotidiana nem sempre é tranquila, dada a dificuldade desses partidos de implementarem políticas de promoção das mulheres nas suas estruturas de poder.<sup>47</sup>

Quanto aos movimentos sindicais, foi apresentado o papel que mulheres e negros desempenhavam em relação à conquista



da igualdade de oportunidades e tratamento nos quesitos trabalho e salário. Nesse sentido, as organizações se davam pela estruturação de comissões de trabalho em inúmeros sindicatos. Como citado:

Junto à Central Única dos Trabalhadores, a existência de trabalhos em instâncias Municipais, Estaduais e Nacionais, têm se impulsionado diversas conquistas para os negros, negras e mulheres. As mulheres já organizaram diversas ações, a partir da estruturação da Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora em 1985, tendo como conquista mais recente a quota de 30% a 70% de cada um dos sexos nas instâncias da direção.<sup>48</sup>

Por essa construção política, passa a realização de um Seminário Nacional, em 1992, no qual se formou uma Comissão Nacional Antirracista, cujo eixo de ação estava voltado para uma campanha nacional contra a discriminação no trabalho. A participação no seminário foi sumariamente de trabalhadoras e trabalhadores em aliança com o movimento negro e as ONGs. O desafio estava também em “*avançar na incorporação da questão específica da mulher negra*”.<sup>49</sup>

Entendemos que a atuação do Instituto Geledés, desde 1988, ocorreu por meio da ampliação do debate sobre as questões urgentes para os estratos sociais do país, mais atingidos pelas formas de negligência de políticas públicas e, como parte que sofreu resultados de uma conjuntura que é histórica no Brasil.

O *Caderno 5* mostrou, através da avaliação feita em 1995, que os diversos encontros nacionais e internacionais, bem como a articulação das mulheres negras, em processo de

organização, ainda que pelas tensões, junto aos movimentos negro e feminista, resultaram na construção de uma agenda para que se pudesse posicionar as questões ainda necessárias para avançar e consolidar uma proposta nacional de luta em busca da autonomia das mulheres negras no país.

### **ALGUMAS ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES**

Como entender a complexidade da estrutura na qual está assentada a sociedade brasileira sem considerar as tantas faces das necessidades, da participação e da presença de distintos sujeitos implícitos nessa dinâmica? Tal questionamento motiva solidamente pesquisadoras e pesquisadores em múltiplas áreas, sobretudo as das humanidades, a se debruçarem sobre as narrativas construídas por esses sujeitos.

A partir da trajetória apresentada neste ensaio, consideramos que não é possível consolidar uma sociedade democrática sem o conhecimento das lutas e das organizações engendradas pelos movimentos sociais.

O Instituto Geledés, como parte consolidada do movimento de mulheres negras no Brasil, desempenhou papel fundamental para o avanço das questões de raça, gênero e classe social no país. Foi possível compreender, pela análise aqui proposta, como as trajetórias das mulheres que, em 1988, fundaram o Instituto refletiram nas bases e na missão institucional da Organização. Isso porque as experiências vividas como mulheres negras, assim como no interior dos movimentos negro e feministas, formaram parte dos processos de inquietações, diante da estrutura excludente da sociedade brasileira, e culminaram nos caminhos que

levaram à Geledés, assim como nos projetos de trabalho iniciais elaborados por essa ONG.

Como apresentado no decorrer deste trabalho, em consonância com as fontes e referências teóricas empregadas, mulheres negras estiveram, como ainda estão, expostas aos formatos de violências consequentes do racismo, do sexismo e da situação socioeconômica. Diante dos instrumentos de combate a essa tripla opressão, a elaboração e a prática de uma agenda que dialogou com o poder e as políticas públicas possibilitaram a visibilidade de tais questões diante da sociedade e das instituições de poder.

Entendemos que os *Cadernos Geledés* foram uma maneira de estabelecer uma comunicação independente com abordagem em torno dos debates que ocorriam nos anos em que estes aconteceram (cinco publicações feitas entre 1991 e 1995). Debates esses que renderam posicionamento contrário à esterilização em massa, quando a Geledés compilou, no *Caderno 2*, uma coletânea de estudos sobre o assunto, com o objetivo de mostrar que a população negra seria majoritariamente atingida, além de evidenciar as falhas do sistema de saúde pública em relação à população negra e pobre. O assunto em torno da saúde das mulheres negras, pauta do *Caderno 1*, mostrou também o ineditismo de um material exclusivamente voltado para debater tal questão no Brasil.

Com isso, apontamos a importância do ativismo em concomitância com um conjunto de ações articuladas pela Geledés, fundamentais para o desenvolvimento de modelos de construção de organização de mulheres negras, não só em nível municipal, mas também estadual e federal, uma vez que, como conseguimos demonstrar com base no conjunto

de fontes utilizado, a articulação foi se encaminhando junto às frentes do movimento negro, bem como a outros coletivos de mulheres negras do país.

Ainda, pudemos identificar a participação das mulheres da Geledés, em suas trajetórias anteriores à fundação, nos eventos nacionais e internacionais. O Coletivo de Mulheres Negras em São Paulo e a presença de mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina representaram um posicionamento e uma alteração na estrutura, no que diz respeito às possibilidades de ação direto junto às instituições públicas.

Quando da fundação do Instituto da Mulher Negra, em São Paulo, a partir do que nos foi relatado pelas entrevistas, assim como posto nos *Cadernos Geledés*, apresentou-se uma necessidade de um organismo autônomo, para desenvolver um trabalho direto com as bases da sociedade. Com essa característica de uma organização autônoma, o Instituto seguiu estabelecendo uma dinâmica de fazeres, de forma a garantir tanto a informação, a formação e o cuidado com a base social, o que comprovamos através dos programas desenvolvidos em conjunto ao conhecimento construído pelas publicações, quanto a agenda política voltada para os interesses da população negra.

Contudo, é importante ressaltar que o compromisso da Geledés abrangeu, desde o início, de acordo com a delimitação da missão institucional, um alinhamento com as demandas de outros grupos minorizados no Brasil, posicionando-se contrário a qualquer tipo de discriminação, como lesbofobia, homofobia, de classe, preconceitos regionais e religiosos.

Em conformidade com as fontes orais usadas para este ensaio, compreendemos que as mulheres da Geledés estiveram sempre alinhadas a uma postura que identificasse, principalmente, as questões inerentes à condição de mulher negra; portanto, o alicerce esteve solidificado em um entendimento a respeito da discriminação racial e de gênero.

Se, na tradição iorubá, *Geledés* representa a força feminina como modelo de existência da comunidade, o Instituto, organizado e coordenado por mulheres negras, ao recuperar essa memória, através do nome e do modelo ancestral, reelabora – assim como constrói – novos conhecimentos a fim de subsidiar não somente, mas também, e sobretudo, novas elaborações para as mulheres negras.

Ao mesmo tempo, porém, sabemos que as dificuldades não estão resolvidas: como parte de um estrato social ainda subalternizado, mulheres negras sob diversas ópticas estão ainda em posição de desvantagem, do ponto de vista econômico, estrutural, social e institucional. Porém, ao considerarmos que os passos de enfrentamento vêm de longe, apreendemos que os anos 1980 e 1990 foram fundamentais para solidificar e postular as bases do que conhecemos hoje como feminismo negro e suas múltiplas faces. E, nessa conjuntura, a Geledés foi parte integrante dessa engrenagem que esteve, está e ainda estará em movimento.

## NOTAS

1. Tradução livre do texto original em espanhol.
2. Rosa Inês Curiel Pichardo (Ochy). Feminista dominicana, teórica, militante, compositora e cantora. Docente em várias universidades da América Latina. Foi coordenadora do Projeto Casa África (UNESCO) e da Casa pela Identidade das Mulheres Negras. Ver: Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. *Nomadas (Col)*, Bogotá, Colômbia, Universidade Central, n. 26, p. 92-101, abr. 2007.
3. Ver: GELEDÉS. Mulher Negra. *Cadernos Geledés*, v. 4, 1993, p. 7.
4. Ver: GELEDÉS. A mulher negra na década: a busca da autonomia. *Cadernos Geledés*, v. 5, 1995, p. 1.
5. Parte da entrevista com Nilza Iraci Silva, realizada em 18 de novembro de 2019.
6. Depoimento concedido para o documento de comemoração dos 30 anos da Geledés. A transcrição da narrativa foi mantida na íntegra.
7. Ver: CARNEIRO, Suelaine; PORTELLA, Tânia. *Manual para Promotoras Legais Populares (PLPs)*. São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra, 2013. p. 9. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Manual-das-PLPs.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2020.
8. Cf. HALL, op. cit., p. 33.
9. Ver: GELEDÉS, op. cit., v. 4, 1993, p. 7.
10. CARNEIRO; PORTELLA, op. cit., p. 10.
11. Ibidem.
12. Ver: SILVA, op. cit., 2018. p. 253.
13. Ibidem.
14. CARNEIRO, Sueli. In: GELEDÉS, op. cit., v. 4, 1993.
15. Ibidem.

16. Rede feminista que trabalha para contribuir com a garantia plena dos direitos das mulheres latino-americanas e caribenhas. Foi fundada em 3 de julho de 1987, em São José, Costa Rica. Disponível em: <https://cladem.org/nosotras/#vision-mision>. Acesso em: 28 jul. 2020.
17. Ver: CARNEIRO; PORTELLA, op. cit.
18. Transcrito do documento em vídeo que constitui o acervo da comemoração dos 30 anos do Instituto Geledés.
19. Depoimento que constitui o material de comemoração de 30 anos de Geledés. Transcrito do documento, em vídeo, que constitui o acervo da comemoração dos 30 anos do Instituto Geledés.
20. Depoimento que constitui o material de comemoração de 30 anos de Geledés. Transcrito do documento, em vídeo, que constitui o acervo da comemoração dos 30 anos do Instituto Geledés.
21. Conforme consta no livro *Escritos de uma vida*, os dados aqui apresentados estão no artigo “Mulher Negra”, “originalmente publicado no livro *Mulher Negra: política governamental e a mulher*, volume que compõe a coleção *Década da Mulher (1975-1985)* organizado pela editora Nobel e o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo em 1985. Esse artigo inaugurou os estudos sobre desigualdades entre as mulheres”. Ver: CARNEIRO, op. cit., 2018a, p. 23.
22. Conforme pontuado por Sueli Carneiro no artigo que encerra o *Cadernos Geledés*, v. 4.
23. Maria Sylvia Aparecida Oliveira em entrevista concedida em 15 de janeiro de 2020.
24. Na íntegra o artigo e o inciso citados: Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à

segurança e à propriedade, nos termos seguintes: l – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição [...]. Ver: Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 ago. 2020.

25. GONZALEZ, op. cit., 2018b, p. 45.
26. LORDE, op. cit., p. 170.
27. Ver: DE OLIVEIRA, Rosiska D. *In: IV Conferência Mundial sobre A Mulher, Organização das Nações Unidas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996, p. 11.
28. Ver: GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da Amefricanidade. *In: \_\_\_\_\_, Primavera para rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Diáspora Africana: Filhos da África, 2018. p. 329.
29. Cf. CARNEIRO. *In: GELEDÉS*, op. cit., v. 4, 1993, p. 1.
30. Cf. CARNEIRO. *In: GELEDÉS*, op. cit., v. 5, 1995.
31. *Idem*, p. 3.
32. OCHY, op. cit., p. 94.
33. Ver: GELEDÉS, op. cit., v. 5, 1995, p. 20.
34. RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing. *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 451, 1995.
35. Ver: GELEDÉS, op. cit., v. 5, 1995, p. 21.
36. *Ibidem*.
37. RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 424, set./dez. 2008, p. 988.
38. RIBEIRO, op. cit., 1995, p. 452.
39. Ver: GELEDÉS, op. cit., v. 5, 1995, p. 92.
40. ZAMBRANO, op. cit., p. 147.
41. *Idem*, p. 148.



42. Idem, p. 152.
43. Idem, p. 170.
44. Sueli Carneiro em entrevista concedida em 3 de dezembro de 2019.
45. RIBEIRO, op. cit., 1995, p. 453.
46. Ver: GELEDÉS, op. cit., v. 5, 1995, p. 16.
47. Idem, p. 17.
48. Ibidem.
49. Ibidem.

## Posfácio

“Obrigada por estar solidariamente conosco nesta luta.” Em dezembro de 2018, ganhei esta dedicatória de Sueli Carneiro, à época do lançamento do livro *Escritos de uma vida*, pela editora Letramento. Naquela noite, de celebração de uma das nossas maiores intelectuais e ativistas brasileiras, conheci aquela que alguns anos mais tarde daria forma a este projeto que agora o leitor segura em suas mãos: timidamente, durante conversas trocadas na fila de espera, pude perceber a intensidade e a importância do que Suelen Girotte Prado tinha a dizer.

Este livro é resultado da dissertação de mestrado em História da autora, mas, também, de uma trajetória particular e, por sua vez, coletiva, tecida de muitas vozes, anteriores e contemporâneas a ela, que a fizeram investigar e evidenciar as responsáveis por discussões essenciais dentro dos movi-

mentos feminista e negro, e, finalmente, pela idealização e instituição da Geledés – Instituto da Mulher Negra. Tal como bell hooks, o seu ensejo estaria fundado em:

Minha postura de colocar as mulheres negras no centro não foi uma ação para excluir as outras; foi, ao contrário, um convite, um desafio para aqueles que nos ouviriam falar para mudar paradigmas ao invés de apropriar, para fazer todos os leitores ouvirem a voz de uma mulher negra falando de um assunto, e não como uma desprivilegiada (em *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*, 2019, p. 51).

A partir de um trabalho historiográfico minucioso, resgatando a memória institucional da organização em seus documentos fundadores e na História Oral, por meio de entrevistas com as pioneiras da Geledés, Suelen Girotte traça um recorte temporal – das décadas de 1980 e 1990, ou seja, do princípio gerador do instituto – para fazer uma espécie de mapeamento da produção de conhecimentos do período, de embate sobretudo ao sexismo e ao racismo, que colaboraram para lutas sociais importantes no Brasil e no contexto latino-americano, ganhando espaço até os dias atuais.

Nesse sentido, é urgente falar sobre as temáticas do pensamento do Feminismo Negro, não como supérflua manifestação identitária, mas como importante contribuição para a reestruturação social a partir das necessidades de grupos minoritários tendo em vista o *locus* social e as experiências que dele emergem (BERTH, Joice. *Empoderamento*, 2019, p. 64).

Com a preocupação de evocar e registrar a memória do instituto e daquelas que fizeram e fazem parte dele, *Caminhos que levam a Geledés* é, na verdade, um valioso documento para as futuras gerações, consolidando as lutas a que, solidariamente, me faço aliada. Que outras Suelens, Suelis, Deises, Marias, Nilzas, Ednas, Julianes, Leticias, Moniques façam novas e ampliadas revoluções, as que começam em seus interiores, chegam aos ouvidos mais atentos e ganham as mais intensas batalhas.

**Fernanda do Nascimento Simões Lopes**

Mestra em Literatura Hispano-Americana  
e editora de *Caminhos que levam a Geledés:*  
*narrativas de autonomia através*  
*da organização de mulheres negras em São Paulo.*

## **FONTES DE PESQUISA**

a) Entrevistas concedidas e transcritas

Participantes e datas das entrevistas:

Aparecida Sueli Carneiro, 3 de dezembro de 2019.

Deise Benedito, 14 de janeiro de 2020.

Maria Sylvia Aparecida Oliveira, 15 de janeiro de 2020.

Nilza Iraci Silva, 30 de maio de 2019 e 18 de novembro de 2019.

b) Documentos impressos:

1) Ata de fundação do Instituto Geledés.

2) Cadernos Publicados pelo Instituto da Mulher Negra – Geledés:

Caderno 1 – “Mulher negra e saúde” – publicado originalmente em 1991 (GELEDÉS. *Cadernos Geledés*, v. 1, 1991a)

Caderno 2 – “Impunidade e Regulamentação” – publicado originalmente em 1991 (GELEDÉS. *Cadernos Geledés*, v. 2, 1991b).

Caderno 3 – “Não à pena de morte” – publicado originalmente em 1991 (GELEDÉS. *Cadernos Geledés*, v. 3, 1991c).

Caderno 4 – “Mulher negra” – publicado originalmente em 1993 (GELEDÉS. *Cadernos Geledés*, v. 4, 1993).

Caderno 5 – “A mulher negra na década, a busca da autonomia” – publicado originalmente em 1995 (GELEDÉS. *Cadernos Geledés*, v. 5, 1995).

3) Declaração de Itapeverica da Serra das Mulheres Negras Brasileiras.

4) Manual para Promotoras Legais Populares (PLPs) – a experiência de Geledés – Instituto da Mulher Negra.

c) Documentário “Geledés 30 Anos” – utilizada a transcrição feita na íntegra, conforme depoimentos narrados.

## BIBLIOGRAFIA

- ALBERTI, Verena. Fontes orais: Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- \_\_\_\_\_; PEREIRA, Amílcar Araújo. *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC-FGV*. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC-FGV, 2007.
- ALVAREZ, Sônia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- ANDRADE, Eliane N. *Hip Hop: movimento negro juvenil*. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Rap e educação, rap é educação*. São Paulo: Summus, 1999.
- ANTONACCI, Maria Antonieta. *Memórias ancoradas em corpos negros*. São Paulo: EDUC, 2014.
- AZEVEDO, Amáilton Magno; SANTOS, Bruno Garcia dos. Memórias de devoção e saberes ancestrais afrodiáspóricos. A irmandade de São Benedito da Casa Verde, São Paulo. *Revista do Programa de Relações Étnicas e Contemporaneidade* – UESB, Candeias, v. 3, n. 6, p. 198-225, jul.-dez. 2018. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/4326/3623>. Acesso em: 7 jun. 2020.
- BAIROS, Luiza. Mulher negra e o feminismo. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria B. *O feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: UFBA/Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.
- \_\_\_\_\_. Orfeu e poder: um perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil. *Afro-Ásia*, Rio de Janeiro, n. 17, 1996.

- BARRETO, Raquel de Andrade. *Enegrecendo o feminismo ou feminizando raça: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez*. 2005. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BERNARDO, Teresinha; GUIMARÃES, Sabrina de Almeida. Mulher negra: trajetória de força e trabalho. In: PEREIRA, Beatriz; MELO, Mônica de; ARAÚJO, Silvia; ARAÚJO, Siméia de Mello (coord.). *Raça e gênero: discriminações, interseccionalidades e resistência*. São Paulo: EDUC, 2020.
- BERTH, Joice. *Empoderamento*. São Paulo: Pólen, 2019.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BORGES, Rosane Silva. *Sueli Carneiro*. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. Belo Horizonte: Letramento, 2018a.
- \_\_\_\_\_. O poder feminino no culto aos Orixás. In: \_\_\_\_\_. *Escritos de uma vida*. Belo Horizonte: Letramento, 2018b.
- \_\_\_\_\_. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 20 set. 2018.
- \_\_\_\_\_. Gênero, raça e ascensão social. *Revista Estudos Feministas*, Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

- CAVALCANTI, Erinaldo; PETIT, Pere; RAMOS JÚNIOR, Dorival Venâncio. Entre-Vistas com professor Alessandro Portelli. *Escritas*, v. 10, n. 1, p. 262-276, 2018.
- COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Trad. Bianca Santana. *Parágrafo*, v. 5, n. 17, p. 6-15, jan./jun. 2017.
- CECCON, Roger Flores; MENEGHEL, Stela Nazareth. HIV e violência contra mulheres: estudo município com alta prevalência de Aids no Sul do Brasil. *Revista Pana Salud Publica*, v. 37, n. 4/5, p. 287-292, 2015.
- COSTA, Joaze B.; TORRES, Nelson M.; GROSFUGUEL, Ramón (org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- DAMASCO, Mariana Santos; CHOR, Marcos; MONTEIRO, Simone. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 1, jan./abr. 2012.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DE OLIVEIRA, Rosiska D. In: *IV Conferência Mundial sobre A Mulher, Organização das Nações Unidas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.
- EBLE, Laetia Jensen. "A resposta de mudar o mundo com a ponta de uma caneta": considerações sobre o rap nacional. *Revista Brasileira de Estudos da Canção Natal*, n. 4, jul./dez. 2013.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Trad. Enilce Albegaria Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.
- FELIPE, Ana Maria. Feminismo negro: mulheres negras e poder – um enfoque contra hegemônico sobre gênero. *Acervo*, v. 22, n. 2, p. 15-28, 26 out. 2011.



- FIGUEIREDO, Ângela. A Marcha das Mulheres Negras conclama por um pacto civilizatório: descolonização das mentes, dos corpos e dos espaços frente às novas faces da colonialidade do poder. In: COSTA, Joaze Bernardino; TORRES, Nelson Maldonado; GROSGOQUEL, Ramón. *Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- GARCIA, Carla Cristina. *Breve história do feminismo*. São Paulo: Claridade, 2011.
- \_\_\_\_\_. *As outras vozes: memórias femininas em São Caetano do Sul*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- \_\_\_\_\_. Fronteiras do feminismo: teorias e práticas decoloniais. In: PEREIRA, Beatriz; MELO, Mônica de; ARAÚJO, Silvia; ARAÚJO, Siméia de Mello (coord.). *Raça e gênero: discriminações, interseccionalidades e resistência*. São Paulo: EDUC, 2020.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: \_\_\_\_\_. *Primavera para rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Filhos da África, 2018a.
- \_\_\_\_\_. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. In: \_\_\_\_\_. *Primavera para rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Filhos da África, 2018b.
- \_\_\_\_\_. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: LUZ, Madel (org.). *Lugar da mulher negra: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- \_\_\_\_\_. Debate: a cidadania e a questão étnica. In: \_\_\_\_\_. *Primavera para rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Filhos da África, 2018c.
- \_\_\_\_\_. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 1984.

- \_\_\_\_\_. Por um feminismo afro-latino-americano. *Revista Isis Internacional*, 1988.
- GROSFUGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- HOBSBAWM, Eric; TERENCE, Ranger (org.). *Tradições inventadas – finalidades e objetivos*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- hooks, bell. *Intelectuais negras*. *Revista Estudos Feministas*, Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Trad. Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LEÃO, Ryane. *Jamais peço desculpas por me derramar: poemas de temporal e mansidão*. São Paulo: Planeta, 2019.
- LEITE, Fábio Rubens da Rocha. *A questão ancestral: África Negra*. São Paulo: Palas Athena: Casa das Áfricas, 2008.
- LORDE, Audre. *Irmã outsider*. Trad. Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- LOURENÇO, Mariane L. Arte, cultura e política: o Movimento Hip Hop e a constituição dos narradores urbanos. *Psicología para América Latina*, n. 19, 2010.
- MACHADO, Rafael Madeira; TAROUÇO, Gabriela Silva. Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual. *Revista Pós-Ciências Sociais*, UFMA, 2011.

- MOREIRA, Núbia Regina. *O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo*. 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- MUNANGA, Kabengele. As facetas de um racismo silenciado. *In: SCHWARCZ, Lilia M.; QUEIROZ, Renato da Silva (org.). Raça e diversidade*. São Paulo: Edusp, 1996.
- OLIVEIRA, Júlia Glaciela. Promotoras Legais Populares: a construção de pontes para a cidadania feminina. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 15, n. 2, p. 5-27, jan./jun. 2013.
- OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. Conceitualizando gênero: a função eurocêntrica de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. *In: COSTA, Joaze Bernardino; TORRES, Nelson Maldonado; GROSFOGUEL, Ramón. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.
- PICHARDO, Rosa Inês Curiel (Ochy). Crítica pós-colonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. *Nomadas (Col)*, Bogotá, Universidade Central, n. 26, p. 92-101, abr. 2007.
- PIMENTA, Fabícia Faleiros. *Políticas feministas e os feminismos na política: o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985-2005)*. 2010. 312 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- PITANGUY, Jaqueline. A carta das mulheres brasileiras aos constituintes: memórias para o futuro. *In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Usos & abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 424, set./dez. 2008.
- \_\_\_\_\_. Mulheres negras brasileiras: de Bertioiga a Beijing. *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, 1995.
- RIBEIRO, Ronilda Iyakemi. *Alma africana no Brasil. Os iorubás*. São Paulo: Oduduwa, 1996.
- RATTS Alex; RIOS, Flávia. *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- RICH, Adrienne. Notas para uma política de localização. In: MACEDO, Ana Gabriela (org.). *Gênero, desejo e identidade*. Lisboa: Cotovia, 2002.
- RIOS, Flávia. A cidadania imaginada pelas mulheres afro-brasileiras: da ditadura militar à democracia. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia. *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2019.
- ROLAND, Edna. A saúde da mulher negra no Brasil. In: GELEDÉS. *Cadernos Geledés*, v. 1, 1991b.
- \_\_\_\_\_. O ovo e a galinha. In: GELEDÉS. *Cadernos Geledés*, v. 1, 1991b.
- SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SANTIAGO, Ana Rita; RIBEIRO, Denise de Almeida; BARROS, Ronaldo Crispim Sena; SILVA, Rosangela Souza (org.). *Tranças e redes: tessituras sobre África e Brasil*. Cruz das Almas-BA: UFRB, 2014.

- SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 70: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.
- \_\_\_\_\_. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.
- SHUMAHAR, Schuma; BRASIL, Érico Vital (org.). *Mulheres negras no Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.
- SILVA, Maria Aparecida da (Cidinha). Feminismo negro de onde viemos: aproximações de uma memória. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- \_\_\_\_\_. *Projeto Rappers: uma iniciativa pioneira e vitoriosa de interlocução entre uma organização de mulheres negras e a juventude no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 1999.
- SILVA, Tauana Olívia Gomes; WOLFF, Cristina Scheibe. O protagonismo das mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (1983-1988). *Cadernos Pagu*, Unicamp, v. 55, 2019.
- SIMONI, Rosinalda Corrêa da Silva. Ancestralidade feminina: da essência do sagrado aos movimentos feministas, mulheres negras e representatividade. *Fragments de Cultura*, v. 29, n. 2, 2019.
- TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

- WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. *Revista da ABPN*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 8-17, 2010.
- \_\_\_\_\_. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016.
- ZAMBRANO, Catalina González. *Mulheres negras em movimento: ativismo transnacional na América Latina*. 2017. 244 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

### **Sites consultados**

- <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ribeiro-matilde>. Acesso em: 20 out. 2019.
- <https://www.geledes.org.br/personagens-da-historia-do-geledes/>. Acesso em: 22 out. 2019.
- <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ribeiro-matilde>. Acesso em: 20 out. 2019.
- <https://www.geledes.org.br/hamilton-cardoso/>. Acesso em: 15 jan. 2020.
- [http://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/\\_anos/1985.php?iframe=3\\_o\\_eflac\\_bertioga\\_sp](http://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/_anos/1985.php?iframe=3_o_eflac_bertioga_sp). Acesso em: 29 out. 2019.
- [http://www.ammapsique.org.br/?fbclid=IwAR3HWrH7rYiZc8ei1odw8tHv2LSO-oEJdPgy5yFDZM-M8o6B-SoRv6He\\_cM](http://www.ammapsique.org.br/?fbclid=IwAR3HWrH7rYiZc8ei1odw8tHv2LSO-oEJdPgy5yFDZM-M8o6B-SoRv6He_cM). Acesso em: 12 jun. 2020.
- [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 17 jul. 2020.

<https://www.geledes.org.br/assista-geledes-instituto-da-mulher-negras-comemora-30-anos-de-resistencia/>. Acesso em: 22 jul. 2020.

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=169205>. Acesso em: 30 jul. 2020.

<https://www.geledes.org.br/entidade-do-movimento-negro-ganha-site/>. Acesso em: 3 ago. 2020.

<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Manual-das-PLPs.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2020.

<https://cladem.org/nosotras/#vision-mision>. Acesso em: 28 jul. 2020.



Suelen Girote do Prado nasceu em São José do Rio Pardo, São Paulo. É professora de História na rede municipal de São Paulo e assistente de coordenação no Centro de Documentação e Memória Institucional de Geledés, Instituto da Mulher Negra. Licenciada em História pela FEUC - São José do Rio Pardo, especializou-se (latu senso) em História Sociedade e Cultura pela PUC-SP. É mestra em História Social pela PUC-SP e membra do Centro de Estudos Culturais Africanos e da Diáspora - CECAFRO/PUC-SP. Este livro é resultado do trabalho desenvolvido em sua dissertação de mestrado.



Qual o lugar da mulher negra no tempo e no espaço dos movimentos negro e feminista?

Impulsionadas por essa indagação, um grupo de mulheres negras ousou, há 33 anos, criar o **Geledés - Instituto da Mulher Negra** -, organização de mulheres negras que trazia no seu DNA a força das nossas ancestrais e a crença de que o enfrentamento do racismo patriarcal seria fundamental para a transformação da vida das mulheres negras. Cada uma de nós com suas singularidades, mas certas de fazerem, todas, parte da mesma comunidade de destino.

Sob a insígnia de "nossos passos vêm de longe", a autora Suelen Girote do Prado, uma jovem historiadora negra, refaz o caminho dessa organização nos anos 1980 e 1990, e, com uma narrativa instigante, retrata nossa trajetória de sonhos, inquietudes, utopias, conquistas e receios. Assim nasce *Caminhos que levam a Geledés*, que certamente lançará luz sobre a nossa história, que, felizmente, começa a ser contada por uma nova geração.

**NILZA IRACI**

Coordenadora do Geledés - Instituto da Mulher Negra